

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA

PRISCILA DE SOUSA NERES

ENTRE A VIOLÊNCIA E A MÍDIA: Percepções dos policiais sobre si

BELÉM - PARÁ
2020

PRISCILA DE SOUSA NERES

ENTRE A VIOLÊNCIA E A MÍDIA: Percepções dos policiais sobre si

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Silva da Costa

BELÉM - PARÁ
2020

PRISCILA DE SOUSA NERES

ENTRE A VIOLÊNCIA E A MÍDIA: Percepções dos policiais sobre si

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADO: () APROVADA () REPROVADA

Data: 30 de março de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Alda Cristina Silva da Costa – Orientadora
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Maria Torres Costa
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Valli Nummer
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira
Universidade da Amazônia – UNAMA

Dedico este trabalho ao meu Deus, onipresente, onisciente e onipotente.
A meu marido Willyam, meus pais, Antonio e Estela, meus irmãos e sobrinhos.
À minha orientadora, Alda Costa.
Aos jornalistas e policiais militares paraenses.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força, meu refúgio e socorro, sempre presente ao longo dessa jornada, que a Ele seja todo louvor e glória, pela oportunidade da experiência como pesquisadora, bênção em minha vida. Ao meu amor Willyam, pelo companheirismo, incentivo e apoio incondicionais, pois foram dias difíceis, mas ele esteve ao lado com todo cuidado, acreditou em mim desde a primeira tentativa no processo seletivo e não me deixou desanimar até a aprovação no mestrado. À minha família: é muito gratificante perceber que meus pais, Antonio e Estela, meus irmãos, Maurício, Roseane, Daniele e Dagne se alegram com minhas conquistas.

À minha querida orientadora, professora Alda Costa, mulher incrível, foi desde o início um ser singular nessa trajetória de inúmeros aprendizados. Tenho muita gratidão por sua ajuda, permeada de orientações, incentivo, ensinamentos, compreensão e respeito. Ser orientada por ela representou para mim a expressão do cuidado de Deus, foi um presente enriquecedor sempre.

Aos amigos da turma PPGCOM 2018, em especial Ângela, Elson, Mayra, Fábiana, Suzana, pessoas com quem compartilhei momentos de alegrias e também de dificuldades durante o mestrado. Aos professores do PPGCOM, em especial, Fábio Castro, Rosaly Brito, pelos ensinamentos, diálogos, encontros e pelas discussões em sala de aula. Foram momentos muito significativos para a construção desta pesquisa, para minha construção como pesquisadora.

Agradeço as professoras Vânia Torres e Fernanda Nummer, por aceitaram participar de minha banca desde a pré-qualificação – as duas contribuíram bastante. Agradeço também à professora Ivana Oliveira pela participação na defesa.

Estendo ainda meus agradecimentos aos policiais militares do vigésimo batalhão da Polícia Militar do Pará, no bairro do Guamá, pela colaboração e participação nas entrevistas. Ao major Gaudêncio, pelas orientações iniciais, em meio aos desafios de minha pesquisa. Ao soldado Taiane Figueiredo, por toda atenção e ajuda nas compreensões de questões peculiares à atividade policial, foi uma pessoa sempre gentil e paciente.

“Deus é nosso refúgio, é fortaleza, socorro bem presente nas tribulações. Por isso não temeremos, ainda que a terra trema e os montes afundem nas profundezas do mar. O senhor está conosco, o Senhor é nosso refúgio”. (Salmos 46)

RESUMO

Nesta pesquisa, analisa-se a relação entre violência, polícia e mídia, a partir da narrativa do policial, ou seja, como ele percebe a construção de si e de sua atuação no noticiário paraense. Considera-se que o policial militar, no imaginário social, é o sujeito mediador entre violência, mídia e sociedade. Ele é fonte, é quem chega ao fato, é a voz que fala, ao mesmo tempo, pelo Estado, pela vítima e pelo acusado. Violência, policial e mídia estruturam entre si uma relação comunicativa, marcada pelas interações sociais. Neste sentido, dialoga-se com as perspectivas teóricas do interacionismo simbólico, que se baseia nas premissas de que os indivíduos agem em relação ao mundo fundamentado nos sentidos que este lhe oferece; os significados adquiridos provêm da interação social. Como procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa qualitativa, levando-se em conta o caráter subjetivo da investigação, assim como a análise narrativa a fim de compreender os significados que os policiais constroem de si e de seu cotidiano. Para a coleta de dados, foram feitas 20 entrevistas semiestruturadas com policiais militares, entre praças e oficiais, com atuação na área de execução da Polícia Militar do Pará, no policiamento ostensivo do 20º Batalhão de Polícia Militar, localizado no bairro do Guamá, em Belém. Constatou-se que os policiais militares percebem o noticiário de si desproporcional, com o privilégio da mídia em noticiar somente os aspectos negativos de suas atividades e ações, apelando quase sempre ao exagero e ao sensacionalismo, em busca da audiência. Percebem ainda o noticiário sobre si taxativo, generalizado e com o apagamento da individualidade. Ou seja, dissocia o indivíduo do profissional. Para os policiais, o excesso ou a repetição sistemática de narrativas de violência na mídia paraense é prejudicial, pois segundo explicam, há um anseio de maior aparato policial, mais cobrança, assim como o desejo de os policiais ocuparem maior espaço nas narrativas midiáticas.

Palavras-chave: Interações Sociais; Mídia; Percepções de si; Policial Militar; Violência.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between violence, the police and the media from the perspective of police officers, that is, how police officers perceive their self construction and the construction of their performance in the media channels of the state of Pará. We note that military police officers are the mediators between violence, media and society. They are a main source of information, those who first come to an occurrence, and represent the voice that speaks for the state, the victim and the suspect at the same time. Together, violence, the police, and the media establish a communicative relationship marked by social interactions. In this sense, this paper has as its backbone the theoretical perspectives of symbolic interactionism, which assumes that one's actions are based on the meanings the world offers them; meanings are acquired from social interaction. The qualitative research method was used considering the subjective character of investigations, as well as narrative analysis, to understand the meanings that officers build of themselves and their daily lives. For data collection, we conducted 20 semi-structured interviews with military police officers who hold different positions in the operations department of the Military Police of the state of Pará, in the ostensive policing of the 20th Military Police Battalion, located in the neighborhood of Guamá, in Belém. We found that military police officers perceive the news as being disproportionate, considering the media's privilege to report only the negative aspects of officers' activities and actions, most frequently appealing to exaggeration and sensationalism in search of audience. They also perceive the news about themselves as exhaustive, generalized and disregarding of their individuality. That is, it dissociates the individual from the professional. For police officers, the excess or systematic repetition of narratives of violence in Pará's media is harmful because, as they explain, there is a desire for greater police apparatus, more demands, and for the police to take more space in the media's narratives.

Keywords: Social Interactions; Media; Self Perception; Military Police Officers; Violence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	SOCIABILIDADES COMUNICATIVAS ENTRE A VIOLÊNCIA, O POLICIAL E A MÍDIA	155
2.1	Interações Comunicativas	155
2.1.1	O policial como agente da interação	233
2.1.2	Mutualidades: Autoridade, conflito e cooperação	244
2.1.3	A representação do Eu policial	300
2.2	Violência urbana determinando as sociabilidades	388
2.2.1	Moeda da mesma face: Violência de um lado e de outro	444
2.2.2	Sujeitos da Insegurança pública	522
2.3	Policial e mídia e polícia na mídia	577
2.3.1	A rua como lugar de encontro entre jornalistas e policiais	622
2.3.2	Ética policial e jornalística	655
2.4	A midiaticização nas relações	69
3	O POLICIAL MILITAR DO PARÁ E O CONTEXTO SOCIAL	766
3.1	A gênese da Polícia Brasileira	766
3.1.1	Polícia Militar no Pará: 200 anos de história	79
3.1.2	PMPA: Organização e estrutura	833
3.2	Polícia e Sociedade	888
3.2.1	Possíveis modelos de policiamento	933
4	ENTRE O VIVIDO E O PERCEBIDO	99
4.1	Percurso Metodológico	99
4.2	Pesquisa qualitativa, entrevista semiestruturada e análise narrativa	101
4.3	Experiência em campo	1066
4.3.1	O ambiente da entrevista	108
4.4	Corpus de análise	1122
4.4.1	Dos encontros	113
4.5	Narrativas dos Policiais: o ser, o viver e o perceber	114
4.5.1	O ser	115
4.5.2	O viver	125
4.5.3	O perceber	138
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1599
	APÊNDICES	167
	ANEXOS	172

1 INTRODUÇÃO

Minhas inquietações sobre mídia e violência começaram ainda na graduação, quando realizei meu trabalho de conclusão de curso, no qual analisei as características da linguagem popular e constatee a utilização de uma linguagem sensacionalista, que explora a violência como tema principal. Em seguida, iniciei o curso lato sensu de especialização em Jornalismo, Cidadania e Políticas Públicas, e a partir das discussões na disciplina sobre mídia e violência, analisei a construção das narrativas de violência nos programas populares da tevê paraense. Nesse período, tive o primeiro contato, ainda como ouvinte, com o grupo de pesquisa Mídia e Violência, da Universidade Federal do Pará, do qual hoje sou integrante.

Nesse segundo momento, durante a especialização, vivi a experiência de dialogar com diversos autores, entre eles, Motta (2013), França (2006), Amaral (2006), Wieviorka (1997), assim como aprofundar o debate sobre esse problema social e o tratamento dispensado pelos meios de comunicação. A investigação teve objetivo de discutir as narrativas de violência nos programas considerados populares. Nesses modelos televisivos, a violência se constitui como estratégia de aproximação com o público e atrativo na briga pela audiência. A linguagem construída nesses programas caracteriza-se pelo humor, o discurso opinativo apresenta matérias sem aprofundamento, com repetições constantes das imagens do crime, da morte e do medo.

Nesse intervalo, entre especialização e mestrado, comecei a atuar no mercado de trabalho como repórter de televisão. Nessa atividade, tenho me defrontado, diariamente, com os fatos da vida cotidiana. Fatos que perfazem a vida dos indivíduos no dia a dia. Como assinala Melucci (2005, p. 33), “tudo o que é observado na realidade social é observado por alguém que se encontra, por sua vez, inserido em relações sociais e em relação ao campo que observa”. Como jornalista, observo os acontecimentos, mas também os percebo como pesquisadora. Meu exercício profissional diante dos fatos se dá de forma híbrida entre o senso comum e o conhecimento científico. A rua se configura como espaço de encontro entre policiais e jornalistas, uma vez que os dois profissionais são demandados pela violência. Nessa perspectiva, após lidar com a cobertura jornalística de eventos que envolvem a violência urbana na cidade, minhas inquietações, iniciadas na graduação, foram aguçadas com a proposta do projeto de pesquisa para o Mestrado.

Outro importante momento foi quando tive contato com alunos do Centro de Formação de Policiais Militares do Pará (CFAP), durante a realização da disciplina sobre segurança pública e comunicação social, reafirmando minha convicção de desenvolver esta

pesquisa. Nos debates em sala, foi possível identificar que no processo de formação da atividade policial já estão presentes questões pertinentes à relação violência, polícia e mídia. Seja pela preocupação de a instituição oferecer aos alunos em formação uma compreensão sobre a relação com a mídia, seja pela percepção dos alunos sobre o tema. Essa experiência amadureceu a ideia de seguir a proposta de pesquisa no mestrado, tendo o policial militar como sujeito de pesquisa.

Os três campos abordados nesta pesquisa, policial, violência e mídia, têm se mostrado bastante complexos e com particularidades que, em alguns momentos, aproximam-se e, em outros, distanciam-se, devido às especificidades de cada campo, por vezes, difíceis de serem definidos ou identificados em matrizes teóricas. Neste sentido, a violência será o ponto de partida para se pensar a relação entre policial e mídia, uma vez que ao primeiro quase sempre lhe é cobrada uma ação mais efetiva de combate ao crime e à violência e, pela segunda, toma-se conhecimento sobre os fatos violentos que assombram a vida social. Quando se pensa ou fala-se de violência, inevitavelmente, pensa-se no policial, pois este, no cotidiano de sua atividade, é chamado para resolver o problema. Por sua vez, a mídia também cotidianamente acompanha e divulga fatos ligados ao tema.

É pertinente lembrar que a atuação policial é ampla, policial civil, federal, militar ou municipal. O próprio conceito sobre a polícia também pode variar, a partir de suas atribuições, ou de questões subjetivas sobre a realidade social. Aqui, nesta pesquisa, detém-se a refletir sobre o Policial Militar, responsável pela ordem pública e pelo policiamento ostensivo, como previsto na Constituição Federal de 1988. Portanto, o foco é o sujeito desta força auxiliar, e não a polícia enquanto instituição. É claro que para uma compreensão maior deste ator, conhecer a história e a estrutura da corporação é primordial, por isso é preciso pontuar o todo para pensar o policial.

Nesta pesquisa, compreende-se mídia como a instituição responsável pela formação do conhecimento e das informações das pessoas cotidianamente, é a “construtora de imagens simbólicas que participa ativamente, na contemporaneidade, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros”, afirma Costa (2011, p. 4). A mídia se constitui no conjunto de veículos de comunicação de massa, responsável pela divulgação dos fatos, entre eles a TV, o rádio, o jornal impresso e as diversas mídias sociais da internet.

A presente pesquisa investiga a relação ou experiência entre a polícia e a mídia, a partir da narrativa do policial, ou seja, como ele percebe a construção de si e de sua atuação nos veículos midiáticos. Ter somente uma perspectiva desta relação foi uma escolha

necessária para uma compreensão mais aprofundada. É um recorte intencional da escuta dos policiais militares, sobretudo em face da pouca literatura acerca da temática. No entanto, essa decisão se sustenta também nas reflexões teóricas sobre a mídia e a polícia.

Observa-se que o policial militar é o sujeito mediador entre violência e sociedade. Ele é fonte, é quem chega primeiro ao fato e é a voz que narra, ao mesmo tempo, pelo Estado, pela vítima e pelo acusado. É necessário compreender a existência de uma relação tensa na cultura policial, com a forma como a mídia constrói a imagem da polícia. O policial é demandado pela mídia e pela sociedade para resolver o problema da violência. Em razão disso, indaga-se: De que forma os policiais compreendem os sentidos construídos sobre si pela mídia paraense?

A fim de se entender a relação entre mídia e polícia em face da violência, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como os policiais compreendem os sentidos construídos sobre si pela mídia paraense. Como objetivos específicos, elencam-se: compreender a relação interativa entre policial, violência e mídia; analisar a midiaticização do ser policial.

Violência, policial e mídia estruturam entre si uma relação comunicativa, marcada por interações sociais. Neste sentido, a espinha dorsal desta pesquisa são as perspectivas teóricas do interacionismo simbólico, que se baseia nas premissas de que os indivíduos agem em relação ao mundo fundamentado nos sentidos que este lhe oferece; os significados adquiridos provêm da interação social, e tais significados passam por processos interpretativos dos indivíduos (BLUMER, 1969), assim como os conhecimentos que têm de si e seu comportamento em sociedade (GOFFMAN, 2002).

É na realidade da vida cotidiana, conforme apontam os sociólogos Berger e Luckmann (1985), que se encontra o conhecimento, o qual dirige a conduta na vida diária. Para compreender o cotidiano, é preciso considerar seu caráter intrínseco, apresentado como uma realidade interpretada pelos homens, marcado por subjetividades e sentidos para eles. A vida cotidiana apresenta-se como um mundo intersubjetivo, um mundo participativo entre os homens.

Como procedimentos metodológicos, elegeu-se a pesquisa qualitativa, levando-se em conta o caráter subjetivo da investigação, assim como a análise narrativa que objetiva compreender os significados que as pessoas constroem de si e de seu cotidiano. Retoma-se Benjamin (1983), ao dizer que a narrativa é um tipo especial de discurso que pode ser contada e re-contada, interpretada e re-interpretada. Então, as narrativas podem ser entendidas como formas de alcançar conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos.

A partir das narrativas tecemos nossas experiências com as pessoas, com os objetos e com o mundo.

Segundo Motta (2017), cada sujeito constrói seus próprios significados a partir de informações retiradas dos meios midiáticos. Aquilo que vemos e ouvimos na mídia tem influência no modo de encarar o que está em nossa volta, e também interfere na maneira de olhar para si próprio. Policiais militares possuem narrativas pessoais sobre a violência, e o ser policial na sociedade, e para a mídia.

Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada com os policiais militares, por suas vantagens como elasticidade quanto à duração, interação com os entrevistados. Foram ouvidos 20 policiais, entre praças e oficiais, com atuação na área de execução da Polícia Militar do Pará, no policiamento ostensivo. Deteve-se a ouvir os policiais com atividade nas ruas de bairros periféricos, com alto índice de violência. Observou-se, a partir de uma pesquisa preliminar, que policiais com atuação na rua participam com maior frequência das questões ligadas à violência urbana e o cotidiano da cidade. Para o contato com esses policiais, escolheu-se o 20º Batalhão de Polícia Militar, localizado no bairro do Guamá, em Belém.

A presente pesquisa encontra-se dividida em três capítulos, assim descritos:

No primeiro, Introdução, resgatam-se os motivos que instigaram o desenvolvimento desta pesquisa, bem como são apresentados o objeto de estudo, o objetivo geral e os específicos, a metodologia e os pressupostos teóricos sobre a temática.

No segundo, são definidas questões teóricas do interacionismo simbólico fundamentais para a investigação, considerando o policial como agente dessas interações comunicativas com a violência e a mídia. Discute-se como a violência urbana determina na sociedade novas sociabilidades, haja vista as pessoas definirem os significados dos espaços e lugares, assim como suas relações com os outros a partir do medo, proveniente da violência.

No terceiro capítulo, traça-se um percurso histórico da Polícia Militar no Brasil e no Pará. Os apontamentos foram necessários para maior compreensão e aproximação com os sujeitos. Falar do policial como mediador da violência urbana requer antes uma compreensão do surgimento da polícia no país. O policial do qual se fala hoje é parte de uma estrutura institucional organizada ao longo dos anos, em contextos políticos e sociais que dizem muito do que se vê e se tem da polícia hoje.

No último capítulo, discorre-se sobre o percurso metodológico da presente pesquisa e as análises das narrativas dos policiais acerca das percepções sobre si na mídia paraense. Nas análises, selecionou-se como categorias o ser, o viver e o perceber para a compreensão de

como eles se veem, estabelecendo-se a ligação destas com a parte teórica sobre o interacionismo.

2 SOCIABILIDADES COMUNICATIVAS ENTRE A VIOLÊNCIA, O POLICIAL E A MÍDIA

2.1 INTERAÇÕES COMUNICATIVAS

As coisas não são tão simples como podem parecer. Pelo contrário, as interpretações sobre elas vão depender das ações dos indivíduos no mundo e sua compreensão a respeito delas. Como a realidade tem múltiplas naturezas e possibilidades, logo, as interpretações podem ser diversas sobre os fenômenos que envolvem os indivíduos.

Com esta breve introdução, insere-se esta pesquisa na perspectiva do interacionismo simbólico, buscando entender o significado que as pessoas dão às ações e aos eventos, e como esses significados são construídos e negociados. Segundo Sandstrom, Martin e Fine (2016), as pessoas criam, negociam e alteram os significados sociais por meio do processo de interação, ou seja, “sob o ponto de vista interacionista, os indivíduos detêm um considerável poder na construção da realidade social. Ao interagir uns com os outros, podem não só criar significados como também construir e manter a ordem social” (SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2016, p.16). O interacionismo simbólico coloca a ação humana no centro da compreensão da vida social.

Do mesmo modo, são os mesmos autores que indicam de que forma o interacionismo simbólico pode contribuir na construção de investigações científicas. Para Sandstrom et. al (2016, p. 34), pelo menos duas contribuições podem ser destacadas: “a obter uma melhor compreensão sobre como e por que você pensa, sente e age da maneira que o faz”, compreendendo melhor a respeito de seu “self” e da natureza e consequências de sua atuação pessoal; “segundo, pode fornecer insights úteis sobre como as suas ações são afetadas pelos outros e como você também os afeta, especialmente quando você se envolve em ações conjuntas com essas pessoas”.

Assim, concebe-se que a violência, o policial e a mídia estruturam entre si uma relação comunicativa, marcada por interações sociais, muitas vezes, sob tensão e negociação, considerando que os indivíduos agem em relação ao mundo fundamentados nos sentidos que este lhes oferece; os significados adquiridos por eles procedem da interação social e tais significados passam por processos interpretativos dos indivíduos. (BLUMER, 1969). Ou seja, a partir do estabelecimento de três premissas:

A primeira premissa é a de que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que essas coisas têm para eles [...]. a segunda premissa é a de que o significado de tais coisas deriva, ou decorre, da interação social que se estabelece com os próprios pares. A terceira premissa é a de que esses significados são controlados em um processo interpretativo (e modificados através dele) utilizado pessoa ao lidar com as coisas com as quais se depara (BLUMER apud SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2006, p. 26).

Blumer (1969) compreende os significados como resultado das interações e em contrapartida reforça suas objeções às perspectivas vindas dos estudos das ciências sociais e psicológicas contemporâneas, em que há uma tendência em considerar o comportamento humano como produto de inúmeros fatores que agem sobre o homem. Psicólogos voltam o olhar, por exemplo, para atitudes conscientes e inconscientes para explicar a conduta humana e sociólogos baseiam-se em posição social, questões culturais, entre outros, para explicar a questão.

Nesta perspectiva, os significados dos elementos considerados pacíficos, sem importância para o homem em ação se explicam e justificam em seu comportamento. Já o interacionismo simbólico tem posição contrária e defende que os significados dos elementos com os quais o homem se relaciona são “intrinsecamente fundamentais”. (BLUMER, 1969, p. 120).

Para os policiais militares, a relação com a violência e a mídia produz muitos significados, e enquanto atores sociais são as experiências com esses elementos que constituem o olhar sobre a questão. Um policial não vai definir violência de modo objetivo, ou somente a partir de um conceito intrínseco a ela, ao afirmar, por exemplo, que violência é a violência, ou a mídia é a mídia. As falas e significados de policiais sobre essas questões são construídas a partir das interações e experiências vividas no cotidiano, como se observa no depoimento do policial VBG01:

A violência é algo que a gente tem que combater diariamente, né. A gente acaba fazendo com que a partir desse combate à criminalidade violenta, a gente procura a redução dos índices criminais, e a partir disso nós nos tornamos reféns desse índices, porque quanto mais diminuimos os índices mais ainda eles tem que ser reduzidos porque sempre é feito comparativo com anos anteriores. É algo que, a criminalidade vem desde que o mundo é mundo, é algo que a gente tem plena consciência que não vai acabar. E as leis estão aí para regular isso, e quem descumpra a lei, logicamente aí entra a polícia militar pra combater isso, para que essa violência não se propague no âmbito social, e não venha gerar uma desordem pública [...][Sic] (Informação verbal¹).

¹ Coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

Expressa ainda o policial VBG05: “a violência tem muitas características né, mas é um meio que uma pessoa mal intencionada usa pra tirar a vida ou o bem de uma pessoa. Usar meios e formas diferentes, tanto pode ser agressiva quanto intimidativa, são várias formas que vêm pra definir a violência” (Informação verbal²). A respeito do papel da mídia na sociedade, o policial VBG04 reforça que “a mídia é o porta voz da sociedade, é a oportunidade que a comunidade tem de gritar por um problema, ao fechar uma rua, eles almejam realmente por essa exposição da imagem pra dizer olha eu aqui governador, prefeito, eu estou precisando de um apoio aqui nessa comunidade [...]” (Informação verbal³). Já para o policial VBG07, a mídia é tendenciosa, deturpa os fatos, conforme relata:

O papel da mídia é ela passar as informações, mas passar a informação certa, concreta, porque eu já vi, já li coisas na mídia que não foi bem aquilo, vou te dar um exemplo bem prático, a gente teve troca de tiro aqui dentro [no batalhão], na época, há uns oito anos atrás, era o Grafite o nome do vagabundo temido aqui na Mundurucus, uma troca de tiros com nós, ele morreu, levou um tiro no peito, foi eu que levei ele pro hospital, um único tiro no peito. Quando saiu lá na mídia lá, na reportagem o cara tinha levado oito tiros, ele tinha sido executado com oito tiros, tava lá, pow, que isso, como é que tu quer passar, tem a mídia pra informar a sociedade, como é que denigre a imagem do policial, acabei de falar naquela hora, vai mostrando que o policial é mais violento e vai mostrando que o policial foi lá pra matar o cara, pow, né. [Sic](Informação verbal⁴).

Observa-se nos depoimentos que as concepções estão entrelaçadas por experiências. Assim, para Blumer (1969), o interacionismo simbólico não compreende que o significado se constrói com o elemento em si, ou com os fatores psicológicos, antes considera que

O significado é produzido a partir do processo de interação humana. Para um indivíduo, o significado de um elemento nasce da maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento. Todas as suas ações preocupam-se em defini-lo para o indivíduo. Desta forma, o interacionismo simbólico considera os significados produtos sociais, criações elaboradas em e através das atividades humanas determinantes em seu processo interativo. (BLUMER, 1969, p. 121).

Para o autor, os conceitos fundamentais do interacionismo simbólico descrevem a natureza de problemáticas, como: interação social, grupos, o homem como agente, e a

² Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

³ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁴ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

atividade humana. O policial militar constrói diariamente interações, ele é parte de um grupo institucional, a polícia, e seu agir é caracterizado por inúmeras atividades desenvolvidas ao longo de sua vida. Evidente que essas ações também se misturam com seu agir no mundo. Ou conforme acentuam Sandstrom et. al (2016, p. 17), “os seres humanos não conseguem discutir, de forma significativa, uma realidade objetiva crua ou não interpretada. Não que as coisas, em si, sejam inatingíveis ao nosso conhecimento, mas elas podem, sim, ter uma variedade de significados possíveis”. Essas experiências comuns a todo homem podem ocorrer de forma coletiva ou individual. A reflexão amplia a discussão quanto à forma como policiais agem, pensam e se comportam. Ou seja, a ação policial frente à violência não reflete apenas uma perspectiva pessoal, mas representa muito de uma instituição. A ação policial é reflexo da polícia e também da sociedade em que se insere. Da mesma forma, a mídia no seu processo intervém no desencadeamento das interações discursivas das pessoas.

Para Blumer (1969), a vida em sociedade é complexa, constitui-se por atos humanos carregados de cultura, valores, conceitos, posições sociais e maneiras como uns agem em relação aos outros, sendo necessários ajustes contínuos no processo. A interação simbólica não leva em conta apenas o processo interativo social de uns com os outros, mas propõe que os homens, ao interagirem, controlem seu comportamento. Ou seja, a ação humana não é atribuída somente a fatores culturais, sociais, ou de natureza psicológica, ela equivale a relações entre agentes, e não a fatores que cercam esses agentes.

Verifica-se que as atividades desenvolvidas por policiais contribuem com a formação de sua conduta e seu agir em relação ao outro, à violência e à mídia. Nessa relação haverá um jogo de reavaliar e mudar posturas e falas, à medida que se compreendem os significados produzidos nesta interação. A partir das experiências com a mídia, por exemplo, policiais podem adotar maior aproximação ou afastamento dessa relação. Há uma necessidade de adaptação nas atividades práticas da violência, da polícia e da mídia. Nessa tríade, todos costumam entre si processos de interação, responsabilidades uns com os outros e sentidos.

É relevante destacar que, ao se tomar a mídia como um dos objetos, considera-se que ela é um dos dispositivos existentes na experiência dos indivíduos na contemporaneidade, conforme esclarece Rodrigues (2016, p. 184):

Partem do pressuposto de que estas questões dependem do funcionamento dos media, como se o funcionamento dos media fosse uma realidade exterior à própria experiência do mundo própria da sociedade que a inventou e que a utiliza. Os dispositivos mediáticos da enunciação têm influência sobre os nossos comportamentos e têm poder, mas essa influência e esse poder escapam à nossa percepção e, por isso, somos incapazes de os discernir, uma

vez que coincidem com a própria experiência que nós próprios constituímos. (RODRIGUES, 2016, p. 184).

Nas reflexões sobre a interação social, Blumer (1969) reforça a importância das contribuições de Mead que traz a mais profunda análise do tema a partir de duas formas de interação: a primeira, simbólica, quando há uma reação à ação da outra pessoa; e a interação não simbólica, quando a reação ocorre por reflexo.

Já França (2007), ao fazer uma análise do pensamento de Mead atenta ao aspecto da comunicação presente na interação social. Para a autora, há poucas relações entre as ideias de Mead com o campo comunicacional, e apesar dele não ser um teórico da comunicação o mesmo ocupa um lugar no campo, uma vez que suas discussões sobre interação simbólica estão centradas nas experiências entre o indivíduo e o mundo comum.

À reflexão de França (2007), para pensar a comunicação a partir do pensamento de Mead, soma-se a discussão sobre as interações entre violência, polícia e mídia, uma vez que há uma relação comunicativa entre ambas. Neste sentido, os gestos que descrevem o ato social e provocam uma resposta, são para a autora parte do ato social, ele é o meio, é o início do ato e estimula a participação do outro, ou seja, os indivíduos da relação são afetados, reforça a autora:

O que acontece para que um indivíduo possa responder a seu próprio estímulo? Ele faz isto assumindo o papel do outro, a partir e através de sua provável resposta. É pela participação do/no outro que o indivíduo pode ver-se a si mesmo como o outro o vê, e pode controlar seu próprio comportamento da mesma maneira como procura intervir no comportamento do outro. A aposta central da comunicação é essa afetação mútua. (FRANÇA, 2007, p. 3).

Segundo França (2007), a comunicação é tipo de gesto e nela os indivíduos são modificados. Muito do que vemos sobre a violência na mídia passa por um processo de modificação técnica para atender a linguagem e aos interesses dos meios. As experiências de um policial com a violência que faz parte de sua atuação, ou com a mídia na narrativa dos fatos ligados ao tema tendem a modificar sua ação e seu olhar sobre as mais diversas questões presentes na sociedade. Diante das reflexões a autora destaca a importância da comunicação no pensamento de Mead, uma vez que a mesma é inseparável do ato e da vida social. Mas também não podemos esquecer o que nos diz Rodrigues (2016), quando lembra que de todas as mídias, a linguagem é a que regula a constituição do ambiente em que funcionam todas as dimensões da atividade comunicacional.

Para França (2007), nas reflexões de Mead, tanto o espírito, compreendido como campo reflexivo do homem, quanto o self, a personalidade social do indivíduo, são marcados pela comunicação. Na vida em sociedade a atividade dos sujeitos é cooperativa e se desenvolve com atos e trocas através da comunicação. Duas questões são centrais na formulação de Mead: “Inicialmente todo ato social é uma interação, ação partilhada, levada a termo em conjunto [...] Em segundo lugar, o ato é um todo, formado por partes, e todo é anterior às partes” (FRANÇA, 2007, p.7).

Ao tomar o pensamento de Mead, a pesquisadora França (2007), afirmará que não é possível analisar a ação de um emissor sem considerar a quem esse se dirige, e não é possível analisar o gesto sem saber a quem ele serve. A autora reforça a importância de analisar a dinâmica que constitui os indivíduos e a sociedade. É necessário olhar para toda a relação ternária, essa dupla natureza do gesto, que realiza atos, respostas e acabamentos no processo relacional. É importante observar a questão da comunicação: estímulos que são repostas, repostas que são estímulos, e respostas que orientam. A comunicação se consolida na relação que toma forma por meio de significados. Para a autora, nem toda interação é comunicativa e no pensamento de Mead há também a distinção da interação com e sem significados.

Ao se considerar o elemento da comunicação no interacionismo de Mead, enfrenta-se o debate sobre violência, polícia e mídia. “O pensamento de Mead nos coloca ainda hoje um desafio; ele fala da comunicação como momento de costura, de construção, de transição. A comunicação, portanto, é da ordem do movimento”. (FRANÇA, 2007, p. 10).

Sendo a comunicação um processo em movimento, na perspectiva do interacionismo simbólico, esse movimento é mais específico, no que diz respeito à sociabilidade. Para Simmel (2006), a sociedade de modo geral é marcada por interações, nas quais os indivíduos tem relação entre, com e contra o outro, e esse processo interativo representa unidade. Lugares, contextos históricos e interesses são elementos da sociação. Tudo que constitui o conteúdo da sociação não existe por si só, não possui uma natureza social definida e pronta.

Em si e para si, essas matérias com as quais a vida se preenche, essas motivações que a impulsionam, não têm natureza social. A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou os resultados da inteligência não são, em seu sentido imediato, por si só, sociais. São fatores da sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação. (SIMMEL, 2006, p. 60).

A partir da afirmação de Simmel (2007), percebe-se que policial, violência e mídia

também não podem existir por si sós, porque são questões sociais e resultam da sociação de uns com os outros, e por isso as constituem. A violência se configura por meio da troca entre sujeitos dos sentimentos de insegurança e do medo partilhados com outrem. Do mesmo modo, a polícia depende da interação com o outro, da demanda do cidadão e da sociedade de modo geral, e a mídia é resultado de uma unidade interativa social entre jornalismo e sociedade.

Os interesses de cada uma das partes estruturam a base da sociedade. A reflexão do autor colabora na reflexão contemporânea sobre o problema da violência urbana e a banalização do tema. Lida-se com a problemática porque há interações que estruturam e fortalecem a questão.

Para Simmel (2006), a sociação é a unidade de interesses de qualquer natureza, e são esses interesses o conteúdo da sociação. As necessidades colaboram para a independência dos conteúdos e, no exercício desses conteúdos, surge a sociabilidade. Policiais possuem entre si interesses específicos como a segurança do cidadão, o combate à violência, e enquanto agentes públicos, carregam uma missão específica que os une, e por isso se compreende a atividade policial como processo de sociabilidade. Em contrapartida ou ao mesmo tempo, eles estabelecem a partir de suas atividades relações com a sociedade.

Na sociabilidade, o social é o ser com, para e contra (SIMMEL, 2006). O policial atua com e contra a violência; já a mídia não necessariamente assume a postura do com ou contra, mas por diversos interesses acompanha e atua nesta sociabilidade ao noticiar. No cotidiano, o policial vivencia esse movimento interativo marcado por sentimentos. As qualidades pessoais dos sujeitos decidem o caráter do ser em comunidade, porém elas não devem ser enfatizadas de forma individual.

Quando os interesses reais, em cooperação ou colisão, determinam a forma social, eles mesmos já cuidam para que o indivíduo não apresente sua especificidade e singularidade de modo tão ilimitado e autônomo. Mas onde essa condição não ocorre, é necessário que o refreamento se dê apenas a partir da comunhão com os outros, outra maneira de redução da primazia e da relevância da personalidade individual. (SIMMEL, 2006, p. 66).

Neste contexto, o autor reforça que o sentir tem muito significado na vida em sociedade para a autorregulação e os limites para os impulsos individuais na relação com os outros. Desta forma, na sociabilidade não entram as questões objetivas das pessoas.

Méritos individuais não desempenham qualquer papel na sociabilidade. Quando o fazem, não passam de uma leve nuança daquela imaterialidade com a qual apenas à realidade é permitido penetrar o artifício social da

sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 67).

Toda representação mais pessoal não tem lugar na sociabilidade. As reflexões de Simmel (2006) ajudam a pensar que, na atividade policial, o sujeito modifica sua personalidade, passando a perceber-se e ser visto pelos outros de modo mais coletivo. Nesta perspectiva, há um apontamento para compreender o motivo pelo qual o erro ou o acerto de um policial tende sempre a ser atribuído ao trabalho da corporação como um todo. A modificação da personalidade e objetividade do indivíduo nessa relação de interesses específicos fortalece de forma igualitária como os policiais são vistos.

Em sociedade, policiais “maus” ou “bons” são pouco diferenciados e, na maioria das vezes, há generalizações quanto a esses sujeitos. Para situações negativas, há uma tendência por parte da instituição em tratar o policial de forma individual, um exemplo de um caso isolado, uma situação que não representa o todo. Sair dos padrões e dos interesses mútuos significa deixar de ser reconhecido como parte do grupo.

Ainda pensando o fenômeno da sociabilidade, Simmel (2006) acentua que o ser humano é o limiar dessa interação. O homem é um complexo de formas, apresenta-se de modo diferente e também demarcado; ele é o político, o pai de família, o trabalhador, o criminoso, o policial. Ele como ser sociável é singular, mas na sociabilidade retira todos os sentidos da personalidade. Sempre que este se apoia em conteúdos objetivos, ou em questões pessoais, a sociabilidade deixa de ser o elemento central. Nesta configuração da sociabilidade, na qual a personalidade do indivíduo não prevalece, há um princípio de partilhar valores entre os indivíduos, o que aponta para a estrutura democrática da sociabilidade, marcada por uma espécie de acordo social.

Simmel (2006) reforça que a igualdade e a democracia da sociabilidade resultam da eliminação do que é pessoal e material, sendo, portanto, um jogo, pois cria

um mundo sociologicamente ideal: nela, a alegria do indivíduo está totalmente ligada à felicidade dos outros. Aqui ninguém pode em princípio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus. (SIMMEL, 2006, p. 69).

Para o autor, essa configuração democrática sem atritos entre iguais é um mundo superficial, onde a cortesia é parte do comportamento, onde os indivíduos tomam para si valores apenas se os outros com quem há interação também o façam, por meio dos jogos sociais, a saber:

Todas as formas de interação e sociação entre os seres humanos como o desejo de superar o outro, a troca, a formação de partidos, o desejo de ganhar, as chances de encontro e separação casuais, a mudança entre oposição e cooperação, o engodo e a revanche, tudo isso, na seriedade da realidade está imbuído de conteúdos intencionais. (SIMMEL, 2006, p. 72).

A interação policial, violência e mídia está também inundada de conteúdos intencionais. Desejos de superação, as mais diversas trocas, as oscilações entre se opor e cooperar são elementos presentes no movimento desse contato. Segundo Simmel (2006), a sociabilidade retém ainda outras formas de interação que giram em torno de si mesmas, e isso se revela por meio da conversa. Nesse tipo de contato o assunto em si é somente base no intercâmbio do discurso.

Todas as formas de interação da conversa, que de resto estão a serviço de inúmeros assuntos e finalidades das relações humanas têm aqui seu significado em si mesmas [...] no estímulo do jogo da relação que elas estabelecem entre indivíduos que se unem ou se separam, que vencem ou subjugam-se, recebem ou dão. (SIMMEL, 2006, p. 75).

Seguindo a linha das interações conversadas, dialoga-se com Goffman (2011), para quem, na interação falada, uma olhada, um tom de voz, tudo pode preencher uma conversa. Nesse tipo de interação, as regras e os procedimentos adotados fazem parte do jogo. São os gestos carregados de significados os responsáveis pelo início da comunicação. Quando ocorre essa reciprocidade, há a certeza de que as pessoas estão abertas umas com as outras. Para o autor, muitas vezes, a conversa pode ser símbolo de intimidade.

2.1.1 O policial como agente da interação

Ao refletir sobre as interações na sociedade é importante identificar de que forma se dá o comportamento do indivíduo em relação aos outros. Blumer (1969) reforça que, na interação simbólica, o homem reage, interpreta, é objeto da própria ação e responsável por suas atitudes em relação aos outros. Para o autor, o eu do sujeito o capacita para a comunicação consigo próprio, por meio do processo social. Já para as ciências sociais e psicológicas, há outro entendimento quanto ao agir do homem. Essa linha de pensamento considera que o comportamento do homem representa respostas a fatores conscientes e inconscientes, ligados a ideias, valores e culturas. Mas para Blumer (1969), essa linha teórica não leva em consideração que o homem constitui um comportamento que é resultado de uma

organização recíproca.

Segundo o autor, o homem é social porque se empenha na interação consigo mesmo, se relaciona com seu ambiente, precisa lidar com o que observa, tem contato com o que analisa e concede significados às coisas, e, a partir desse processo, ele direciona uma ação. Agora, pensemos no policial, enquanto sujeito social, que constrói seu comportamento a partir das etapas apontadas pelo autor. Há no agir policial a autorreflexão, a interação com o ambiente onde atua, a definição de estratégias para lidar com o que observa, e, a partir desses processos, ocorre a ação deste. Em relações interativas, o sujeito, isto é, o policial, não interage apenas como respondente, mas também como agente.

Simmel (2006) lembra que o indivíduo recebe pressões de todos os lados, sendo envolvido por sentimentos, pensamentos, o que tende a dificultar uma decisão objetiva do comportamento. As semelhanças e diferenças entre os indivíduos estruturam significados, e na ação entre as pessoas a diferença tem maior importância, pois incentiva a atividade. Cada indivíduo compreende seu significado na contraposição com as outras pessoas com quem convive. Na vida em sociedade, essa construção mediante diferenças e semelhanças é extremamente cotidiana, presente em todos os tipos de relações, ambientes e sujeitos. Se o foco voltar novamente para o policial, ficará nítido que em sua atividade esses contrastes de encontros estruturam sua postura. Essa dinâmica social é uma forma prática de posicionamentos iguais e diferentes em relação ao outro, à violência e à mídia.

Neste processo, enfatiza-se a importância da interpretação nessa dinâmica social. Para Blumer (1969), o homem precisa dar conta de um mundo a ser interpretado por ele, e para isso deve também orientar seus atos e não apenas reproduzi-los a partir das influências que sofre. O sujeito da interação precisa planejar, elaborar e avaliar sua ação. Essa reflexão colabora para entendermos, por exemplo, as cobranças que a polícia precisa encarar ao demonstrar ações destituídas desse processo. Sempre que uma ação policial resulta em prejuízos para a sociedade, naturalmente se questionará a ausência do planejamento da ação realizada. De forma individual, ou coletiva, haverá sempre uma interação interpretativa. (BLUMER, 1969).

2.1.2 Mutualidades: Autoridade, conflito e cooperação

Ao pensar o sujeito enquanto agente da interação, convém observá-lo não somente em uma perspectiva individual, mas também grupal do processo. Simmel (2006) reforça que os grupos sociais estão mais orientados para uma tomada de decisão. Imaginemos: se tais

decisões forem construídas em cenários diversos de conflitos, autoridade, subordinação e cooperações, e apesar de todo o desejo de dominação, existirá interesse pelo outro; mesmo em uma vontade de dominar, há um tipo de interação. As relações de ordenação e subordinação têm papel significativo na vida social. Assim sustenta Simmel (1983):

A estrutura peculiar da “autoridade” é importante para a vida social nas mais variadas formas; isto é visível tanto em seus começos quanto em seus exageros, tanto em suas formas agudas quanto nas duradouras, e parece ocorrer de dois modos diferentes. Uma pessoa de importância ou força superior pode adquirir, em seu círculo social mais próximo ou mais remoto, uma relevância esmagadora de suas opiniões, uma fé, ou uma confiança, que tem o caráter de objetividade (SIMMEL, 1983, p. 109).

De acordo com Simmel (1983, p.109), “um poder supra individual” investe a pessoa de dignidade e isso não seria possível de modo individual. Ao pensar nas organizações militares, por exemplo, depreende-se bem o que diz o autor. Ao mesmo tempo em que nesse ambiente a autoridade é parte das relações, esse tipo de interação forma o soldado, o policial e os molda, os fabrica em sujeitos cooperadores da organização, porém nesse contexto, a polícia organiza-se como instituição disciplinadora, como reforça Foucault (1987), em que o poder como verdade é estabelecido, há uma ação sobre as ações, em que as relações de poder são marcadas pela disciplina da liderança para com os liderados. Ora, o poder individual do policial pode ser compreendido a partir do que o autor chama de corpos dóceis:

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas, essencialmente lutando, as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra: Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta [...] O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa [...] (FOUCAULT, 1987, p. 162).

O conflito também é parte da sociação, sendo um dos aspectos mais experienciado nas interações. Elementos como ódio, inveja, necessidades e desejos são as causas do conflito. Ele é positivo uma vez que trabalha para resolver dualidades em busca da união, “é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (SIMMEL, 1983, p. 122).

Conflitos, mortes e embates fazem parte do cotidiano dos policiais militares. Ao pensar o conflito como parte da vida social, adota-se um olhar mais amplo e complexo para as questões que envolvem a violência na sociedade. O policial precisa desenvolver seu trabalho

tendo a unidade como premissa e valor. Garantir a paz e a segurança são anseios sociais e modos práticos de pensar a unidade. Ao mesmo tempo em que se alimenta a expectativa de dias sem o medo e a violência, essas questões são parte da sociedade, sendo as relações constituídas não apenas por forças positivas, do bem, mas elas dependem de todas as categorias de interação (SIMMEL, 1983).

Assim como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. (SIMMEL, 1983, p.124).

Por mais complexa que seja a compreensão do autor, ela é pertinente, haja vista que os indivíduos carregam uma diversidade de emoções e reações. Não é que seja o alvo a construção de relações harmônicas e desarmônicas, de amor e ódio, estes pretendidos, desejados nas relações, mas essa experiência do conflito parece intrínseca a todo ser humano. Então, nesta perspectiva, surge como desafio buscar o equilíbrio na vida em sociedade, principalmente porque ao refletir sobre a questão, compreende-se que nas vivências militares, às vezes, o conflito extrapola os limites, o embate pode resultar em ações marcadas por agressividades e violências. O conflito na atividade policial configura-se com tensionamentos, entre o proteger e o agredir.

Para o autor, é um erro achar que um tipo de interação elimina a outra, por outro lado, esses elementos duplos realizam um papel positivo quando observados de modo mais amplo, apesar da destruição que pode causar nas relações. Claro, não é tarefa simples apreender a reflexão de Simmel (1983), uma vez que morte, conflito são questões sempre problemáticas, pois elas assustam, mudam o cotidiano. Muitas vezes, o conflito é a base para a formação do grupo, e para os policiais funciona desta forma. Sem o conflito, as necessidades sociais, os desejos do eu e do outro, a violência e o uso da força, enquanto interações negativas, não seriam conteúdo da sociação. Entretanto, elas são e atuam com formas recíprocas entre as partes, transformam o interno e o pessoal das partes envolvidas, ou seja, essa interação afeta também o eu. Nessa linha, há outro significado para o conflito, no sentido de como ele pode transformar cada pessoa. Essa significação do conflito colabora em nosso objetivo de compreensão dos sujeitos, não se trata de uma aprovação generalizada à relação conflituosa, mas justifica-se pelo anseio de identificar essa experiência do embate.

A experiência cotidiana mostra quão facilmente um conflito entre dois

indivíduos transforma cada um deles, não apenas em sua relação com o outro, mas também consigo mesmo. Antes de mais nada existem para o indivíduo as consequências desfiguradoras e purificadoras, enfraquecedoras ou fortalecedoras do conflito (SIMMEL, 1983, p. 150).

As reflexões apontadas pelo autor dizem muito do que a violência representa para o policial em seu cotidiano na rua, assim como para as pessoas que são afetadas. Na sociedade, ele é sujeito público, autoridade e também um trabalhador constantemente convidado aos mais diversos conflitos de ordem física, psicológica, de interesses e de propósitos frente ao enfrentamento da criminalidade urbana. As experiências conflituosas dos policiais trazem, sem dúvida, consequências de todas as naturezas para si e para o outro, os embates violentos não se justificam em decorrência dos processos de sociação e sociabilidade. O ódio ou qualquer tipo de violência não podem ser naturalizados na vida social, mesmo frente a uma vasta complexidade de interações vividas pelos policiais. A violência policial, pensada enquanto conflito, deve ser compreendida como ação cotidiana marcada por consequências desfiguradoras e enfraquecedoras.

Sobre esse agir grupal interativo, Goffman (2002) afirma que toda representação na vida cotidiana, a exemplo de como ocorre na encenação teatral, o conteúdo da apresentação é uma extensão expressiva coletiva de todos os atores em cena. O sociólogo ressalta que na vida social a atitude de um indivíduo é parte de uma projeção constituída pela cooperação de outros participantes, a impressão particular tende a desaparecer. Tal reflexão é pertinente tanto para as ações de natureza conflituosa quanto para as de conciliações. Na experiência policial normalmente prevalecem ações coletivas, e os conflitos entre si devem ser evitados em nome de uma imagem a ser preservada na sociedade.

É evidente que, se os membros de uma equipe devem cooperar para manter uma dada definição da situação diante da plateia, dificilmente estarão em condições de manter aquela impressão particular diante dos outros. Acumpliciados na manutenção de uma aparência particular das coisas são forçados a se definir uns aos outros como pessoas “a par dos fatos”, diante das quais não pode ser mantida uma fachada particular. Os companheiros de equipe, então, proporcionalmente à frequência com que agem como equipe e ao número de assuntos incluídos na proteção delineadora, tendem a ser ligados por direitos do que se poderia chamar de “familiaridade” (GOFFMAN, 2002, p. 81).

O espírito de corpo e equipe mantém a estrutura institucional policial, pelo menos regimentalmente. Quando há desvios de normas, regras, acordos estabelecidos, a ideia de equipe fica ameaçada. Esse agir de cooperação frente às situações de toda natureza deve ser

mantido, ainda que de forma superficial o trabalho em equipe deve ser externado. Evidente que as regras nem sempre são internalizadas de acordo com que é estabelecido, pois fatores de ordem diversas vão formar a subjetividade humana. Segundo Goffman (2002), quando um membro do grupo comete um erro na presença da plateia (plateia enquanto sociedade), os outros integrantes da equipe devem punir o ofensor até que o público não esteja mais presente. Para o autor, em organizações autoritárias, há sempre regras severas e nenhum deles pode mostrar desrespeito com relação ao outro superior. “Os oficiais do exército mostram unanimidade de opinião diante dos recrutas, ou pais diante dos filhos, patrões diante de empregados [...]” (GOFFMAN, 2002, p. 87).

Essas interações internas particulares são dinâmicas, mutáveis e dependem da situação em curso. Ao trazer essa reflexão para a realidade da atividade policial, observa-se a preocupação deste ator em manter o esforço cooperativo em nome da imagem externa da corporação, sobretudo com objetivo de manter opiniões externas positivas. Para que isso ocorra, é importante que se tenha o controle do cenário durante a interação, como reforça Goffman (2002). Pensa-se no esforço durante uma ação policial, durante a qual é indispensável evitar informações que causem maiores preocupações nas pessoas, ou ainda externar aos cidadãos algum controle diante dos medos e a insegurança na cidade. Mas esse policial também sofre medos, enfrenta temores tanto diante de sua atividade como cidadão.

Frente a essa vivência social, Goffman (2002) argui que indivíduos que atuam em determinada equipe se diferenciam uns dos outros a partir do grau de seu envolvimento com a equipe. Alguns têm pouco interesse em se mostrar ao público, e outros estão interessados na aparência que exibem. E isso foi constatado durante observação exploratória desta pesquisa, ao assistir a algumas edições do programa Balanço Geral, da TV Record Belém, em que se verificou o interesse de alguns policiais em externar o comprometimento da e com a corporação e com a segurança da comunidade. Essa postura reafirma a preocupação em exibir uma imagem positiva de si e do trabalho realizado no enfrentamento da violência urbana. Naturalmente há destaque de alguns policiais do grupo a depender do empenho desses nas ações de policiamento. Muitas vezes, esse empenho em ação o coloca em lugar de visibilidade na mídia.

É relevante ressaltar que a comunicação se constitui num processo intersubjetivo, pois

Os seres humanos desencadeiam a atividade comunicacional sempre que se encontram num mesmo ambiente, se reconhecem mútua e reciprocamente como parceiros de interação e estão focados no mesmo foco de atenção. Os estudos da comunicação têm, por isso, como objeto o estudo destas quatro

componentes da atividade comunicacional: o encontro, o ambiente, o reconhecimento mútuo e recíproco e o foco de atenção dos intervenientes nessa atividade (RORIGUES, 2016, p. 195).

Assim, a comunicação, segundo Rodrigues, depende do seu encontro comigo, no ambiente constituído pelo dispositivo técnico ou pela mídia. Todos os encontros entre os seres humanos decorrem num ambiente criado por um dispositivo técnico ou por uma mídia. Para o autor, a única maneira de as pessoas “sobreviverem neste planeta depende da possibilidade de criarem ou inventarem dispositivos artificiais para constituírem o seu ambiente ou, melhor dizendo, o seu mundo próprio, dispositivos técnicos” (RODRIGUES, 2016, p. 200-201).

Nunca é demais recordar que, mesmo quando nos encontramos face a face temos que utilizar o dispositivo técnico da linguagem, a mídia primeira de que precisamos para podermos interagir com os outros seres humanos que partilham conosco o mesmo mundo. É por isso que é errado considerar a mídia como uma invenção do nosso tempo; a invenção das mídias é tão antiga como a própria espécie humana. São as mídias que produzem o nosso mundo (RODRIGUES, 2016, p. 201).

A perspectiva de discussão do autor é entender a dimensão comunicacional face a face, bem como os dispositivos midiáticos, que foram sendo inventados para autonomizar uma dessas dimensões, haja vista esta autonomização poder solucionar alguns problemas com que ela se confronta, principalmente as limitações espacial e temporal.

O pesquisador estabelece uma diferença entre as mídias e a comunicação face a face. Segundo ele,

Enquanto, neste último caso, o reconhecimento é feito através da percepção mútua e recíproca da presença física e de todas as suas componentes, no primeiro caso, o reconhecimento está dependente, não da percepção da presença física, mas da percepção da representação da dimensão da presença selecionada pelo dispositivo midiático que constitui o ambiente em que ocorre a interação. Assim, por exemplo, a escrita seleciona as marcas gráficas da fala, o telefone ou a rádio seleciona as marcas da presença da voz, a televisão seleciona as marcas da representação sonora e imagética da presença corporal. Como vemos, em cada uma das modalidades de atividade comunicacional, o reconhecimento mútuo e recíproco depende evidentemente da natureza midiática da representação da presença dos interactantes no ambiente que o dispositivo midiático constitui (RODRIGUES, 2016, p. 202).

Assim, as pessoas podem se reconhecer mútua e reciprocamente no mesmo ambiente e, no entanto, não desencadearem a atividade comunicacional. Para que aconteça, é necessário que estejam focadas no mesmo foco de atenção. Para o autor, o foco de atenção é qualquer

objeto de percepção suficientemente manifesto aos que se reconhecem mútua e reciprocamente no mesmo ambiente constituído pelos dispositivos midiáticos para desencadear o interesse e/ou a vantagem de desencadear a atividade comunicacional.

Retoma-se, dentro dessa perspectiva, o sentido de equipe, conforme o conjunto de pessoas com unidade de cooperação, “uma equipe é um grupo mas não um grupo em relação a uma estrutura ou organização social, e sim em relação a uma interação, ou uma série de interações, na qual é mantida a definição apropriada da situação” (GOFFMAN, 2002, p.99). Para a polícia, a ideia de grupo corporativo estrutura-se institucionalmente, eles formam uma equipe, diferentemente de como propõe o autor. No entanto, nessa configuração, percebe-se que o policial é ator interativo grupal e responde a tantas outras interações sociais, provenientes da relação com os outros militares, da violência e do cotidiano da cidade. Para o desempenho satisfatório, a equipe deve seguir seu envolvimento grupal em controle. Assim, “O público não deve adquirir informações destrutivas a respeito da situação que está sendo definida por ele. Em outras palavras, uma equipe deve ser capaz de guardar seus segredos e fazer com que eles sejam guardados” (GOFFMAN, 2002, p. 132).

2.1.3 A representação do Eu policial

Demarca-se a importância de discutir sobre como o policial se vê e se apresenta para os outros, seguindo às reflexões de Goffman (2002). A perspectiva adotada pelo autor para discutir como as pessoas se apresentam no trabalho e a si mesmas provém da representação teatral. No palco, o ator se apresenta com máscaras e o papel que desempenha depende do papel dos outros. Na vida em sociedade, o indivíduo também se apresenta com a mesma conduta. No caso do policial, sua máscara não serve para esconder, mas para revelar em parte quem ele é. Isso se considerarmos as máscaras como parte da construção externa do ser policial. Sua postura, fardamento, armamento, autoridade, são parte da representação diante do outro e de sua identidade como agente da segurança pública.

Em Goffman (2002), o indivíduo, ao chegar a qualquer ambiente, inquieta os demais com sua presença. Quem chega instiga os outros a pensarem sobre si. A presença de alguém leva o restante do grupo a presumir informações a respeito do outro.

Se o indivíduo lhe for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente

parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar estereótipos não comprovados (GOFFMAN, 2002. p. 11).

Nesse contato inicial, os outros podem acreditar no que o indivíduo fala de si. Se existiu uma relação, uma experiência anterior, então mais ainda a interação presente e a confiança são fortalecidas. De acordo com Goffman (2002), a expressividade do indivíduo envolve a expressão que ele transmite ou emite. Na primeira, há o aspecto verbal, os símbolos utilizados para informar algo. Essa é forma tradicional de se expressar. A segunda é mais ampla, envolvendo ações, percepções de outros em relação a ele.

O policial enquanto ator social, ao se apresentar aos outros, carrega em si o desejo de que o vejam bem, ele deseja assegurar harmonia e confiança no processo da interação junto à comunidade de determinado bairro, ou da sociedade de modo geral. Mas nem sempre essa imagem é percebida da mesma forma pelas pessoas em sociedade, porque esse ator desempenha uma atividade que o coloca quase sempre em situação de confronto, ora como defensor ora como agressor, dependendo de seu agir. Entre os policiais entrevistados, muitos externaram essas oscilações na maneira como são notados e relacionam-se com a população, como se pode conferir, no relato do policial VBG09:

A relação da polícia com a sociedade no meu ponto de vista é boa, mas a relação da sociedade com a polícia não é a mesma. É uma relação de desconfiança né, porque infelizmente ainda têm alguns policiais que teimam em fazer coisas erradas aí você não direciona, do fulano x pro policial y, não, foi o policial e acabou, aí todo mundo leva a culpa [...] Mas têm muitas pessoas de bem que aplaudem, que gostam, que agradecem da polícia da fazendo um ronda, tá polícia tá abordando, poxa isso mesmo tem que atuar, tem que reprimir. Mas tem gente que não gosta, ah mas poxa por que não gosto? Porque eu já fui vítima de alguma coisa, eu tenho parente vagabundo ou eu tenho uma boca ou meu namorado é ladrão, é alguma coisa negativa que eu tenho em mim e que eu não gosto da polícia [...] [Sic] (Informação verbal⁵).

Para o policial VBG10, não há confiança no trabalho:

Eu classifico, é, uma situação de construção, de reforma. Porque até então a gente tá procurando, eu falo a polícia, procurando sair de uma condição de total resistência para uma fase de aproximação com a comunidade, é como eu falei a pouco a polícia do Pará ela tem um estereótipo de uma polícia que não conversa com a comunidade, que não tem a confiança da comunidade e é a realidade ainda, não vou aqui falar uma utopia de que a gente vive em

⁵ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

condição diferente, vivemos ainda, estamos em uma fase de transição, de busca dessa confiança com a sociedade [...] [Sic] (Informação verbal⁶).

Já para o policial VBG19, a relação com a sociedade é classificada de modo mais positivo que negativo:

A minha parte eu me dou bem, porque eu procuro conversar com pessoal, pessoal me reconhece, fala comigo de boa, só que tem policiais que já não se dão muito bem com a população por algum problema de vício ou de alguma coisa que aconteceu [...] Oitenta por cento bem a população com a polícia, vinte por cento já querendo ou não tem algum atrito, acaba pessoal ficando com raiva, aí pessoal que fica com raiva da polícia acaba estendendo pra tudo que é polícia, porque tem um fato isolado de uma viatura que fez alguma coisa aí essa pessoa já passa pra todas [...] [Sic] (Informação verbal⁷).

Para o policial VBG04, também não há uma confiança em totalidade:

[...] Não confia cem por cento, mas confia, muitas pessoas confiam, porque é essa confiança que faz a gente galgar passos mais largos [...] O vínculo com a sociedade é fundamental e eu acho que existe muito, existe muito, o que deixa o cidadão distante polícia é a justiça porque a justiça ela não cumpre o papel dela de prender, de deixar o cara afastado da sociedade, com isso o cidadão fica com medo, porque as vezes ele pensa que o policial que soltou o meliante, por desconhecimento que é a lei que solta, as vezes coloca a culpa no delegado, mas é o juiz interpreta do jeito que ele acha melhor [Sic] (Informação verbal⁸).

Constata-se a tentativa de construir uma imagem positiva, de uma relação confiável, no entanto esse processo interacional é complexo. Quando uma pessoa chega à presença de outros, ela atua no sentido de transmitir a impressão que lhe parece mais adequada e interessante (GOFFMAN, 2002). Segundo o autor, no encontro inicial, os outros podem acreditar no que o indivíduo fala de si, e se houve uma proximidade anterior, então mais ainda se estabelece a confiança. Todavia, o tempo que uma pessoa se mantém em proximidade com outros pode ser insuficiente para se construir informações mais conclusivas, pois “Muitos fatos decisivos estão além do tempo e do lugar de interação” (GOFFMAN, 2002, p.11).

⁶ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁷ Informação coletada por meio de entrevista em 11/11/2019.

⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

Por exemplo, citam-se, na atividade policial, a tomada de decisão em um assalto com refém, ou uma reintegração de posse. Nestes cenários, o encontro inicial entre os sujeitos é envolto de tensão e resistências, o que tende a impossibilitar a confiança imediata. Na ausência de conhecimento ou relação com o outro, o lugar, o tempo e o contexto da interação oferecem poucos sinais dos desdobramentos que serão alcançados. Sabe-se somente que o objetivo de quem atua na repressão, o policial, é manter o controle e garantir o melhor desfecho da situação, já para o outro indivíduo, em posição oposta ao do policial, os anseios permeiam em desistir da ação.

Nos cenários acima, os gestos dos sujeitos da interação são sinalizadores no processo, no entanto nas interações iniciais os atores podem agir de maneira dissimulada. De acordo com Goffman (2002), a pessoa que se apresenta a outros carrega em si o desejo de que o vejam bem, ela quer proporcionar harmonia no processo de interação. O indivíduo se comporta para regular e controlar os outros a partir da influência presente na situação. Quando policiais chegam à presença de outros eles atuam no sentido de transportar a imagem que lhe parece mais adequada. Ou então, que a presença deles significa garantir a ordem. Portanto, a sua presença pode ter sentidos e significados diferentes. Ou seja, de segurança com sua presença ou de angústia com a mesma presença. O autor reforça que a expressão dada, considerada mais teatral, prevalece na comunicação. Ao se apresentar em uma luz favorável, as repostas dos outros se dividem entre o que presenciam do verbal e a expressão. Destaca-se que a imagem do policial nem sempre é positiva junto à população⁹, gerando, por vezes, sentimentos antagônicos nas pessoas, que oscilam entre herói e bandido, principalmente nas narrativas jornalísticas paraenses.

[...] a Polícia e/ou os policiais sempre estão envolvidos na relação dicotômica entre violência e indivíduos, seja numa perspectiva crítica de atuação, seja numa perspectiva de tomada de decisões, considerando que a questão social continua sendo, no Brasil, uma questão de polícia (COSTA et. al, 2018, p. 21).

⁹ Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a respeito das percepções da população brasileira sobre a segurança pública e seus órgãos de maior visibilidade no meio urbano, mostra que a Polícia Federal conta com o maior grau de confiança por parte da população (82,5%), enquanto que 74,1% apresentam algum grau de confiança na Polícia Civil e 72,3% confiam na Polícia Militar. As Guardas Municipais mostraram-se menos confiáveis (68,1%). As porcentagens de confiança nas polícias variam muito pouco por sexo, cor da pele, escolaridade e renda. Tampouco se verificou uma variação substancial entre as regiões pesquisadas. Os entrevistados responderam entre maio e junho de 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/sips_segurancap_2010.pdf. Acesso 14/11/2019.

Pensemos agora em uma abordagem policial. Essa ação segue atos técnicos, dramatizados e representativos, comuns no trabalho da polícia. Por uma questão técnica, o policial coloca em cena o que deve ser verbalizado e a postura mais adequada para a situação em curso. Dessa forma, o contato do policial com o outro obedece a um ritual, uma forma já prevista. Se tudo se desenrola dentro dessa previsão de normalidade, não há preocupações com a interação entre os atores envolvidos, entretanto pela recorrência de ambientes e situações iniciadas pela violência o processo ocorre em maior medida em cenários conflituosos e difíceis, De acordo com Goffman (2002), quando uma pessoa se projeta diante dos outros, mesmo em condição passiva, os outros também projetam uma manifestação da situação.

As definições da situação projetadas pelos diferentes participantes são suficientemente harmoniosas, há ponto de não ocorrer uma franca contradição [...] Não quero dizer que haverá aquela espécie de consenso que surge quando cada indivíduo presente candidamente expressa o que realmente sente e concorda sinceramente com os sentimentos expressos pelos outros presentes. Esta forma de harmonia é um ideal otimista, não sendo, de qualquer forma, necessária para o funcionamento regular da sociedade. Ao contrário, espera-se que cada participante suprima seus sentimentos cordiais imediatos, transmitindo uma visão da situação que julga ser ao menos temporariamente aceitável pelos outros. (GOFFMAN, 2002, p. 18).

Para o autor, o acordo superficial é facilitado porque cada participante tende a esconder desejos. Goffman (2002) define esse comportamento como *modus vivendi* interacional, e os envolvidos contribuem para uma única definição da situação. Por sua vez, o consenso operacional tem conteúdos diferenciados, dependendo do cenário da interação. Em um confronto policial, os desejos dos participantes envolvidos são mascarados, ou até mesmo anulados em detrimento do andamento da ação. Diante de um combate, o sentimento dos sujeitos tende a ser o de vencer, de dominar seu adversário. Porém, na sociedade, determinadas regras e princípios colaboram para o desfecho da situação mais apropriada. “A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada” (GOFFMAN, 2002, p.21).

Diante dos outros, é necessário controlar as impressões das situações vividas. Ao representar qualquer atividade, as pessoas agem de forma dramatizada sempre

considerando a ação dos demais participantes. Observa-se, neste contexto, o que Goffman (2002) chama de interação face a face, quando em linhas gerais ocorre a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros. Isto é, os olhares, os gestos e a linguagem como elementos comportamentais da interação. Nos encontros sociais, cada pessoa define o padrão de atitudes com o qual se expressa. Policiais mantêm padrões militares que servem como ferramenta para normatizar o agir, o ser, e o falar deles enquanto policiais. Por isso, qualquer interação que se desenvolva fora desses padrões será problemática, seja na corporação, seja entre as pessoas.

Padrões funcionam também para reforçar as representações. Quando uma pessoa desempenha um papel, ela deseja que seus observadores levem a sério a impressão sustentada. Para Goffman (2002), na representação, o indivíduo mantém influência sobre determinado grupo particular. O indivíduo pede que acreditem no personagem, acreditem que as coisas são como parecem ser.

Partindo dessa proposição, o autor inverte a questão para examinar a própria crença do indivíduo na impressão de realidade que tenta oferecer aos outros. Em um extremo, o ator está completamente convencido de seu próprio número, de que a realidade que encena é a verdadeira realidade. Já no outro extremo o ator pode não estar completamente convencido de sua ação. “Quando o indivíduo não acredita em sua própria atuação e não se interessa em última análise pelo que seu público acredita, podemos chama-lo de cínico, reservando o termo sincero para os que acreditam na impressão criada por sua representação” (GOFFMAN, 2002, p. 26).

Na relação polícia, violência e mídia, o policial enquanto personagem atua continuamente interessado com seu público. O que o cidadão pensa, o que a mídia divulga sobre ele e sobre sua atuação no enfrentamento da violência urbana têm valor fundamental, pois confirma reflexões e pensamentos. As respostas dadas à sociedade devem ser positivas. Esse é sempre o objetivo. Na representação policial frente ao problema da insegurança, é necessário acreditar no trabalho que está sendo realizado. Diante da população e da mídia, o policial é observado e deve se mostrar firme quanto a suas crenças, a valores e principalmente à missão de proteger aos outros em sua volta. Os olhares da mídia e da população sobre o policial são diferenciados. A mídia costuma destacar o ato trágico das ações e vai fazer recortes dessa construção factual ou que com certeza influenciará a opinião pública. Já o olhar da população vai depender das experiências vividas com as ações policiais e da imagem apresentada. Nessa interação social, o conhecimento da realidade e a avaliação do outro são essenciais para si, e principalmente para a comunidade onde este atua.

Segundo Goffman (2002), é natural que exista uma oscilação entre cinismo e sinceridade, mas ainda assim não devemos excluir o tipo de ponto de transição que pode ser mantido. Ou seja, mesmo que exista por parte de um policial a preocupação com o público isso não significa que sua representação social seja em totalidade verdadeira e honesta. Ela pode muitas vezes ser disfarçada, forjada, com a mesma finalidade de levar ao público uma boa imagem, uma fachada aceitável. Por vezes, a boa fachada dos policiais vai prevalecer nas interações sociais.

Para o autor, a fachada é o equipamento expressivo padronizado durante a representação, e funciona como uma imagem traçada de atributos sociais aprovados. A fachada pessoal e dos outros são regras do grupo. Sempre que um ato padrão apresenta uma imagem consistente, apoiada por outros participantes a pessoa faz uso da fachada. E quando não existe um ato padrão definido a pessoa está fora da fachada. Na vivência policial existe uma linha a ser obedecida, ou seja, uma padronização no agir para cada situação. Neste sentido, a preservação da fachada na interação social entre polícia e sociedade, polícia e mídia, polícia e violência urbana é atravessada por imagens superficiais aceitas socialmente.

Como partes da fachada pessoal, é possível incluir vestuário, sexo, idade, características físicas e expressões faciais (GOFFMAN, 2002). Às vezes, é conveniente dividir os estímulos que formam a fachada pessoal em aparência, estímulos que revelam o status social do ator e a maneira, estímulos que revelam sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima. Aparência e maneira podem divergir. Além da esperada compatibilidade entre aparência e maneira, espera-se certa coerência entre ambiente, aparência e maneira.

Além do fato de que práticas diferentes podem empregar a mesma fachada, deve-se observar que uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma “representação coletiva” e um fato, por direito próprio. (GOFFMAN, 2002, p.34).

Goffman (2011) alerta que manter a fachada é frequentemente uma condição da interação e não o seu objetivo. Podem acontecer situações em que uma pessoa pode salvar a fachada do outro por uma ligação emocional, o que colabora para neutralizar incidentes. Neste sentido, para preservar a fachada podem ocorrer vários processos apontados por Goffman (2011, p. 22; 26), sendo eles: o processo de evitação, no qual se evitam contatos e ameaças;

manobras protetoras, defensivas, como respeito, polidez, discrição, o tratamento cerimonial; processo corretivo para restabelecer o equilíbrio; e cooperação. Esse comportamento interacional para manter a fachada é comum entre os policiais em nome da preservação do espírito coletivo e da imagem da corporação.

Na busca por uma compreensão do ser policial, outro aspecto importante no comportamento interacional diz respeito à produção dos significados. Para Girardi Jr (2016), deve-se entender a produção de sentido na comunicação, como a produção de certos esquemas nos quais os indivíduos se reconhecem dentro das situações em que estão inseridos, e há neste processo liberdade para se aproximar e distanciar. “Os indivíduos agem por uma série de orientações conjugadas e autorizadas no que diz respeito às trocas simbólicas” (GIRARDI JR, 2016, p. 219). Como ator social, o policial está inserido neste processo de construção de sentido. Ao se ver na mídia e ao se relacionar com o espaço social midiático, ele vivencia a interação.

Do mesmo modo, Ennes (2013) aponta que as escolhas, as decisões de quem participa da interação e o sentido das ações são produzidos nas relações, e esse envolvimento deve ser compreendido dentro do contexto em que se realiza. Para o autor, é importante reforçar que a interação não se resume apenas ao contato face a face. Ao se ver no noticiário, um policial também estrutura suas relações interativas com a mídia.

De acordo com Ennes (2013), as interações sociais devem ser compreendidas dentro de um processo maior e do qual recebem de outras interações o sentido e significado de ações, valores, e seguem gerando elementos e significados para outras interações. O policial tem a possibilidade de se compreender e se perceber nas e pelas relações sociais. Desta interação é possível pensar a construção identitária dos indivíduos, do policial militar.

Com base em Goffman (2011), ressalta-se que, quando uma pessoa inicia um encontro, ela já está em algum tipo de relação social com os outros. Nessa relação, o sujeito é forçado a confiar sua imagem à boa atuação dos outros. Na vida em sociedade, é primordial mobilizar as pessoas para que sejam participantes autorreguladores em encontros sociais. Por meio do ritual, como define o autor, o indivíduo é ensinado a ter sentimentos, orgulho, honra, sendo que esses elementos devem ser externados na prática da interação. A natureza humana é constituída de regras morais, e essas regras definem a avaliação que o sujeito terá sobre si e sobre os outros. Para um policial, além das regras sociais comuns a todos, ele partilha de regras específicas, e o padrão militar ensinado vai influenciar em suas práticas, seus sentimentos e modo de se perceber, e perceber aos demais com quem se relaciona a sociedade.

A partir das perspectivas do interacionismo simbólico, percebe-se que a construção dos significados pelo policial militar é estruturada por experiências coletivas na vida em sociedade, a partir de uma comunicação interativa moldada por atos, interpretações e conflitos. O agir e o pensar policial são reflexões das experiências no cotidiano, marcadas por dramas, rituais e performances para chamar a atenção do outro. O desempenho da atividade tem como alvo a satisfação do público, a aprovação da população a qual este compreende representar. Para a mídia, essas interações vividas são pouco exploradas, uma vez que não se discute em si sua essência, nem tampouco as relações existentes entre a violência, a sociedade e a polícia.

A seguir, discute-se como a violência urbana determina na sociedade novas sociabilidades, com as pessoas definindo os significados dos espaços e lugares, assim como suas relações com os outros a partir do medo, proveniente da violência.

2.2 Violência urbana determinando as sociabilidades

Compreende-se que a violência urbana se constitui num dos mais graves problemas sociais a assustar as pessoas no Brasil, seja pelo crescimento de homicídios diagnosticados nos últimos anos, seja pelo aumento de crimes de natureza diferenciada com que os indivíduos se deparam no cotidiano. Conforme o Atlas da Violência (2019), em 2017, houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta no país nos últimos dez anos (2007 a 2017). Em comparação somente com o ano anterior, vê-se o crescimento dos registros. Em 2016, foram 62.517 homicídios no Brasil, segundo o Atlas da Violência (2018). Nos últimos 10 anos, mais de 550 mil pessoas perderam suas vidas para a violência intencional. Se ampliado esse período para 24 anos, esses números ultrapassam a casa de 1 milhão de vítimas fatais, segundo estudos de Lima, Bueno e Mingardi (2016).

Ou seja, se é verdade que o Brasil tem melhorado seus indicadores econômicos e sociais, o quadro de violência do país indica a convivência com taxas de crimes letais em muito superiores às de outros países e nos coloca no triste ranking das sociedades mais violentas do mundo, isso sem contar as altas taxas endêmicas de outros crimes violentos (roubos, sequestros, lesões, mortes pela polícia, etc.) (LIMA; BUENO; MANGARDI, 2016, p. 51).

Adorno (2002) chama atenção para o crescimento da violência urbana, do medo e da

insegurança no país, uma vez que dados estatísticos apontam para o aumento da criminalidade de toda natureza. As afirmações feitas pelo autor há 19 anos, simplesmente não se esgotaram, não pararam de seguir em linha de crescimento, pelo contrário, mantém-se como problemática histórica. Para Adorno (2002), os esforços em buscas de explicações para tal realidade na sociedade podem seguir linhas como: mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de violência; desigualdade social, crise no sistema de justiça.

Desde meados da década de 1970, vem-se exacerbando, no Brasil, o sentimento de medo e insegurança. Não parece infundado esse sentimento. As estatísticas oficiais de criminalidade indicam, a partir dessa década, a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Crescem mais rápido os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os sequestros, os estupros. Esse crescimento veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões de criminalidade individual bem como no perfil das pessoas envolvidas com a delinquência. (ADORNO, 2002, p. 1).

Para Costa (2004), o Brasil segue um constante crescimento quanto às taxas de criminalidade, e a violência tornou-se a maior causa de mortes da população no país. Segundo o autor, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes saltou de 11,7 em 1980 para 26,2 em 1999, o que representou um aumento de 223%, segundo dados do Ministério da Saúde. O cenário da violência é majoritário nas grandes metrópoles, o que constata um problema grave no espaço urbano. “O crescimento da violência urbana tornou-se cada vez mais nítido entre as classes dirigentes da cidade, a sensação de falência da estrutura de controle social”. (COSTA, 2004, p 127). Há uma depreciação cada vez mais acentuada das instituições públicas, que não conseguem dar uma resposta satisfatória capaz de dar conta, ou, ao menos, de mostrar construir o caminho para a redução do sentimento de medo.

Os dados alarmantes sobre a violência apontam para a problemática da naturalização do tema. O crescimento assustador de homicídios no país é superior, e nada compatível com interesses e investimentos para mudar este quadro. Há um clamor e necessidade sociais por uma maior integração entre diversos setores da sociedade, como destaca Cerqueira (2018):

Esse índice crescente revela, além da naturalização do fenômeno, a premência de ações compromissadas e efetivas por parte das autoridades nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Não há dúvida de que o desafio é grande, afinal trata-se de uma complexa agenda da segurança pública, que deve envolver ações intersetoriais e integradas que incluam, além dos executivos, o parlamento, a justiça, Ministério Público, a Defensoria e também a academia, as igrejas, os empresários, e toda a sociedade civil organizada. (CERQUEIRA, 2018, p. 22).

A violência assusta e modifica o cotidiano das cidades. O cenário urbano sinaliza, por meio do uso crescente de circuitos de segurança, os mecanismos de proteção por parte da população. Cada vez mais o velho hábito de ter a rua como espaço público de encontro vem se modificando. De acordo com Souza (2008), o crescimento da criminalidade no Brasil se dá de forma segmentada, criando uma “geografia do medo”. Para o autor, o que mais interfere na organização do tecido socioespacial das cidades é a construção do medo generalizado, descolado de experiências, estimulado pela abordagem sensacionalista da mídia que influencia a rotina diária, e os padrões de circulação do espaço. Ou, como Kabuenge (2018) aponta em sua pesquisa,

Se, nas narrativas do cotidiano da cidade, a violência urbana e o medo da violência ocupam lugar privilegiado a ponto de apresentar a cidade como lugar inseguro, temido e perigoso que deve, em certa medida, ser evitada ou repudiada. Portanto, nos convoca a refletir [...] sobre as narrativas dos impressos paraenses que nos apresentam a cidade de Belém, em grande parte, através dos acontecimentos caóticos: ruas ou avenidas alagadas e engarrafadas; falta de saneamento básico; insegurança e criminalidade; assaltos, roubos, assassinatos e homicídios, tráfico de drogas, entre outros acontecimentos. Esses acontecimentos dominam as páginas dos periódicos impressos que, muitas vezes, e sobretudo, no caderno polícia, estampam imagens de mortes trágicas (KABUENGE, 2018, p. 14).

A cidade torna-se, a partir da violência urbana, um lugar impossível de se viver e conviver, pois o espaço público torna-se um lugar do perigo e da espreita que devemos temer. Analogamente, Caldeira (2000) informa que a vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo. Nas conversas diárias, o crime e a violência são temas centrais que norteiam os mais diversos tipos de diálogos. Seja em uma brincadeira, seja em debates, as narrativas se estruturam em torno do assunto, desdobram-se nas mais diversas interações e reforçam a sensação de perigo e insegurança. A fala do crime serve como expressão e também como produção de sentidos.

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. (CALDEIRA, 2000, p.27)

A violência é percebida no conflito, no crime, podendo ainda ser identificada pelo aspecto físico e também simbólico. Conceituar o tema requer pensar sobre ele a partir da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia, aqui, pela Comunicação e ainda por outros campos do conhecimento. Mesmo assim, ainda há a incerteza se chegaremos numa definição consensual do que é de fato a violência. De acordo com Costa (2004), o crime, o terrorismo e a violência parecem ser constituintes da sociedade. A violência é utilizada como instrumento para a sobrevivência e há medo na projeção que se faz para o futuro. Pelas inúmeras concepções do assunto, presentes nos diversos campos do conhecimento, há uma complexidade em encontrar uma única definição para o tema. Como fenômeno social, antropológico, político, o assunto tem sido discutido de forma recorrente, e no campo da comunicação também são muitas as pesquisas ligadas ao tema, como aponta Costa (2004),

A violência é sem dúvida um dos elementos constitutivos da existência do homem em sociedade. Compreendê-la requer um retrospecto à evolução humana, onde desde o início se dá o embate do homem em dominar a natureza. Na moderna sociedade, a violência, seja ela de ordem física ou simbólica, é hoje uma das grandes angústias vividas pela população mundial e, fundamentalmente, pela população brasileira. Violência que se esgueira nos mais diversos caminhos, sendo por muitas das vezes difusa e incompreensível, dificultando nominar, em alguns casos suas causas e consequências. (COSTA, 2004, p. 62).

Desta forma, observa-se que a violência além de um grave problema social, configura-se na soma de fatores externos e internos que constituem o homem. O individualismo, as transformações econômicas, tecnológicas, as desigualdades e o poder, são apontados como causas numa tentativa de compreensão da violência. Seja por fatores comportamentais como o egoísmo e o ódio, seja por questões políticas, de poder e culturais, por certo, a violência não é acolhida como experiência positiva na vida social, mas ainda assim, de forma paradoxal, está presente nas sociedades.

Costa (2010) verifica como no âmbito social os contrastes e inversões de valores devem ser considerados ao se discutir sobre a violência. “Riqueza e pobreza; coletivo e individual, inclusão e exclusão; bem e mal, modernidade e atraso; ter e ser”. (2004, p.124). No país dos contrastes sociais os pontos abordados pela autora aproximam a violência do cotidiano da sociedade brasileira. Na rotina contemporânea, notam-se de perto os temores da violência na criminalidade, no tráfico, na quantidade de assaltos à luz do dia, na discussão banal, no estado emocional que leva ao descontrole e à morte.

O pesquisador Wieviorka (1997) ao discutir sobre o novo paradigma da violência

apresenta aspectos que oferecem possibilidades de refletir sobre o assunto de forma mais profunda. Segundo o autor, no contexto da mundialização, a violência passa a ser alimentada indiretamente pelas desigualdades e a exclusão, reforçadas no mercado generalizado. Para ele, a violência pode eventualmente ser traduzida em atos de desejo de grupos como forma de reafirmação da identidade cultural, o que pode ser reflexo da resistência ou ainda o desejo de melhor participação na mundialização.

Outro ponto analisado pelo autor tem relação com o individualismo. O indivíduo quer participar da modernidade, passa a competir pelo desejo de possuir o que a mesma oferece. Na busca pelo reconhecimento, o indivíduo quer produzir e não apenas reproduzir. A violência então passa a ter relação com o desejo, vontade, frustração. Pensar sobre um caráter singular da violência contemporânea exige uma reflexão social e histórica centrada na pessoa. “A violência contemporânea situa-se no cruzamento do social, do político e do cultural do qual ela exprime correntemente as transformações e a eventual desestruturação” (WIEVIORKA, 1997, p. 36).

A discussão feita pelo autor se mostra atual, reforçando que a violência não deve ser pensada somente na perspectiva do agir físico, e sim de forma mais profunda e dinâmica, pois assim ela se apresenta e tem modificado a sociedade. Acerca do desafio da conceituação da violência, Porto (2002) atenta para a questão cultural, ou seja, aquilo que em determinado momento é considerado violência pode variar a partir de que sociedade se fala. A violência, segundo a autora, deve ser configurada como um fenômeno plural:

A rigor, não faz sentido falar em violência no singular, já que estamos confrontados com manifestações plurais da violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam a existência de tipos diferenciados de violência, realidade que remete à necessidade de pensar a violência a partir de suas relações com a cultura (PORTO, 2002, p. 153).

Pelas inúmeras concepções e causas da violência presentes nos diversos campos do conhecimento, Costa (2004) enfatiza que na própria palavra violência há uma carga expressiva que remete a algo negativo. Sempre que utilizado, o termo demonstra que algum ato lesivo está sendo cometido, de perspectiva física ou simbólica. Desta forma, a sociedade compreende de modo mais objetivo a violência como essa premissa do agir que fere, amedronta, silencia e mata. Há um olhar mais prático para questões desta natureza, o que pouco se questiona se são as estruturas simbólicas que envolvem o problema. Ou seja, conceito tomado em Bourdieu (2017, p. 360) quando reflete que a violência simbólica é uma violência oculta, “que opera prioritariamente na e pela linguagem e, mais geralmente, na e

pela representação, pressupondo o irreconhecimento da violência que a engendrou e o reconhecimento dos princípios em nome dos quais é exercida” (BOURDIEU, 2017, p. 360).

Já a antropóloga Zaluar (2004) afirma que há uma dificuldade em compreender o que é a violência, uma vez que o termo etimologicamente é polissêmico, remete à ideia de força física, força vital.

As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor de seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal, seja em termos dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polissêmica, ela é também múltipla nas suas manifestações. (ZALUAR, 2004, p. 229).

A partir da multiplicidade da violência, atentamos ao ponto de partida desta pesquisa, a violência urbana, como cerne de nossa discussão. Por seu crescimento assustador na rotina das grandes cidades, como já apontado pelos dados dos Atlas da Violência (2018; 2019). Em entrevista ao Jornal Nexo¹⁰, Adorno (2017) reforça que a violência no Brasil é uma questão que divide as pessoas, acentua as desigualdades sociais, é um traço que caminha com a história do Brasil.

O que assusta na contemporaneidade é uma questão social enraizada, com agravamentos construídos ao longo dos anos no país. Para Santos (2014), é paradoxal na sociedade contemporânea a democratização das estruturas políticas e a persistência da violência, em um contexto onde o pânico social é despertado. “A violência é fundadora de uma sociedade hierárquica desigual e dividida, atingindo mais alguns grupos sociais do que outros: as práticas da violência vão se inserir em uma rede de dominações de vários tipos [...]” (SANTOS, 2014, p. 20).

Para Adorno e Lamin (2006), o crime urbano é sem dúvida uma das maiores preocupações das grandes cidades. Todo cidadão em algum momento já foi vítima de um roubo, furto, assalto, ou quando não foi o protagonista, possui um grau de proximidade com tais situações, uma vez que o crime “avizinha-se”. Para os autores, tudo está cada vez mais próximo, e onde a lei se baseia apenas na utilização da força física, as pessoas respondem também fora da lei. Os cidadãos fecham suas portas, mudam suas rotinas, e cercam-se para

¹⁰ Jornal digital, lançado em novembro de 2015, com o objetivo de trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas. Desde a sua fundação, o Nexo tem como principal motivação produzir um jornalismo que contribua para um debate público qualificado e plural, e que seja capaz de fortalecer a democracia brasileira. Seus princípios editoriais são o equilíbrio, a clareza e a transparência. O Nexo tem sede em São Paulo, é uma iniciativa independente, financiada com recursos próprios, e tem três cofundadores: Paula Miraglia, Renata Rizzi e Conrado Corsalette. Informações retiradas do site: <https://www.nexojornal.com.br/about/Sobre-o-Nexo>. Acesso em 07/06/2019.

evitar o perigo e preocupações da vida cotidiana. Perde-se a solidariedade nesse clima de vivência social e o individualismo marca o modelo de vida urbano frente aos medos constituídos frente à violência, como reforçam os autores:

A nostalgia de uma cidade sem violência criminal esvai-se no passado. As imagens de pureza são substituídas pelas do perigo permanente e iminente. Nas conversas cotidianas, assunto é recorrente. Nas casas, nas ruas, nos bares, nas festas, no local de trabalho, onde quer que a vida pulse, sente-se saudades do tempo em que se podiam deixar janelas abertas e portas destrancadas; as crianças podiam brincar nas calçadas e praças sem qualquer constrangimento que não fosse aquele decorrente das imposições de seus pais; namorava-se despreocupadamente à porta de entrada das residências e edifícios de moradia sem o risco de ser importunado por eventuais agressores criminais; circulava-se a pé, pelas ruas, à noite, com certa tranquilidade. (ADORNÓ; LAMIN, 2006, p. 153).

Os apontamentos feitos pelos autores conversam com as perspectivas apontadas por Caldeira (2000). Para a autora, a violência e o medo marcam mudanças sociais na rotina contemporânea das cidades. A fala do crime reorganiza de modo simbólico a vida social marcada pelo aumento do crime. Esse universo expressa sentimento de perda, elabora preconceitos, naturaliza percepções, reduz ao dividir a vida entre o bem e o mal, e ainda criminaliza certos grupos. “Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo ainda que ambigualmente” (CALDEIRA, 2000, p. 10).

A partir das reflexões da autora, observa-se que na região metropolitana de Belém o cenário da violência urbana também modifica o sentimento da população. O noticiário recorrente sobre a criminalidade reforça o medo e a insegurança na rotina da população, a imagem negativa de alguns bairros periféricos da cidade criam padrões e preconceitos sobre determinadas áreas. A mídia constrói a imagem do espaço seguro, do perigo, do crime e do risco. Essas representações midiáticas alteram os olhares simbólicos e subjetivos do lugar em que se vive, e, muitas vezes, colabora para agendar o trabalho policial.

2.2.1 Moeda da mesma face: Violência de um lado e de outro

Ao se traçar o panorama da violência urbana no Brasil, não se pode deixar de associar o papel da polícia neste contexto, haja vista que dela é cobrada uma atuação de combate à violência, perspectiva do estado policialesco. Falar da violência urbana demanda olhar para os diversos sujeitos que a constituem. O criminoso, o policial, o bandido, o herói, a vítima, o

acusado, o cidadão, os responsáveis pela segurança pública na sociedade. Fala-se ou discute-se a violência urbana, porque a mesma aproxima, envolve, fere, mata e efetiva-se por meio de sujeitos, quer no aspecto simbólico, quer no físico. Como não se daria conta nesta pesquisa de todos os atores envolvidos com a violência, o recorte apresentado centra-se no papel do policial, sujeito diretamente ligado a esse problema social.

A violência urbana é marcada por uma mediação policial. Na atualidade, a polícia é chamada para combater a violência, estando autorizada a coibi-la com o uso da força. Pelo contexto alarmante dos números de mortes violentas no Brasil, os policiais são, ao mesmo tempo, sujeitos no combate, são vítimas, e em muitos contextos agentes da violência, o que configura um paradoxo, pois o policial é demandado para resolver o problema do crime no dia a dia, corre riscos durante a atividade, ou ainda se apropria de excessos de autoridade como justificativa para resolver a violência.

Esse é apenas um breve panorama de uma grave situação de violência que tem assustado a população, sem nenhuma resposta consensual de autoridades ou pesquisadores sobre esse problema social. De acordo com Caldeira (2000), a grande preocupação acerca do crescimento da violência em diversas cidades ao redor do mundo não é somente o aumento do crime, mas também o fato de as instituições policiais e judiciais parecerem contribuir para este aumento. A polícia é parte do problema da violência, e utiliza ao longo da história formas de legalizar o abuso e a violação de direitos. A atuação policial contra o crime tem gerado na população sentimentos de medo e desconfiança da polícia. “A história da polícia brasileira indica claramente que a violência é a norma institucional” (CALDEIRA, 2000, p. 139).

Aos dados de violência extrema se somam as estatísticas de mortes provenientes de intervenções policiais. Segundo o Monitor da Violência¹¹, 6.160 pessoas foram mortas por policiais civis e militares em 2018, contra 5.225 em 2017. A maioria das mortes foi registrada com policiais em serviço. Ainda segundo os dados, entre os cinco estados com a maior taxa por 100 mil habitantes, o Pará ocupa o segundo lugar no topo, com 612 pessoas mortas pela polícia em 2018.

Em 2016, segundo o Atlas da violência (2018), o Sistema de Informação sobre Mortalidade registrou 1.374 casos de pessoas mortas por intervenções policiais. Números

¹¹ Monitor da Violência é um projeto feito em parceria entre o portal de notícias G1 e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Disponível em: <http://nevusp.org/monitor-da-violencia-e-indicado-a-mais-um-premio/>. Acesso em: 14/07/2019.

esses questionados pelos pesquisadores do Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), produzidos para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, tendo como base os registros policiais, que estimou ao menos 4.222 vítimas nesse mesmo ano, sendo que no Pará foram 282 mortes decorrentes de intervenções policiais (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018).

Caldeira (2000) chama atenção ao fato de que não apenas o crime aumentou, mas os abusos das instituições criadas para proteger a população e prevenir as cenas de violência na cidade também cresceram, e se mantem historicamente. De alguma forma, a postura da polícia contribui para a disseminação da violência, do medo e do crime. Há nesse cenário uma questão preocupante, pois se espera da polícia a projeção da paz, da segurança e da proteção, porém no cotidiano a presença policial cria receios e desconfianças, assim como temor sobre suas atitudes. Alia-se a isso um ciclo, que envolve descrença no judiciário, e uma série de resistências e contrariedades à democracia.

Os apontamentos feitos por Caldeira (2000) são resultados das pesquisas realizadas em bairros de São Paulo, entretanto eles dizem muito sobre a realidade de outras metrópoles brasileiras, sobretudo da região metropolitana de Belém. Deslegitimar direitos e não questionar ações policiais são problemas que andam juntos na tentativa de resolver a situação da violência, com mais violência. Muitas vezes, o agir policial se justifica pela condição social do outro. Se o outro cometeu crime, então a postura policial aplicada parece intocável, ocorrendo o silenciamento de boa parte da população, como aponta Caldeira (2000):

A persistência da violência policial e seu crescimento recente foi possível pelo menos parte por causa do apoio popular. Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, apoiam algumas de suas formas. O comportamento da polícia parece estar em acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que a boa polícia é dura - isto é violenta - e que seus atos ilegais são aceitáveis, como também reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito aos direitos individuais (CALDEIRA, 2000, p. 136).

Ao mesmo tempo em que se observa o apoio da população, constata-se que a mesma população, de condições sociais desfavoráveis, muitas vezes, é vítima das ações policiais. As experiências do uso da força, de forma desproporcional, são variadas, têm múltiplos enredos e contextos sociais e reforçam os embates sobre como resolver a problema da violência urbana.

De acordo com Caldeira (2000), no século XIX, a polícia exercia violência de diversas formas. Ela tinha poder sobre os escravos, adotava espancamentos e prisões arbitrárias como forma de intimidar os pobres. A relação da polícia com a população foi sempre de repressão e violenta. “Escravos, estrangeiros e indigentes eram o principal alvo da polícia do final do

século XIX” (CALDEIRA, 2000, p. 145). O processo rápido de urbanização das cidades reforçava como principal atribuição da polícia o controle da população pobre. A ação repressiva e práticas de violências se consolidaram do império até os dias atuais.

Para Santos (2014), em uma perspectiva histórica, a característica da polícia permanecerá como uma instituição de proteção social e expressão de autoridade. Ela depende da combinação de um modelo estatal e comunitário para legitimar sua atividade social. São relações de forças e também relações simbólicas no mesmo espaço social, necessárias para o exercício da coerção física legítima e do bem-estar social. A ação policial se configura em um ambiente com múltiplas forças, conforme Santos (2014) acentua:

O trabalho policial na sociedade contemporânea caracteriza-se por um campo de forças sociais que se estrutura a partir de três posições: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima. As relações dinâmicas e combinatórias desses três vetores vão definir a função social da organização policial na época contemporânea (SANTOS, 2014, p. 20).

Na presente pesquisa, esse olhar para o passado e para a história é uma retrospectiva necessária para compreender a atuação policial na contemporaneidade. O que se discute na atualidade sobre força policial, combate e repressão não são questões novas, ou problemas sem fundamentos na polícia brasileira e paraense, mas construções sociais e políticas ao longo dos anos.

Ao refletir sobre a letalidade na ação da polícia, Bueno (2014) destaca que a instituição policial é um mecanismo do Estado para a manutenção da ordem pública, tem o uso da força como ato legítimo e o resultado letal como uma possibilidade inerente ao trabalho policial, no entanto, essas perspectivas, apesar de legais, não justificam a ação violenta de policiais e tampouco anulam as reflexões sobre o uso da violência pela polícia. O artigo 144 da Constituição Federal¹² dispõe sobre as atribuições da Polícia Militar, e a define como polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. Na perspectiva da legalidade, apresenta-se a

¹² A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10673132/artigo-144-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 14/07/2019.

questão dos limites da postura policial em nome da ordem social. A lei não autoriza os excessos e abusos de autoridade, mas pressupõe o exagero na atividade policial. Seja pelo próprio significado da palavra ostensiva, seja pela compreensão e efetivação do agir ostensivo, há uma linha tênue entre necessidade e possibilidade autorizadas, dispondo da força, como prerrogativa.

Para Bueno (2014), a Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que estabelece a ruptura com a ordem social política autoritária, inaugura a democracia, ela não representou na área da segurança pública o fim de um padrão violento das polícias no país. Pelo contrário, constata-se a existência de desafios e mudanças para um melhor alinhamento com a comunidade. “Em paralelo ao crescimento da criminalidade violenta observado na década de 1980, as forças policiais continuaram recorrendo a um controle igualmente violento da ordem pública como mecanismo de contenção do crime” (BUENO, 2014, p. 512). No decorrer dos anos, a necessidade de repensar mecanismos para a contenção da violência vem se reconfigurando na sociedade.

Segundo Caldeira (2000), o aparato legal brasileiro que autoriza o uso da força pela polícia ainda não foi eliminado pelo regime democrático, e neste contexto os principais alvos da violência policial são os “criminosos”, na maioria, pobres. Na periferia, são observados e até mesmo naturalizados os procedimentos policiais em nome da ordem pública, e em razão desses distanciamentos sociais e da evidente desigualdade, questões urgentes no campo da segurança pública são atendidas em menor proporção. Muitas vezes, o desvio na conduta de policiais é real, e ao mesmo tempo pouco visível. “As camadas trabalhadoras brasileiras experienciam a violência diariamente tanto por parte de criminosos como por parte da polícia, que as transformou em seu alvo principal”. (CALDEIRA, 2000, p. 181). Ao mesmo tempo em que parte da população apoia a força policial, outra parcela tem medo e desconfia da polícia.

Souza e Reis (2013) reforçam os aspectos positivos da democracia, no sentido de cobrar a preservação dos direitos por parte das instituições. A informação é contundente, uma vez que há grande participação social pela garantia de direitos, e também o repúdio pelas arbitrariedades. Os meios de comunicação são instrumentos também para denunciar a violência policial, e não são poucos os casos que tiveram repercussão e cobraram respostas do poder público sobre ações policiais.

No Pará, dois casos envolvendo a ação policial explícita ocuparam o noticiário nacional, evidentemente que entre outros em que a ação da polícia não foi tão explícita. Um deles foi o

massacre de Eldorado dos Carajás¹³, em 1996, quando 19 trabalhadores rurais, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará, durante a desocupação de um trecho da rodovia BR 155, ocupada pelos trabalhadores. Anos seguintes, em 2017, a chacina de Pau D'arco¹⁴ foi outro caso envolvendo a ação policial. Dez pessoas foram mortas por um grupo de policiais civis e militares, na fazenda Santa Lúcia, em cumprimento de mandatos de prisão. Os agentes alegaram que foram recebidos à bala no local, na ação que resultou em dez mortes, sem nenhum policial ferido.

Os dois casos de violência no campo, envolvendo policiais paraenses, marcaram a história da segurança pública no Pará. No cenário urbano, na região metropolitana de Belém os registros de chacinas em bairros periféricos¹⁵ também chamaram atenção nos últimos anos. Em novembro de 2014, 11 pessoas foram mortas em cinco bairros da capital, depois que um cabo da Polícia Militar foi morto. Em outubro de 2018, outra chacina teve grande repercussão na mídia paraense, quando oito pessoas foram mortas e três foram feridas no bairro Tapanã. No caso mais recente, na tarde do domingo, 19 de maio de 2019, 11 pessoas foram assassinadas a tiros em um bar localizado no bairro do Guamá. Os criminosos chegaram encapuzados e dispararam contra as vítimas. Dias seguintes, a Secretaria de Segurança Pública informou que quatro policiais militares, sendo três da ativa e um da reserva, estavam entre os suspeitos de envolvimento no crime.

A visibilidade e os debates sociais em torno desses casos são reflexos de uma sociedade democrática, onde as ações policiais violentas são questionadas por diversos setores da sociedade. Para Souza e Reis (2013), a violação dos direitos e as diversas formas de posturas inadequadas por parte de policiais passaram a ocupar espaço no noticiário e colocam a polícia em estado de questionamentos da legitimidade atribuída à polícia. Diante deste

¹³ Em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais foram mortos pela Polícia Militar do Pará no episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no sudeste do Pará. Os trabalhadores do Movimento dos Sem Terra faziam uma caminhada até a cidade de Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. Mais de 150 policiais interromperam a caminhada, o que levou a uma ação repressiva extremamente violenta e na morte dos trabalhadores. Apenas dois comandantes da operação foram condenados – Coronel Mario Colares Pantoja e Major Oliveira. Nenhum policial ou autoridade política foi responsabilizado.

Informações consultadas no site Anistia Internacional (movimento global com ações pelo reconhecimento dos direitos humanos), disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>. Acesso em 14/07/2019.

¹⁴ As informações sobre o caso foram retiradas do portal de notícias o Globo e portal G1 Pará. Disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/brasil/massacre-de-pau-darco-completa-um-ano-10-mortes-muitas-incertezas-22711202>
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/governo-do-para-afirma-que-vitimas-de-chacina-em-pau-darco-foram-executadas.ghtml/>. Acesso em 10/05/2019.

¹⁵ As informações das três chacinas ocorridas em Belém foram citadas a partir das informações publicadas no portal de notícias G1 Pará. Acesso em 10/05/2019.

quadro, os mecanismos institucionais de controle externo são muito importantes, como forma de mediar, ou dar conta das violações policiais de qualquer natureza.

Muitos países democráticos criaram setores dentro de suas instituições, na forma de departamentos, ouvidorias e corregedorias especializadas em lidar com as queixas contra os abusos de poder e violações de direitos praticados por policiais. No Brasil, os parâmetros que definem o trabalho policial são baseados em princípios também previstos na Constituição Federal de 1988, no Código de Processo Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Tortura e em outras leis (SOUZA; REIS, 2013, p. 43).

Na pesquisa realizada, Souza e Reis (2013) ouviram 40 capitães da Polícia Militar do Pará, lotados na Região Metropolitana de Belém e na Comissão de Corregedoria de Polícia Militar, nos anos de 2010 e 2011. O resultado do trabalho revelou uma dimensão naturalizada e cotidiana da violação dos direitos humanos por parte dos policiais paraenses, e o aumento no número de denúncias contra militares na corregedoria. No trabalho, a violação é definida como um problema de gestão, e a integridade individual e organizacional foram apontadas como um processo desgastante.

A pesquisa identificou, a partir da visão dos capitães, que as denúncias mais comuns registradas contra os policiais são por agressão física, seguidas pelo desrespeito, tortura e abuso de autoridade. Sobre as características dos policiais que cometem as violações, a pesquisa mostrou que eles são estressados pela rotina diária de trabalho, apresentam comportamento violento e normalmente estão envolvidos em outros tipos de indisciplina.

Os resultados apresentados pelos autores contribuem para reflexões sobre o olhar do próprio policial para sua atuação. Mesmo entre os policiais, há um entendimento acerca dos problemas nas ações excessivas da atividade. Em contrapartida, ao fazer uma autoavaliação, os policiais são tomados por um sentimento de coletividade ou de corporativismo, uma vez que um policial se identifica e defende o comportamento do companheiro de farda. Outro ponto importante identificado na pesquisa foi o abuso do poder, que varia de acordo com o lugar de fala do policial e das condições hierárquicas. Soldados, cabos, tenentes, a partir de suas funções na corporação, carregam olhares diversificados quanto ao problema. De maneira geral, mesmo quando a polícia reconhece a ocorrência de arbitrariedades, tem a tendência de apresentar justificativas para a questão, como tentativa de minimizar ou naturalizar o inaceitável, como reforçam Souza e Reis (2013):

Uma das respostas mais corriqueiras das polícias brasileiras quando são confrontadas com os casos de violação de direitos praticadas por policiais é a

tentativa de desconectar o delito praticado do comportamento da tropa. É comum atribuir tal comportamento a alguns desviantes e chamar atenção para o baixo percentual que eles representam diante do universo de policiais que compõem a corporação. (SOUZA; REIS, 2013, p. 53).

Por esse prisma, a mídia possui papel fundamental em acompanhar e denunciar casos de abusos envolvendo policiais. Como apontado pelos autores, os policiais paraenses reconhecem as possíveis falhas na atuação, mas são resistentes aos questionamentos sobre sua atividade e sentem-se incomodados com a associação do erro à instituição, ou com possíveis generalizações feitas pelo noticiário. Ao mesmo tempo em que o espírito de coletividade é importante, valoroso e resguardado pelo grupo, o não tratamento de forma isolada com o caso cria inquietações. Nas entrevistas realizadas com os policiais em Belém, estes foram unânimes ao afirmarem que há um exagero nas narrativas jornalísticas, assim como um erro na mídia, ao privilegiar nas suas notícias os desvios da conduta policial, de modo que informação pese sobre toda corporação.

Ao analisar o comportamento da polícia, Costa (2005) afirma que são as contradições e as concorrências de classes que legitimam e instituem o papel repressivo da polícia no controle social, observando uma operação desumanizada em relação a criminosos e bandidos. No âmbito dessas contradições, predomina o anseio social de uma polícia com relações de maior confiança e alteridade com os cidadãos. Para a autora, o caráter repressivo da polícia é uma das formas de ser desta instituição, historicamente associada ao Estado, sendo uma força distanciada da sociedade, que existe apenas nominalmente na perspectiva de garantir os direitos democráticos.

Costa (2004) lembra que as forças policiais são autorizadas a usar a força, mas há diferenciações entre a força e a violência policial. Tortura, detenções violentas, abuso da força letal, controle violento de manifestações, intimidação e vingança, entre outras formas de abuso policial, refletem uma ampla deficiência dos regimes políticos implantados. “Tais práticas traduzem o desrespeito por parte do Estado a alguns dos direitos mais elementares presentes na ideia de cidadania, que são os direitos civis”. (COSTA, 2004, p. 24). Para o autor, frente ao contexto da violência policial, é necessário que qualquer análise do comportamento dos policiais não ocorra de modo separado da estrutura política e social, e das normas que modelam a polícia, enquanto instituição. Ou seja, qualquer ação violenta não tem como ser explicada a partir de concepções individuais.

Não há como pensar a violência policial somente como um problema isolado, de natureza particular, uma vez que a ação de um policial pode ser a representação também de

um governo, ou ainda da própria construção social e histórica de práticas institucionais. Desta forma, o olhar para essa questão precisa ser continuamente ampliado, tendo a premissa de que a violência, como instrumento de autoridade, é sempre problemática.

Para Caldeira (2000), o desempenho da polícia está menos relacionado ao número de policiais e aos seus equipamentos, e mais aos seus padrões de comportamentos ilegais e violentos. “A polícia, mais do que garantir direitos e coibir a violência, está de fato contribuindo para a erosão dos direitos dos cidadãos e para o aumento da violência”. (CALDEIRA, 2000, p. 134). A violência urbana, ou violência policial reforçam um ciclo de mais violência, estruturado por elementos sociais e econômicos. O caminho a ser construído em busca por mudanças deve primeiramente discutir políticas de segurança pública, como fator primordial, para o controle de abusos da polícia, para a interrupção da violência, e do fortalecimento da democracia (CALDEIRA, 2000).

2.2.2 Sujeitos da Insegurança pública

*Senhor a nossa missão é essencial, na defesa da vida pelo bem da sociedade ajudai-nos a combater o mal, dai-nos fortaleza para superar as dificuldades em nosso serviço diário, protegei-nos, Senhor a todos os policiais militares, para que ao retornarem de cada missão encontrem suas famílias em paz, sob os cuidados de Deus Amém! (**Oração do Policial Militar do Pará**)*

Diante do amplo debate acerca da ação policial violenta, aprofunda-se a presente reflexão em sentido contrário, e projeta-se o olhar para o policial militar enquanto vítima da violência também. O trabalho da polícia é cercado de medos e insegurança, e estrutura-se nos limites da vida e da morte, da segurança e do risco. Em todo Brasil, em 2018, 307 policiais foram vítimas da violência, de acordo com dados do Monitor da Violência, e o mesmo ano, o Pará registrou a morte de 45 policiais. Em 2019, 29 policiais foram mortos no Estado, e em 2020, nos meses de janeiro e fevereiro, foram 3 militares, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Pará¹⁶. Os dados reforçam o problema da segurança pessoal desses agentes, demandados para proteger, mas que também são sujeitos desfavorecidos da proteção e segurança de si.

¹⁶ Solicitamos os dados a Secretária de Estado de Segurança Pública do Pará, por meio de e-mail, enviado ao setor de Assessoria de Comunicação do órgão, no dia 27/02/2020. No pedido formalizado, reforçamos a necessidade dessas informações para a presente pesquisa. Os dados mostram um crescimento no número de policiais assassinados nos últimos três anos (2016- 26 policiais mortos/ 2017- 35 policiais mortos/ 2018- 45 policiais mortos), e uma redução em 2019, quando 29 policiais foram assassinados. Os dados reforçam, que os militares foram vítimas de homicídio, latrocínio ou lesão corporal seguida de morte.

Duarte (2019), em pesquisa de mestrado, aponta que no Pará os policiais militares são de modo crescente vítimas da violência. A autora analisou as mortes de policiais da Polícia Militar do Pará, da ativa, no período de 2011 a 2018, e contabilizou 310 mortes. A pesquisa objetivou caracterizar as mortes dos policiais durante a folga em Belém e Ananindeua, considerando a relação entre o local de moradia e os locais das mortes. Ao estudar o fenômeno vitimização com morte de policiais, verificou-se que quase a totalidade dos profissionais mortos em suas folgas era do sexo masculino (98%), a grande maioria morreu em via pública, atingida por arma de fogo (64,34%) e outros morreram dentro de estabelecimentos comerciais, o que acentua a atividade extra (bico¹⁷) como mais uma questão que contribuiu para a insegurança desses agentes.

De acordo com Duarte (2019), no que diz respeito ao tempo de serviço, observou-se baixa incidência de mortes nos anos iniciais de carreira. Quanto à graduação, destacou-se que quase o total dos mortos (99%) eram soldados, cabos ou sargentos, o que segundo a pesquisa pode ser explicado pelo fato deste círculo hierárquico representar maioria na corporação (94,5%), por possuir salários inferiores, e residir em áreas mais violentas, o que os coloca em exposição aos riscos.

Verifica ainda Duarte (2019), no geral, que a própria condição de ostensividade, peculiar à atividade policial, faz com que os policiais fiquem vulneráveis, quer durante o serviço, quer fora do horário de trabalho. O exercício clandestino do policial, fazendo segurança de pessoas ou pontos comerciais vem se reforçando como realidade frente a pouca valorização ou baixa remuneração do profissional. Logo, tanto policiais, quanto cidadãos são vítimas da violência urbana. “No entanto, as ocorrências que os vitimam possuem um significado mais impactante na medida em que representam a fragilidade do estado em proteger os próprios agentes quem tem a missão de garantir a ordem pública e a incolumidade das pessoas” (DUARTE, 2009, p. 48).

Outras pesquisas somam às reflexões quanto à violência contra os policiais paraenses. Costa et. al (2016) discutem sobre quem protege o protetor. Os autores abordaram a morte de policiais militares no Pará de 2011 a 2013. A pesquisa teve como sujeitos policiais do serviço ativo, não sendo contabilizados os casos de mortes por fatores naturais. O estudo feito apontou a violência como parte da vida dos agentes públicos com elevado número de mortes resultantes de acidente de trânsito, homicídios e latrocínio durante o período de serviço ou

¹⁷ No contexto da atividade policial, trata-se de um trabalho informal, realizado em dias de folga do militar. Normalmente ao fazer o bico, o policial atua na segurança de estabelecimentos comerciais. A prática não é permitida pela instituição. (DUARTE, 2019).

folga. “O trabalho policial militar é uma atividade de risco e o fato de sua tarefa maior ser a fiança da segurança pública não o deixa livre de vivenciar o perigo de agravos contra a sua vida” (COSTA et. al, 2016, p. 252).

No período da pesquisa foi observado um crescimento no número de mortes, e se pensarmos nos registros dos três últimos anos aqui no Pará, os dados também foram gradativos. A reflexão segue atual por mostrar um quadro problemático que não apresentou mudanças. Ser policial não é garantia de vida, e toda a autoproteção visual e estética, a partir do uso da arma, uniforme e da autoridade que este carrega, é insuficiente, não elimina os riscos que os rodeiam diariamente, por isso, são muitos os relatos de policiais que evitam utilizar identificações militares fora do contexto de trabalho. Nas entrevistas, os policiais do 20º batalhão, afirmam evitar o uso farda fora do ambiente de trabalho, como se pode conferir:

Bom, isso aí é de cada policial, mas no meu ver é bom não estar uniformizado, somos orientados para ter cautela quanto ao uniforme, guardar ou então ter uma armário, não ficar transitando [Sic] (Policial VBG05, informação verbal¹⁸).

Ultimamente já teve, na verdade a gente mesmo percebe, nem precisa ter orientação, percebe que hoje não se pode andar fardado [...] Logo que entrei há dez anos, eu vinha pro serviço fardado, mas hoje eu não venho mais porque aumentou o nível de violência contra o policial militar [Sic] (Policial VBG06, informação verbal¹⁹).

Sim, sim, eu acho até que a própria rotina nossa nos condicionou a isso. Eu não vejo nem muitos policiais sem tá na hora do serviço andando uniformizado, geralmente e daqui pra casa, na casa só tira a farda [...] Ultimamente até chegou armários nos batalhões que é justamente pro policial guardar o uniforme, pra não sair uniformizado [Sic] (Policial VBG08, informação verbal²⁰).

Recorre-se a Minayo (2014) para compreender o sentido de vitimização profissional, ao se referir aos agentes de segurança pública enquanto vítimas de agravos físicos e emocionais ou de morte no exercício da atividade. Para a autora, desde sua existência, a polícia é alvo de traumas, lesões, mortes, agressão física, psicológica e de tentativas de homicídios. Há na atividade policial uma série de violências, tanto física quanto simbólica. Os policiais atuam em um contexto de estresse, atenção máxima, e intenso envolvimento com a movimentação da cidade e o registro de crimes. O policial está em condição um pouco mais favorável e segura quando está em atividade. Não por acaso, as ações policiais e as rondas são

¹⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

¹⁹ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

²⁰ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

sempre realizadas em grupo. O estar só e fora desse ambiente oferece maior medo, como reforça Minayo (2014):

Apesar da percepção aguçada dos riscos, no desempenho da atividade profissional, os policiais têm normas e procedimentos que os protegem. Por isso são mais vítimas do perigo externo do que no trabalho, particularmente nos trajetos para casa e nos dias de descanso: morrem mais policiais nas folgas do que em serviço. Fora do trabalho mesmo quando escondem suas insígnias, a identidade profissional fortalece seu sentimento de insegurança. Contribui para essa vulnerabilidade o fato de boa parte deles terem a mesma condição social e habitar os mesmos bairros que os delinquentes. (MINAYO, 2014, p.523).

As afirmações de Minayo (2014) conversam com a realidade na região metropolitana de Belém. Policiais são vítimas da violência, em dias de folga e durante abordagens no percurso até suas residências. Sempre que um policial morre vítima da violência, e por ser policial, isso reproduz reflexos e abalos sobre outros policiais. O sentimento de impotência frente à insegurança muda a rotina e eleva tensões para outros conflitos entre facções criminosas e milícias. Em Belém, observa-se o registro de chacinas (2014) em bairros da periferia como Guamá, após a morte de policiais.

Outra questão destacada por Minayo (2014) é quanto à perspectiva dos policiais frente à violência. Com a visão ilusória de que possuem domínio em totalidade da ordem, força e autoridade, os policiais têm dificuldades em se reconhecer como vítima, uma vez que isso representa perda de autoestima e medo. Para a autora, existem diversas atitudes ligadas à vitimização por parte desses agentes como, por exemplo, a negação de perigo, de sentimentos como choro e fraqueza, dificuldades para lidar com problemas, principalmente entre policiais operacionais que possuem experiência de urgência de vida e proximidade da morte; desenvolvimento de sintomas depressivos e a presença obsessiva de fatos traumáticos (MINAYO, 2014).

Para Minayo (2014), há uma urgência em prevenir os efeitos de vitimização com atitudes e cuidados por parte do próprio policial, da instituição e da sociedade. É preciso olhar para este profissional também pelo viés de sua condição de cidadão e trabalhador, com direitos e limites a serem respeitados. O imediatismo na atuação, as frágeis condições de trabalho, questões salariais, cargas horárias excessivas, os riscos iminentes ao cotidiano impulsionam ou assombram os fatores sobrepostos à rotina. Na atividade, não há certezas e nem heroísmo como garantias:

É importante saber que o agente envolvido em situação de vitimização entrará em crise e deve ser tratado como vítima e não como um fraco. Mesmo quando o policial não pede ajuda, gestores, chefes e psicólogos que atuam nas corporações devem saber que o recalque do trauma pode dificultar a adequação das ações de segurança. Não se admite mais, mediante toda literatura existente, a ideia de que por vocação ou por treinamento, os agentes, mesmo os de grupos de elite, têm superpoderes (MINAYO, 2014, p. 525).

Como contribuição às reflexões propostas por Minayo (2014), dialoga-se com algumas perspectivas na área da Psicologia, a partir da pesquisa de Elesbão (2016). O trabalho investigou como os policiais militares lidam com a morte no exercício diário da profissão, podendo estes vivenciar a própria morte, ou a do outro a qualquer momento. A análise dos resultados, a partir da teoria das representações sociais, apontou categorias que demonstram: os efeitos observados na ação diária diante da morte; a agressão percebida diante do julgamento da sociedade; o momento em que a morte se torna escancarada; e a naturalização da morte por parte de policiais, entre outros.

Segundo Elesbão (2016), os medos diante da morte, por parte dos policiais, refletem temores pelo modo como pensa a sociedade e pelo juízo feito de si. A forma como a sociedade o enxerga, a cobrança pessoal e institucional por resultados promovem distanciamento social deste policial e pouca reflexão. Há uma autocobrança frente às regras institucionais estabelecidas. As singularidades da profissão trazem demandas temerosas, fazendo do uso da força física, um instrumento indispensável na rotina. Há na atividade policial medos velados, mecanismo de proteção e indiferença com expressões emotivas. Essa experiência policial identificada na pesquisa reforça o aspecto da naturalização da morte, conforme atesta a autora:

O trabalho policial militar engloba singularidades de valores e comportamentos, que tornam essa, uma trajetória árdua. A dedicação, pode-se dizer, exclusiva às normas e aos procedimentos institucionais, a rotina sem rotina, pois saem de casa sem saber quais serão os desdobramentos de seu plantão e se voltarão. O encontro das mais diversas formas com a morte e com os envolvidos, o enfrentamento perante a sociedade, buscando cumprir seu papel, mesmo diante de críticas e desvalorização permeando a experiência diária do trabalho em grupo. São muitas as questões debatidas e, talvez a mais significativa seja ter que enfrentar tudo e evitar o envolvimento emocional. (ELESBÃO, 2016, p. 55).

Como consequência da violência urbana, a morte pode acontecer tanto para criminosos quanto para policiais na sociedade. Para ambos há temores quanto a essa experiência. Todo armamento que ora protege, é o mesmo utilizado para o ataque. Não há escapatórias para a

encruzilhada criada pela violência e todos estão à mercê desse jogo, no qual se pode ser a vítima, o acusado, o que vive ou morre, ou ainda o sobrevivente frente aos riscos impostos pela insegurança na vida cotidiana. Não há certezas sobre a segurança do cidadão, ou do agente de segurança, pois os dados sobre mortes desses sujeitos são diários.

Para Costa (2005), a violência e o medo envolvem a todos na sociedade, sendo que as camadas mais populares estão mais expostas ao fenômeno, assim como os policiais que atuam na linha de frente, no operacional da Polícia. Em pesquisa realizada na cidade de Salvador, no estado da Bahia, a autora destaca que a violência sofrida pela polícia está correlacionada ao contexto de insegurança social em que muitos policiais vivem. Outra abordagem diz respeito à vulnerabilidade demonstrada pelas condições de trabalho da polícia, pelas ações generalizadas de violência no Brasil, pelos limites e pelas possibilidades da atuação policial na sociedade.

As reflexões quanto à insegurança de policiais militares não se distanciam do aumento da violência urbana, da omissão do poder público na garantia da segurança de vida e da necessidade de novos olhares e políticas públicas para o problema da criminalidade no país. Há uma linha tênue, extensa e complexa no debate sobre violência e polícia, mas ainda prevalece a visão encoberta de que segurança pública forte e bem estruturada é sinônimo de mais polícia nas ruas. As discussões quanto à necessidade de mudanças neste cenário de tensão, seja acerca da ação violenta da polícia, seja acerca da violência sofrida pelos policiais não se esgotam e são acentuadas a cada dia. Não apenas pelo comportamento de um policial, mas sobretudo pela simbologia do ser policial, do vestir a farda ou portar um armamento.

Cada vez mais a experiência de se tornar um policial militar no Pará representa não somente ser transformado em sujeito revestido de força, proteção e autoridade, mas também viver o cotidiano da profissão sob ameaças e riscos. Portanto, uma moeda da mesma face: as pessoas temem morrer a qualquer momento, em virtude da violência urbana; e policiais que saem para enfrentar a mesma violência temem perder a vida na atuação para proteger o cidadão, embora sejam sujeitos que necessitam também de proteção.

2.3 Policial e mídia e polícia na mídia

A violência dos policiais e a violência contra policiais ganham, diariamente, os noticiários da mídia. É comum serem estampadas nos jornais impressos ou veículos televisivos manchetes envolvendo problemas de segurança pública, estabelecendo assim uma interação/mediação entre as matérias sobre a criminalidade, a polícia e a sociedade. Segundo

Van Dijk (1996), ao analisar os fatos divulgados na mídia, construímos imaginativamente o fato descrito, dentro de um processo de interação entre o jornalista e o receptor da narrativa jornalística. Nossos valores influenciam na compreensão e apreensão do texto lido ou ouvido, mas também são influenciados por ele.

Convém ressaltar que a mídia possui papel fundamental na vida das pessoas, pois interage no conhecimento sobre o que acontece no mundo, dando informações que estão perto de nós ou distante fisicamente. Suas construções e/ou representações interferem na formação da opinião e na compreensão que temos dos mais variados assuntos e realidades sociais. O discurso midiático é parte de um cenário social maior e colabora na forma como percebemos o outro e o mundo. Na mídia e pela mídia, identificamos construções contemporâneas propostas sobre o outro e sobre si próprio, e também construímos percepções, interações e representações de atores sociais.

Segundo Melo (2014), os meios de comunicação são parte da cultura contemporânea e trazem ao debate público fatos sociais. A mídia oferece de modo imediato a vivência desses fatos sociais de modo simbólico, produzindo percepções e mudando relações de si e do outro. Nesse sentido, o noticiário é construído por recortes que vão ao encontro de interesses das empresas de comunicação. Ao mesmo tempo em que a mídia tem um papel importante em dar visibilidade e informar a sociedade sobre os fatos, ela não representa em totalidade as experiências e a realidade da vida social. A mídia é aparato de utilidade pública e democrática, porém estimula e constrói universos e imaginários diferenciados sobre o viver em sociedade.

Quando se pensa na violência reproduzida pela mídia, por exemplo, percebem-se desdobramentos pouco aprofundados e recortes construídos somente na perspectiva do fato em si. Há na mídia uma clara tendência em naturalizar o tema e propor uma exposição que atenda quase sempre ao desejo pelos altos índices de audiência. A violência, o crime, a polícia, presentes no noticiário, possuem duplicidades, pois aquilo que se vê na televisão, por exemplo, não é o mesmo que se vive.

Se, por um lado, os dados alarmantes apresentados no Atlas da Violência (2019), levantam discussões em diversos campos da sociedade, por outro, na mídia o recorte dado ao tema tende a ser pouco reflexivo. A abordagem repetitiva do assunto nos meios de comunicação é exagerada, traz poucos desdobramentos e diversidade de fontes. Esta visibilidade proposta é prejudicial e não oferece o espaço adequado ao debate sobre a segurança pública. Quando o noticiário contabiliza o número de mortes ocorridas em uma noite na cidade, por exemplo, ele não o faz com o intuito de fomentar debates, mas apenas

para vender jornais ou segurar a audiência (FRANÇA, 2006), utilizando para isto uma linguagem que envolve o sensacionalismo e a espetacularização dos fatos, sem uma abordagem mais profunda do contexto social.

Segundo Bedendo (2013), na relação entre jornalismo e segurança pública, o sensacionalismo é um problema, pois afeta a responsabilidade social da atividade frente às informações veiculadas sobre a violência. Ou, como diz Costa (2018), o jornalismo é concebido como um “tipo de comunicação e de conhecimento, que tanto produz um conhecimento sobre o mundo social, quanto reproduz os conhecimentos existentes no mundo”. A autora acentua que

As narrativas midiáticas, apelam, sobretudo, para as sensações e a construção negativa de sujeitos, instituições e lugares, em que as diferenças culturais ou sociais são afirmadas, diferenciadas e discriminadas como processos de significações e de exclusão. Ou seja, são caracterizados os sujeitos de ‘bem’ e os sujeitos do ‘mal’, aqueles que merecem ser protegidos e defendidos, em detrimento daqueles que devem ser punidos, sem considerar o contexto dos atos ou dos aspectos jurídicos legais (COSTA, 2018, p. 9).

Já Morin (2011, p. 93) acrescenta que “no sensacionalismo as balastradas da vida normal são rompidas pelo acidente, a catástrofe, o crime, a paixão, o ciúme, o sadismo”. O conteúdo sensacionalista utiliza ao máximo o trágico. A transmissão do noticiário sensacional ocorre a qualquer momento, em total normalidade. Para o autor, o horrível, o ilícito e a morte são atenuados no cotidiano pelo modo de consumo jornalístico.

Como a tragédia, o sensacionalismo vai até o extremo da morte ou da mutilação, com a lógica irreparável da fatalidade [...] o sensacionalismo é consumado não segundo o rito cerimonial da tragédia, mas à mesa, no metrô, com café com leite. [...] As vítimas do sensacionalismo, como da tragédia são projetivas, isto é, são ofertadas em sacrifício à morte (MORIN, 2011, p. 109, 110).

A socióloga Porto (2002) afirma que a mídia por si só não é responsável pelo aumento da violência, mas funciona como canal que estrutura e valoriza o tema. Mesmo que o indivíduo não se encontre dentro de um contexto de violência, por meio da mídia, pela quantidade de informações, ele passa a conviver, interagir e sentir-se parte de determinada realidade. Ao mesmo tempo em que a violência na TV, no jornal impresso cria uma relação de rotina e proximidade, ela se reforça pelo distanciamento. “A exposição à violência, da forma como é elaborada nas representações da mídia, tem como uma das suas principais

consequências transformar essa mesma violência em algo irreal, simulacral, espectro da realidade” (PORTO, 2002, p. 164).

A forma de exposição da violência, apresentada pela autora, colabora com as reflexões sobre a exposição do policial militar. Como sujeito participativo no combate ao crime, as representações da mídia sobre o tema são feitas a partir da junção de elementos como imagem do fato e fala das autoridades policiais sobre o crime. Observar esse cenário midiático que utiliza a violência como proposta de segurar a audiência, é um ponto essencial para aprofundar o olhar sobre a relação polícia e mídia.

Ao abordar a violência urbana, os veículos de comunicação atribuem aos policiais a responsabilidade de responder pelos atos criminosos, constituindo-se, quase sempre, em fontes principais das narrativas midiáticas. Deles (policiais) são cobradas as ações e atitudes de combate à violência. O policial militar no contexto de suas atividades diárias se torna o mediador entre o jornalista e o fato. E ao ser o mediador, a mídia acaba criando relações com poucos desdobramentos, ou seja, as matérias ficam reféns dos relatórios policiais no dia a dia. Segundo Bedendo (2013), essa postura acaba por simplificar a violência e as informações:

A origem da informação na segurança pública pode até se situar em uma única fonte (pessoa ou documento, por exemplo), mas o trabalho de construção da narrativa e de transmissão responsável dos fatos vai nos exigir o contato com muitas outras pessoas, instituições e banco de dados, bem como diferentes contextos da vida cotidiana (BEDENDO, 2013, p. 165).

De acordo com Bedendo (2013), o jornalismo não pode se limitar aos boletins de ocorrências e as falas dos agentes de segurança pública. Outro ponto atacado pelo autor é a tendência da mídia em falar de violência somente a partir da tragédia e do crime registrados no cotidiano da cidade. Seguindo essa linha, constata-se que os jornais com perfil mais popular costumam construir uma cobertura desproporcional entre os sujeitos envolvidos no fato. Observa-se certo desequilíbrio, descrédito, ou ainda exploração, comparações, por exemplo, entre as falas do criminoso, do policial e da vítima. A recorrente visibilidade na mídia de casos em etapas rasas de investigação é outra questão problemática. Policiais militares, por exemplo, costumam dar entrevista em delegacias durante os procedimentos de apresentação de um suspeito. A construção da notícia somente pelo viés da mídia e demandas da polícia é complicada e expõe casos policiais pequenos em igualdade de exposição com outros casos mais complexos e de interesse público.

Nas construções jornalísticas que envolvem a figura do policial, ocorre um tensionamento na narrativa, que oscila entre “herói” e “bandido”, “bem” e “mal” (COSTA, 2018). Notícias dessa natureza possuem como falas centrais, o policial ou o delegado. Embora a fonte seja a polícia, percebe-se uma construção estereotipada da instituição polícia e do policial, assim como uma relação conflituosa da polícia com a sociedade, com conflitos de apreensão de qual realmente é o papel da polícia na relação com as pessoas.

Em contrapartida, essa visibilidade ostensiva dos policiais nas matérias se configura como prejudicial para a segurança pessoal do policial, como também na relação dele com a população. Segundo Oliveira (2011), a opinião da população sobre desempenho de policiais e seus serviços, e a qualidade de sua interação com a comunidade são importantes instrumentos na ordenação de prioridades no trabalho de policiamento realizado.

Cidadãos insatisfeitos com a polícia são menos tendenciosos a contatá-la ou fornecer informações sobre atividades criminosas. Percepções negativas da polícia contribuem para a redução da eficiência da própria atuação policial, o que eventualmente pode colaborar para o aumento das taxas de crimes. Como pesquisas demonstram que o medo do crime também tem o efeito de piorar as avaliações sobre as polícias, é razoável se pensar, então, na existência de um ciclo vicioso a ser quebrado: altas taxas de criminalidade alimentam e são alimentadas pela desconfiança em relação às polícias. (OLIVEIRA, 2011, p. 7).

A forma como policiais costumam aparecer na mídia pode prejudicar questões mais gerais ligadas à segurança pública, uma vez que isso pode refletir aspectos negativos do trabalho realizado. Essa visibilidade também pode incomodar o policial à medida que a construção dos noticiários seja compreendida por eles como negativos à imagem das atividades desempenhadas. Lidar com a avaliação da população e entender o compromisso da polícia com a sociedade é uma questão que caminha junto com a atividade policial.

Em depoimento²¹, o sociólogo Claudio Beato reforça que a relação de policiais com a mídia é marcada pela ambiguidade. Se, em certos momentos, observam-se condenações, em outros, muitos profissionais da área da segurança constroem carreiras políticas a partir da visibilidade, do espaço que ocupam nos veículos de comunicação. Essa superexposição é utilizada em interesses pessoais e alimenta a vaidade desses policiais em serem parte do noticiário. Na perspectiva dos profissionais da mídia, a maioria trata a cobertura policial como

²¹ Depoimento retirado do livro *Mídia e Violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil* (RAMOS, SILVA, 2007, p.35).

experiência pontual ou transitória na atividade, e por isso não costuma ir além do contato convencional na apuração dos fatos.

Pela visibilidade desses atores na mídia e pela atuação desses profissionais é possível moldar, construir e atribuir sentidos à fala e à postura deles. Após ver e ouvir o noticiário, são tecidas conclusões sobre o outro, o distante, as questões sociais e os temas do cotidiano. As construções midiáticas na sociedade podem interferir na forma como se cria a identidade do policial. A “realidade” contada na mídia se configura a partir de recortes e, desse modo, os sentidos de si e os da sociedade para com o policial podem ser construídos em novas perspectivas.

2.3.1 A rua como lugar de encontro entre jornalistas e policiais

A rua é sem dúvida o principal lugar de encontro entre policiais e repórteres. Na rua existe a notícia, o movimento da cidade e o desenrolar dos fatos. Para qualquer situação que modifique a rotina da cidade, haverá certamente a presença de um policial e um jornalista, já que boa parte da rotina de trabalho dessas atividades se concentra nesse espaço público. Mesmo quando as ocorrências não têm relação com a criminalidade, ou violência, muitas vezes, o policial chega ali. Em um acidente de trânsito, por exemplo, é comum a presença de policiais que podem auxiliar no isolamento da área, na organização do trânsito, até que as autoridades responsáveis pelos procedimentos cheguem ao local. Já o registro do fato é com o jornalista, e neste contexto está a linha condutora do encontro desses profissionais. O encontro é dinâmico, rápido, tenso, profissional, público. Essas definições dizem muito sobre as notícias que estão na rua e dela vêm.

É na cidade, no bairro, na rua, que ocorrem o crime, a morte, a briga e a insegurança. Tais situações são demandas que fazem parte da rotina de trabalho de um policial militar. Pelo processo de noticiabilidade, esses temas são atrativos para a cobertura jornalística. Não há como escapar desse cenário e encontro diário entre jornalistas e policiais. Talvez isso ajude, em parte, a explicar a proximidade, a tensão entre as atividades desses profissionais e os desafios dessa interação.

De acordo com Ramos e Paiva (2007), a relação dos jornalistas com as fontes policiais envolve dilemas e dificuldades que afetam mesmo os profissionais mais experientes com o tema. “Apesar do seu status de fonte principal, as polícias também oferecem dificuldades aos repórteres. Por inúmeras vezes, elas costumam adotar posições defensivas e corporativas quando se trata de responder a questionamentos críticos”. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39).

Tal comportamento pode ser em parte compreendido a partir do sentimento de coletividade que existe entre os policiais. Na maioria das vezes, a fala desses profissionais nos meios de comunicação nunca é pessoal, há sempre o cuidado em fazer referência à corporação, ao trabalho em equipe. A presença de policiais nas ruas sempre em grupo e a própria existência hierárquica militar já estabelece entre eles, quem deverá falar nos veículos de comunicação.

A construção desse diálogo é quase sempre superficial e acompanha a correria do jornalismo e também dos procedimentos policiais. Frente ao pouco tempo de que dispõe, o policial deve concentrar a atenção com o todo. E assim, na rua, sem muitas possibilidades de aprofundamentos na conversa e apuração, constrói-se o contato do dia a dia. Em algumas situações ligadas à violência, por questões de segurança, o jornalista só segue em busca da informação quando há a presença da polícia no local. Podem ocorrer casos em que os jornalistas cheguem primeiro, mas no geral, recorrentemente as informações são repassadas pelos policiais aos veículos de comunicação.

Rotineiramente os policiais atuam nas ruas, e como discorre Cury (2007), a cidade é lugar onde impera o medo, é um espaço público, palco das tragédias, do encontro dos mundos, do compartilhamento instantâneo das informações. Essas perspectivas norteiam consideravelmente os diálogos no cotidiano da cidade, os diálogos entre policiais e jornalistas. Para Silva e Marinho (2014), as transformações observadas na cidade são modificadas pela violência, pelo medo e o aumento populacional. Quanto mais a cidade cresce, mais as relações tornam-se superficiais, segmentados por grupos, “[...] Suas lealdades a esses grupos são frequentemente conflitantes, visto que usualmente apelam para aspectos muito diversos da personalidade e suas reivindicações não são necessariamente harmoniosas” (SILVA; MARINHO, 2014, p.74).

O encontro entre mídia e policial é subjetivo. No aspecto físico e profissional, pode-se falar também de distâncias. Se por um lado, a violência na cidade aproxima esses profissionais, por outro, ela também os afasta, porque o medo modifica as relações no espaço público. Para Martín-Barbero (1998), o medo passou a fazer parte dos novos processos de comunicação. As mudanças nas relações produzem uma nova cidade com cada vez mais fluxo de informações e poucos encontros. Ou, como afirma Kabuenge (2018), a cidade do possível.

O medo causado pela violência urbana, nos leva, a modificar a forma do estar e sentir-se na cidade, ou até mesmo modificar a sua conformação espacial através de construção de estruturas ou edificações que faz da cidade, um lugar povoado de estruturas parecidas às estruturas de cárcere: condomínios fechados, casas cercadas por grades e cercas elétricas, conjuntos habitacionais cercados que, enquanto estruturas de proteção contra

a violência urbana, acabam, não somente delimitando o direito de ir e vir dos outros cidadãos, já que privatizam certos espaços públicos, principalmente a rua ou avenida, mas também a vida de seus proprietários (KABUENGE, 2018, p. 56).

Para Resende (2003), ao pensar sobre a constituição de um espaço público, construído por experiências sociais, culturais, ou ainda de outras naturezas, os processos da comunicação social, no uso de suas tecnologias e práticas, formam um espaço que contribui para que as relações sociais sejam estabelecidas e também compreendidas.

Na dimensão de um contemporâneo em que as sociabilidades se configuram por vias mediatizadas, a noção de espaço público, como lugar simbólico em que se tecem e se estabelecem as relações sociais, ganha relevos significativos. Trata-se de fatores que, principalmente por alterarem as relações que as pessoas estabelecem com as noções de espaço e tempo, reconfiguram os papéis, e as pertinências dos vários campos que constituem a sociedade. As relações, que de diretas passam a ser sobrepostas, e nunca substituídas, pelas de circulação mediática, se conformam em um espaço cuja ordem se estabelece a partir de uma correlação de forças. No âmbito do espaço público conflituoso, são os vários campos e organizações sociais coexistentes, através dos quais se articulam os saberes e as práticas cotidianas, que se reorganizam, constantemente. (RESENDE, 2003, p. 1).

A reflexão feita pelo autor colabora em pensar questões sobre a complexidade existente no relacionamento entre mídia e policial militar. O contato destes atores também está inserido em um contexto social contemporâneo marcado por processos comunicativos tecnológicos e culturais. Isso não significa dizer que exista aqui um ambiente prejudicial em sua totalidade, no entanto é preciso levar em conta as possíveis mudanças e interferências na estruturação desta relação. Se, no primeiro momento, o encontro do policial com a mídia é presencial na rua, em um segundo momento, este encontro é midiático, construído a partir de técnicas jornalísticas. O diálogo durante o processo de apuração e entrevista não é o mesmo veiculado na televisão ou outro veículo, por causa das questões técnicas. Isso pode gerar desconfortos, por exemplo, a partir das expectativas do policial sobre o recorte da fala e da realidade, feito pelo jornalista.

Para o policial militar, falar com a mídia pode significar apenas ser a fonte da instituição capaz de explicar as circunstâncias do fato. Não há uma compreensão total sobre o modo midiático de narrar fatos e histórias do cotidiano, e por isso há muitos desconfortos entre os policiais sobre o que se disse e como a reportagem mostrou determinada situação narrada. De acordo com Resende (2005), para o bem ou para o mal, os meios interferem e recriam outros modos de viver o mundo.

O que nos parece relevante considerar, nesse contexto, é que a mesma pluralidade e diversidade expressa no urbano se apresentam no campo das narrativas midiáticas [...] Experimentamos, em quantidades muito significativas, uma diversidade de narrativas, que hoje se faz possível devido também, ao avanço dos meios. São formas diversas de dizer de um mesmo lugar apontando para a possibilidade de que os sentidos se diversifiquem (RESENDE, 2005, p. 132).

A partir da reflexão de Resende (2005), aponta-se esta questão como pouco compreendida pelos policiais. O encontro que começa na rua não termina ali, mas continua nos meios, no telejornal, na reportagem, na construção da notícia. A rua, como o ponto do encontro, é também de desencontro. Na continuidade do fato e na visibilidade do assunto são dados novos momentos, agora de certo distanciamento, que só se reduz novamente na mídia. É a mídia que une novamente, em forma de notícia, de interações midiáticas, e assim se estabelecerão o contato e a proximidade da imprensa com o policial.

Desta forma, haverá não apenas a relação desses atores, mas deles com o público. Segundo Martín-Barbero (1998), ao refletir sobre a televisão, dirá que ela é mais que objeto tecnológico, ela é espaço e lugar, que acolhe o que a rua expulsa. “É a ausência de espaços para comunicação – ruas e praças – que faz com que a televisão seja algo mais que um instrumento de ócio, um lugar de encontro. São encontros esporádicos com o mundo, com as pessoas e até com a cidade em que vivemos” (MARTÍN-BARBERO, 1998, p.5).

Na concepção de Martín-Barbero (1998), o modo de relação no espaço público se modificou, produziu uma “nova cidade” feita cada vez mais de circulação e informação, e menos de encontro e comunicação. Nas relações entre o policial e a mídia, questões técnicas e interesses estruturam o meio midiático. O que não é diferente para a polícia, enquanto instituição, já que a mesma também possui interesses internos e externos. A mídia tem seu modo de fala bem definido e o policial também. A compreensão de ambos para essa lógica construtiva condiciona e estrutura a relação.

2.3.2 Ética policial e jornalística

Na rua, lugar de encontro, questões éticas entre policiais e jornalistas são fundamentais na construção dessa relação e nos desdobramentos dos fatos. Os valores profissionais dessas categorias devem ser respeitados para que não ocorram distorções na qualidade das informações prestadas à população. Os dois profissionais estão revestidos por uma função

social que deve considerar como bem maior a prestação de serviço e o interesse público. Com a crescente divisão social do trabalho, cresceram as profissões, aumentou o compromisso com o público e a sociedade, conforme aponta Karam (2004):

Matérias jornalísticas imediatas trazem, como os livros, os relatórios, as pesquisas, algo que cabe ao jornalismo, potencialmente realizar. Revelar tais atitudes e disseminar tais informações, revolver o presente para que o futuro consiga rememorar-lo e tomá-lo como referência de comportamentos e análises é também papel do jornalismo [...] Mas é ainda, com outras características, o papel de psicanalistas, antropólogos, romancistas, historiadores, enfim, de estudiosos que buscam, nas entranhas da alma humana, explicações sobre o mundo, os comportamentos, as palavras, os significados sociais. Esse papel manifesta-se também pela mediação jornalística, na mesma emergência com que surge. (KARAM, 2004, p.23).

O jornalismo trata de questões fundamentais à vida, à sociedade, e sua forma diferenciada de abordar os assuntos também tem importância social. Segundo Karam (2004), a atividade jornalística movimenta-se com a diversidade dos tempos sociais, os pensamentos coletivos e pessoais, mas

é na reconstrução do presente sempre fugaz que ele dá uma dimensão histórica à memória humana, não única, mas diversa, contraditória, plural. Nesse aspecto, a forma do jornalismo busca, na multiplicidade de tempos sociais e das memórias individuais e coletivas, a imediatidade da produção de fatos, de versões, de eventos. (KARAM, 2004, p.34).

O desenvolvimento da ética jornalística conjectura, que a pluralidade de versões retrate a variedade de fenômenos, reforça o autor. Sobre essa relação jornalismo, ética e sociedade, Christofolletti (2008) explicita que no jornalismo a ética é mais que acessório, cotidianamente na cobertura dos fatos de interesse social, os profissionais da área não devem deslocar-se de seus valores éticos profissionais, o comprometimento com suas funções e com público são primordiais no exercício da atividade.

Karam (2014) lembra que a produção de fatos atualmente ocorre em um movimento social e tecnológico acelerado. O conhecer, o relatar e o interpretar no jornalismo são experiências distintas das presentes em outras áreas do conhecimento. No jornalismo, há a necessidade do emprego de particularidades técnicas e ética, na construção do conhecimento:

Esta ética deve alicerçar-se em uma teoria do jornalismo como forma de conhecimento das particularidades humanas em processo de universalização do conhecimento, a forma mais democrática, supomos, de permitir que a

liberdade de escolha seja, efetivamente, mais livre e mais imediata. (KARAM, 2014, p. 2).

Pelo crescimento da cobertura sobre violência e segurança pública, a questão ética neste contexto pede atenção. Para Christofolletti (2008), avanços significativos são observados na cobertura policial, pois houve um tempo, em que as redações simplesmente reproduziam os boletins escritos por policiais como versão oficial, sem qualquer cuidado de apuração, ou pluralidade com as informações coletadas. No entanto, mesmo com os avanços ainda há um grande desafio na compreensão de como devem se constituir as relações com as fontes. É preciso diferenciar policiais e jornalistas, porque, apesar do encontro diário na rua, eles possuem funções diferentes e a convivência no dia a dia não deve extinguir os limites entre esses profissionais.

Para o autor, à medida que se deixam de lado os valores éticos, torna-se comum os repórteres acompanharem ações policiais, expondo-se a perigos, oferecendo predisposição total ao trabalho da polícia em qualquer situação. Policiais, por sua vez, se comportam de forma diferente frente a câmeras e microfones dos veículos de comunicação. Há uma exibição exagerada.

É a capacidade da mídia de amplificar o fato que fascina, que faz girar cabeças. Comparando ao que acontece ao jornalismo, a postura artificial do policial é menos comprometedora. Afinal ele não deixa de fazer o seu trabalho, apenas o executa midiaticamente. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 59).

Em programas televisivos de caráter popular é comum observar esse tipo de comportamento por parte de policiais e repórteres.

O sentimento do dever policial-militar impõe a cada integrante da Polícia Militar conduta moral e profissional irrepreensíveis, tendo entre seus preceitos éticos: atuar em nome do interesse público, atuar de forma disciplinada com respeito mútuo de superiores e subordinados, ser justo na apreciação de atos, exercer as funções com integridade, probidade e equilíbrio, e “procurar manter boas relações com as outras categorias profissionais, conhecendo e respeitando-lhe os limites de competência, mas elevando o conceito e o processo administrativo disciplinar da própria profissão, zelando por sua competência e autoridade”. (CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2006).

Aos jornalistas recai, entre outros, o compromisso fundamental com a verdade no relato dos fatos, a precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação. O profissional da comunicação não pode impedir a manifestação de opiniões divergentes, ou livre debate das ideias, bem como usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime. O jornalista não pode também divulgar informações de carácter mórbido, ou contrário aos valores humanos, especialmente em coberturas de crimes (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007). Portanto, compreende-se que, para além das reflexões a respeito de uma ética profissional, há uma questão maior de humanidade e respeito ao outro na construção dos fatos.

Ao se analisar as questões éticas, que são apenas partes de um conjunto maior, constata-se que há um grande desafio no comprometimento que policiais e jornalistas devem assumir no cotidiano de suas atividades. Muitas proposições éticas podem ser naturalizadas no dia a dia dessas profissões. Manter a integridade, a verdade, o respeito aos valores humanos e não estimular a violência parecem apontamentos contraditórios quando se defronta com o noticiário. No calor dos fatos, na adrenalina para informar primeiro e no interesse pela visibilidade, muitos direitos e deveres éticos podem ser negligenciados, ou omitidos, como aponta Christofolletti (2008):

As corporações policiais podem fazer um bom trabalho e estar bem orientadas para servir a população, mas seus homens e mulheres também podem errar, cometer abusos e manipular dados para beneficiar o Estado, ou suas políticas de segurança pública. [...] Na mídia e na sociedade, é relativamente comum assistir a casos de pré-julgamento: condena-se antes da justiça. Aí, jornais e revistas estampam os rostos de suspeitos como se exibissem à sociedade seus inimigos; a televisão e o rádio espalham a suspeita e inflacionam um processo de corrosão da reputação dos envolvidos [...]. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 60).

Jornalistas e policiais devem respeitar o valor ético na atividade profissional. Não se deveria refletir sobre esse distanciamento entre o ser ou não ser ético, uma vez que a ética é legalmente prevista nas legislações dessas categorias e funciona como base moral nas relações sociais de modo geral. Na rua, a ética entre polícia e jornalismo pode ser a todo instante desconsiderada. O jornalista quer apurar os fatos a todo custo e, muitas vezes, ultrapassa limites e pode prejudicar a ação policial. Em nome do sensacionalismo, um repórter pode, por exemplo, pedir que o policial repita uma ação ou abordagem não capturada pelas câmeras, pedir que o policial obrigue o preso a mostrar o rosto, ou ainda, o repórter costuma desqualificar a fala do criminoso, emitir juízo de valor nas entrevistas e entradas ao vivo. Em

programas jornalísticos de caráter popular é comum dramatizar as ações policiais, e há casos cujas operações são realizadas somente com a finalidade de produzir reportagens da rotina de trabalho. Ao acompanhar esses programas se percebe claramente um suspense e exagero na condução jornalística e policial do fato. Em muitos casos, o desdobramento final não apresenta qualquer indício de crime, situação de perigo, mas somente a exploração do drama, da imagem e da condição social das pessoas.

2.4 A midiaticização nas relações

Por todas as possibilidades de encontros, aproximações e relações entre a atividade do policial militar e a atividade jornalística, a Polícia Militar do Pará, PMPA, enquanto instituição pública possui um setor específico, responsável por cuidar da relação entre mídia e PM. Conforme a lei de Organização Básica da Polícia Militar do Pará²², a Assessoria de Comunicação e a 5ª Seção do Estado-Maior Geral²³ são responsáveis e devem compor em conjunto o sistema de comunicação da corporação.

A legislação da PMPA determina também que é competência da assessoria de comunicação a divulgação da imagem, da missão e das ações da corporação. Segundo Ferrareto (1993), a assessoria de comunicação é o departamento responsável por aprimorar o fluxo de informações entre uma organização ou pessoa, e seu público interno e externo. Entre as competências da Assessoria de Comunicação da PMPA, é possível pontuar algumas que estão diretamente ligadas ao contato entre policiais e mídia, a saber: assessorar, quando necessário e possível, policiais em entrevistas; promover e manter boa imagem da corporação junto à sociedade por meio de um bom relacionamento com a imprensa; coordenar as relações da polícia militar junto aos veículos de comunicação.

As responsabilidades destacadas acima demonstram um modelo de comunicação informacional e o cuidado da instituição militar em estruturar e estabelecer parâmetros na relação entre policiais e mídia. Na prática, a proposta parece desafiadora, uma vez que rotineiramente no noticiário paraense o policial assume o papel de fonte principal da notícia, e demonstra autonomia na fala, no contexto da entrevista. Ainda que a fala não seja pessoal,

²²Lei Complementar 053, de 07 de fevereiro de 2006 – Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará, e dá outras providências.

²³Setor responsável pelo estudo, pesquisa, planejamento, controle, acompanhamento, proposição e avaliação das estratégias da política de comunicação organizacional da corporação.

mas coletiva, ela é autônoma, no sentido de estar muitas vezes fora do filtro institucional. A estrutura comunicacional da instituição parece não suportar o dia a dia na rua, e as relações estabelecidas entre policiais e jornalistas acorrem de modo midiaticado.

A necessidade das instituições em criar setores específicos para falar com a mídia pode ser mais bem compreendida a partir das discussões sobre midiaticação. O conceito deste processo está em construção, porém é consenso entre os autores que há uma modificação na forma das mediações, e uma transformação das relações. Visibilidade, agilidade, agendamento e circularidade são elementos presentes nos debates que tratam o tema. Para Gomes (2016), o conceito de midiaticação é tratado com múltiplas vozes, e é de extrema importância para descrever a presente mudança comunicativa.

A midiaticação tornou-se cada vez mais um conceito chave, fundamental, essencial para descrever o presente e a história dos meios e a mudança comunicativa que está ocorrendo. Desse modo se tornaram parte do todo, não se pode vê-los como uma esfera separada. É necessário desenvolver uma compreensão de como a crescente expansão dos meios de comunicação muda nossa construção da cultura, da sociedade, e das diferentes práticas sociais. (GOMES, 2016, p.1).

A estrutura de comunicação da PMPA não é apenas uma obrigação, que atende a um dos princípios da administração pública, a publicidade. Mas também é reflexo das modificações e transformações que os meios técnicos trouxeram para sociedade. A atividade militar, suas práticas e funções sociais também passam pelo processo de midiaticação, uma vez que estão presentes no noticiário da TV e nas capas dos jornais. Com isso, é possível dizer que a corporação e o policial passam a ocupar também o espaço midiático. Este lugar de visibilidade dado pelos meios de comunicação tende naturalmente a mudar as relações comunicativas entre policiais e seus superiores.

Na concepção de Gomes (2016), a mídia e os meios tecnológicos desempenham o papel de dispositivos enunciativos da informação. Muitas vezes, é pelo noticiário que o policial se enxerga em suas atividades. A atuação na rua, as operações policiais são notícias, o que torna o trabalho do policial militar uma atividade midiaticada. Alguns programas jornalísticos costumam acompanhar essa atuação, e desta forma a postura, a ação e o modo de operar de um policial serão modificados. Pelo processo de midiaticação, o agir e a relação policial e mídia se transformam. Para Gomes (2016), a mídia altera significados e falas.

Nela se percebe um processo de significação que contempla a construção do discurso nas suas diversas configurações, tanto construções verbais como não verbais (por imagens, gestos e ações). No marco das possibilidades

comunicativas, a mídia escolhe determinados conceitos, imagens e gestos com os quais elabora um processo enunciativo que permite a comunicação com e para a sociedade. (GOMES, 2016, p. 16).

Os discursos midiáticos utilizam a fala e a imagem. Principalmente na televisão, o uso de técnicas próprias do meio como, por exemplo, o processo de edição, o uso de trilhas, são maneiras de construir discursos. Se um veículo de comunicação acompanha e noticia uma ação policial, ele também se preocupa com a transmissão dessa mensagem para o público. Aqui, é importante ressaltar que não se trata de deturpações feitas, mas de recortes midiáticos inevitáveis. Isso significa na prática que, por exemplo, o modo como um policial gostaria de informar a sociedade sobre determinado fato não será o mesmo modo dos veículos.

Dois Instruções Normativas²⁴ publicadas no Boletim Geral da Polícia Militar, em abril de 2018, são exemplos das dificuldades da corporação em validar no cotidiano da atividade policial as orientações que tratam da comunicação entre os policiais e os veículos midiáticos. Os documentos foram elaborados com a finalidade de regular a comunicação institucional interna e externa dos Comandos Operacionais Intermediários²⁵. As medidas são ainda uma forma de aproximar as relações internas da própria corporação, uma vez que, pela estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará, é possível perceber certo distanciamento entre o setor responsável pela comunicação e os policiais em atividades na rua.

A Assessoria de Comunicação está ligada diretamente ao Comando Geral da PMPA e aos órgãos de Direção Geral. Já no Departamento de Operações²⁶ estão os Comandos Operacionais, os batalhões e os PMS em atividade na rua. Pela necessidade de falar a esses e com esses policiais, as normativas podem ser vistas como estratégias de controle frente à forte visibilidade dos policiais na mídia, em uma tentativa de melhorar a interação interna e evitar as interações midiáticas dos policiais junto aos meios de comunicação.

Gomes (2016) pontua que a identidade é construída a partir da interação com os meios. Partindo desta reflexão, ao normatizar a comunicação de um setor interno, ao qual se tem dificuldades de chegar, a Polícia Militar pretende com esta medida garantir um padrão,

²⁴Normativa 001/2018, regula a comunicação institucional interna e externa dos Comandos Operacionais e suas respectivas unidades. Normativa 002/2018, regula o fluxo e a divulgação de informações relacionadas à Polícia Militar.

²⁵Setores subordinados ao Departamento Geral de Operações e responsáveis pelo planejamento operacional, a supervisão, a coordenação, o controle, a fiscalização e a execução das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no âmbito de suas respectivas responsabilidades e circunscrições.

²⁶Órgão de direção geral, responsável pela supervisão, coordenação, controle e fiscalização dos órgãos de direção intermediária e de execução da atividade fim da corporação.

uma linguagem, e principalmente uma identidade padronizada na mídia. Aqui, as preocupações são com a imagem da instituição junto à sociedade. Na ausência disto, as entrevistas concedidas por policiais, distante das normas, e feitas de modo individual, representam um risco para a corporação, frente ao descontrole de fluxos e circulação das informações ligadas à segurança pública.

De acordo com Gomes (2016), a midiaticização é fruto das relações, interrelações e conexões utilizadas pela sociedade dos meios e potencializadas pela tecnologia digital. A midiaticização significa um novo ambiente social que recai nessas mesmas relações. O conteúdo midiático sobre policiais militares pode atingir a vivência, o trabalho e as relações desses profissionais entre si.

A primeira normativa, a 001/2018, ordena a comunicação dos Comandos Operacionais Intermediários e de suas respectivas Unidades Operacionais de Polícia Ostensiva. Ou seja, subcomandantes falam aos policiais de seus comandos. Na prática, a normativa cria uma estrutura de comunicação interna para os comandos, o que antes não existia. Funciona como uma espécie de assessoria de comunicação dentro desses setores, com normas estabelecidas como, por exemplo, a definição de um porta-voz oficial, que deverá se reportar à imprensa, sendo também responsável em autorizar que outros policiais militares concedam entrevistas, devidamente orientados.

No olhar do pesquisador Verón (2014), os elementos da midiaticização são compreendidos como um processo não linear. Primeiro, porque o crescimento de um meio, vários meios, produz efeitos diferentes na sociedade. Segundo, há no processo uma rede de relações. Desta forma, a normativa da PMPA é uma estratégia de comunicação institucional para evitar que haja muitas vozes falando em nome da corporação. Se, pela diversidade dos meios, a linearidade do discurso é comprometida. Logo, se não houver um único discurso, no caso o porta voz da PMPA, isso tende a aumentar as tensões e efeitos na sociedade. São situações, na maioria das vezes, negativas, principalmente pelas demandas ligadas ao tema da segurança pública. Se muitos policiais concedem entrevista, em um cenário comunicacional midiaticizado, aumentam as relações entre policiais e mídia, e também aumentam as narrativas, os recortes, as abordagens e a circulação de mensagens.

Outra questão importante destacada por Verón (2014) diz respeito ao fato de os fenômenos midiáticos produzirem autonomia de emissores e receptores, e persistência dos discursos pelo tempo. Na relação policial e mídia, os emissores são os veículos de comunicação e os receptores a população e também o policial. Pelo processo de midiaticização, ora o PM é parte da construção do discurso midiático, ora apenas se enxerga neste discurso.

Mesmo o policial que não costuma falar com a mídia se vê representado na fala de outro policial, não no sentido de concordar, mas pela mensagem de coletividade transmitida.

A segunda normativa 002/2018 regula o fluxo e a divulgação de informações relacionadas à PMPA. Na referida normativa, são definidos critérios, dadas orientações sobre a forma de divulgação das notícias. O documento instrui acerca de questões técnicas do jornalismo, dos critérios de noticiabilidade como atualidade, interesse público, amplitude, impacto, que devem constar nas informações repassadas pelos Comandos Operacionais à sociedade. Outra orientação trata sobre a produção de imagens das ocorrências e a construção do texto a ser enviado à Assessoria da PMPA.

Ordenar e normatizar o fluxo de informações são formas também de mediar a vivência profissional do policial com a mídia. Braga (2012) reflete sobre a mediação como uma consequência da midiatização na sociedade contemporânea. Para o autor, de forma genérica “uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e ou ações diversas, organizando as relações entre estes”. (BRAGA, 2012 p.32). As questões técnicas jornalísticas estabelecidas nas normativas têm por finalidade organizar o conteúdo da plataforma tecnológica da corporação. O site da PMPA, por exemplo, é o espaço utilizado para dar visibilidade às notícias da instituição. De acordo com Braga (2012), o processo técnico corresponde à disponibilização de ações comunicativas midiatizadas. Desta forma, a Polícia Militar alcança a população com uma comunicação massiva bem direcionada e dosada. “Com a midiatização crescente dos processos sociais em geral, o que ocorre agora é a constatação de uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade” (BRAGA, 2012, p. 35).

É importante dizer ainda que as duas normativas instituídas pela Polícia Militar do Pará não anulam a subordinação da comunicação interna dos Comandos Operacionais junto à Assessoria de Comunicação da PMPA. As normativas orientam esses setores quanto à estrutura que se quer no processo de transmissão de informações, mas não concedem autonomia na relação entre policiais e mídia. O documento reforça que os comandos devem manter o diálogo, e se reportar à Assessoria de Comunicação para obter as orientações quanto ao filtro das informações. E ainda que todo conteúdo enviado, precisa, preferencialmente, priorizar os temas: operações policiais, apreensões relevantes, formação e capacitação, solenidades militares, entre outros.

Os conteúdos institucionais, que partem da polícia para a sociedade, podem ser compreendidos de múltiplas maneiras. Uma delas é o recorte favorável em relação à imagem que se pretende construir da corporação. Ao priorizar e definir assuntos que mereçam

visibilidade e circulação, o intuito de aproximar a atividade policial do cotidiano das pessoas, como também o de escolher sobre o que deve ou não ganhar notoriedade ficam pressupostos. Há nesse domínio de conteúdo, um típico modelo informacional, verticalizado, em que o público fica em segundo plano, e mediante o processo de midiática a polícia atua nas mídias e pelas mídias: “O surgimento das novas tecnologias crescentemente disponibiliza possibilidades de mediação para setores ‘não-midiáticos’: das mais diversas instituições aos grupos e aos indivíduos” (BRAGA, 2012 p.36).

O processo de mediação presente na sociedade contemporânea transforma também as relações nas instituições públicas. Segundo Braga (2012), todos os campos sociais estão cada vez mais atrelados à necessidade de interação. No contexto da Polícia Militar do Pará, as normativas se mostram como necessidade para manutenção de uma comunicação interna marcada pela pouca interação entre os militares, mas ao mesmo tempo é tão visível e forte entre os policiais e a mídia. Destaca-se que, enquanto instituição, na prestação de contas com a sociedade, a própria corporação também media a atuação de seus policiais. Para interagir com a sociedade, a PMPA possui site e mídias sociais oficiais. Se esses ambientes existem, é preciso falar e se comunicar por meio desses espaços também.

Todas as áreas e setores da sociedade passaram a desenvolver práticas e reflexões sobre sua interação com as demais áreas e setores, testando possibilidades e inventando processos interacionais para participar segundo suas próprias perspectivas e interesses. (BRAGA, 2012 p.37).

Ao refletir sobre a relação entre policial e mídia, é possível falar sobre um relacionamento que não foge ao processo de mediação. O jornalismo de modo geral, ao se apropriar do tema violência e das questões ligadas à segurança pública, vai conseqüentemente ter no discurso midiático a figura de um policial. A grande questão é pensar sobre as modificações ocasionadas por esse contato, uma vez que, segundo Braga (2012), todos os processos de mediação modificam o perfil, os sentidos e os modos de ação dos campos sociais. Isso significa que em uma sociedade mediada, o noticiário sobre a violência e sobretudo a visibilidade de policiais na mídia têm sentidos e modos transformados. A relação comunicativa aqui ocorre em um ambiente mediado por elementos como circulação, visibilidade, superficialidade, agilidade, escandalização.

Se, por um lado, como lembra Gomes (2016), a mídia se apropria de conteúdos e os trabalha por meio de significações, por outro, a PMPA enquanto instituição tende a trabalhar os significados de sua imagem, e a ação para o contexto midiático. As normativas funcionam

como uma tentativa estratégica de mais aproximação, controle, e também ordem sobre a postura policial mediatizada e configurada pela circulação acelerada de mensagens. Não há dúvidas de que os avanços tecnológicos tornaram as relações mais complexas, e dessa forma a mediatização passou a ditar regras e parâmetros para a ação comunicativa entre o policial e a mídia, entre emissores e receptores, entre instituições e sociedade e entre qualquer que seja a ordem desta combinação.

No capítulo a seguir, far-se-á um percurso na história da Polícia Militar no Brasil e no Pará. Os apontamentos históricos foram necessários para maior compreensão e aproximação com os sujeitos. Conhecer a formação das estruturas militares é uma possibilidade para um melhor entendimento do contexto social, das vivências e formação do policial paraense.

3 O POLICIAL MILITAR DO PARÁ E O CONTEXTO SOCIAL

3.1 A gênese da Polícia Brasileira

Para a compreensão do ser policial, vale refletir sobre o histórico da polícia no Brasil e no Pará, a partir dos apontamentos históricos traçados pelas autoras Costa (2005) e Caldeira (2000). Falar do policial como mediador da violência urbana requer antes uma compreensão do surgimento da polícia no país. O policial do qual se fala hoje é parte de uma estrutura institucional organizada ao longo dos anos, em contextos políticos e sociais que dizem muito do que vê e tem da polícia hoje. O olhar da história é uma necessidade para a compreensão do contexto em que se vive. Por que existe a polícia? Por que a polícia é um dos alicerces da segurança pública no país? Por que a polícia é o que é? As perguntas são complexas e certamente não serão respondidas em sua totalidade. Servem como um panorama de fundo para entender o cenário brasileiro.

Costa (2005) reforça que o aparato institucional da polícia no Brasil teve início com a mudança da família real portuguesa para o país e com a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 1808, órgão implantado para comandar a polícia da corte e de todo território brasileiro. Essa estrutura teve como modelo o padrão francês, segundo o qual a polícia tinha como competência o cuidado com as obras públicas, o abastecimento da cidade, a ordem pública e a vigilância da população. A autora reforça que as polícias no Brasil e na Europa surgiram na transição do século XVIII para o XIX, mesmo período da propagação do ideal liberal e ações coercitivas.

Em sua gênese, as polícias foram criadas para confrontar as classes perigosas, para controlar protestos das classes populares e preservar a estrutura social, e não apenas para combater o crime, ou promover as guerras contemporâneas contra o crime. Na sua evolução, porém, a polícia, já na condição de aparelho do Estado Nacional, assumiu a tarefa de proteger a propriedade e exercer controle sobre o comportamento público, o que na sociedade tradicional ficava a cargo de particulares. (COSTA, 2005, p. 98).

As mudanças observadas pela autora ocorreram ao longo da história da polícia. Nos primeiros séculos do Brasil colônia, firmou-se o poder das autoridades agrárias por meio da submissão dos escravos. Nesse contexto, a polícia passou por diversas mudanças em sua organização, mas manteve o exercício da ordem social. Durante o período colonial, a polícia não dispunha de um aparato profissional e seguia suas atividades no sentido de defesa da terra conquistada. “A partir de 1548, com a nomeação do primeiro Governador Geral do Brasil,

criou-se um contingente militar armado pela metrópole de 600 homens. O governador geral assume o comando de todas as forças armadas da colônia” (COSTA, 2005, p. 100).

Segundo Costa (2005), com o crescimento das cidades foram pensadas novas formas de controle sobre os escravos e da camada popular mais pobre. A autora observa que a organização policial do final da colônia seguiu o modelo de repressão sobre a população urbana excluída. Esse padrão de sistema foi mantido, sendo em parte comprometido pelas lentas mudanças políticas e sociais. Quando se inicia o desenvolvimento das instituições coloniais para as nacionais, o poder policial se transformou em uma atividade com mais autoridade e eficiência. Nesse contexto, por vezes, são feitas referências à cidade do Rio de Janeiro pelo fato de ela ter sido administrada pelo governo central. Ao mesmo tempo em que a polícia da cidade possuía semelhanças com as de outros centros urbanos, ela também se diferenciava por ser a polícia da capital da nação e inevitavelmente o reflexo de um grupo político. “O policiamento era ao mesmo tempo uma tarefa política e social da Polícia” (COSTA, 2005, p. 101).

Mas é Caldeira (2000) que explica o complexo entendimento da história da polícia, a partir das modificações da força policial ao longo dos anos no país. Porém, identifica algumas características institucionais importantes, como: a divisão da polícia entre força civil e militar e sua tarefa de patrulhamento da rua persistem desde do século XIX. Segundo a autora, a primeira polícia militar foi organizada nos anos de 1830, por Duque de Caxias, e durante o império as instituições policiais eram mal definidas e em geral atuavam com arbitrariedade e punições violentas. A autora aponta que o modelo de confronto e prisão da polícia do Rio de Janeiro, do século XIX, reforça não somente a repressão, mas também o controle dos pobres, escravos e estrangeiros.

Os comportamentos de violação de ordem pública incluíam várias formas corriqueiras de aglomeração pública entre os pobres urbanos, como os encontros nas ruas e botecos, e especialmente os batuques de fundo de quintal. Considerava-se que barulho, música, conversa em voz alta, exhibições públicas de afeto e confrontos [...] Uma das práticas mais perseguidas pela polícia era a capoeira. (CALDEIRA, 2000, p. 145).

De acordo com Caldeira (2000), a organização das forças policiais no Rio de Janeiro no século XIX pode ser entendida por suas múltiplas experiências, consolidadas em legislações da época e continuaram durante a Primeira República (1889-1930) e era Vargas (1930-1945). Durante a República, a polícia prossegue com preocupações voltadas para os delitos da ordem pública. Porém, a pretensão de conquistar uma estrutura para o trabalho

policial e a necessidade de acompanhar as mudanças políticas eram argumentos para justificar a persistência de o governo repensar novamente a reestruturação da força policial.

A Era Vargas, conforme a pesquisadora, foi marcada pela tentativa de colocar as forças estaduais sob o controle do governo federal. A polícia assumiu papel estratégico para ditar as propostas do regime e passou por uma nova organização em todo território nacional. Em 1934, o governo promulgou um decreto que detalhava as funções da polícia, o padrão de policiamento nas ruas e colocou as polícias estaduais subordinadas à polícia do Distrito Federal. Outra mudança na estrutura policial veio com o regime militar que modificou a polícia, “O decreto 667 de 1969 unificou todas as policias estatais uniformizadas antes existentes [...] numa polícia militar estadual, a PM, subordinada ao Exército” (CALDEIRA, 2000, p. 147). A polícia militar e outras organizações tinham como principal missão a repressão durante o regime. Agora, apesar de organizada em condições militares, ela foi sempre uma estrutura paralela ao Exército Brasileiro.

Com a Constituição democrática de 1988, ocorreu a divisão entre a polícia civil e polícia militar, que neste contexto passou a ser subordinada aos governadores e as secretarias de segurança pública, sendo ainda definida como força auxiliar do Exército. A polícia militar atual que se conhece foi criada durante o regime militar, sendo responsável pelo policiamento de rua, cada estado tem ainda ramificações da polícia federal, e algumas cidades possuem as guardas municipais. (CALDEIRA, 2000).

Já Costa (2005) reforça que algumas demarcações históricas traduzem a implantação da polícia no Brasil. Os diferentes modelos políticos da República: Era Vargas, regime militar e a transição democrática marcam a sociedade. O período de consolidação da democracia marca o século XX e o início do XXI. A Constituição Federal de 1988 modificou a estrutura da polícia, mas manteve a organização policial inflexível à necessidade de se desmilitarizar.

Na Constituição Federal de 1988, há as definições e os deveres da polícia no âmbito da segurança pública. As diferenciações abordadas no artigo 144 regulam as estruturas policiais até hoje.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpo de bombeiros militares. (BRASIL, 1988).

A partir da legislação vigente, observa-se que as competências de cada polícia se diferenciam. No caso da Polícia Militar, recorte da presente pesquisa, como definição geral da organização, há: O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública; sendo força auxiliar do Exército; e subordinada aos governos dos Estados e do Distrito Federal. Para Costa (2005), esta definição não abraça o sentido amplo do termo que surgiu do conjunto de instituições necessárias à conservação da cidade e abrangeu outros significados na Idade Média, Idade Moderna, até chegar ao século XIX, quando o termo passou a carregar o significado mais restrito de assegurar o controle de ações contrárias à ordem pública.

A polícia como se conhece hoje surgiu dos temores das classes governantes e foi instituída historicamente para controlar a sociedade e, conseqüentemente, deparou-se com dificuldades e desacordos frente ao ideal de promover uma vida social harmoniosa, sendo no passado e no presente, reflexo de uma relação de poder na sociedade. “A ilusão de que a forma de organização política democrática diluísse o arbítrio das práticas institucionais da Polícia foi desfeita no Brasil [...] O que ocorreu foi uma sólida continuidade das práticas repressivas da Polícia no país [...]”. (COSTA, 2005, p. 106).

Pelos apontamentos históricos (COSTA, 2005; CALDEIRA, 2000), percebe-se que, apesar das mudanças ao longo dos anos, em essência, a Polícia Militar no Brasil mantém uma estrutura organizacional pouco transformada pela democracia. Dessa forma, avalia-se que qualquer perspectiva de mudança na contemporaneidade tem como desafio a raiz histórica da instituição. Na atualidade, o crescimento da violência urbana e os aspectos sociais, como a desigualdade, justificam necessidade do controle e da ordem social. Enquanto a concepção política tiver como foco apenas o combate da violência por meio da repressão, a transformação histórica policial seguirá com lacunas.

3.1.1 Polícia Militar no Pará: 200 anos de história

Refletir sobre o surgimento da Polícia Militar no Pará é um retorno ao passado necessário diante dos objetivos da presente pesquisa e da aproximação com os policiais da corporação. Os apontamentos históricos aqui apresentados foram desenvolvidos considerando o contexto da escrita, a pouca literatura e as produções históricas disponíveis. As informações destacadas envolvem a questão geral do surgimento e o período histórico dos fatos.

Entende-se que conhecer a história da instituição no Pará é basilar para a compreensão dos policiais, uma vez que as narrativas de si e as ações desses sujeitos também são reflexos de uma formação organizacional instituída ao longo dos anos. Sendo uma das polícias mais

antigas do país, a gênese da corporação remonta ao período colonial, e tem como referência na Polícia Militar de Minas Gerais, criada no final do século XVIII e início do XIX.

O Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará (2015) aponta que no ano de 1818, o Conde de Vila Flor, último governador Geral do Grão-Pará, criou o então Corpo de Polícia, embrião da instituição no estado. A história da polícia paraense é marcada por sua participação na Guerra do Paraguai, em 1865, e ainda na Guerra de Canudos, em 1897.

Segundo Silva e Charlet (2009), no período colonial era constante a preocupação com a segurança em Belém e no Estado como todo. Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, uma série de medidas políticas e administrativas foram realizadas, entre elas a abertura de portos e a declaração de guerra à França, com a ocupação da Guiana Francesa pelas tropas de Belém, Macapá e de outras capitânicas. Com o fim da ocupação imperial, o Conde de Vila Flor criou em 1817 um Esquadrão de Cavalaria. “Essa tropa de cavalaria poderia também estar ligada às origens da Polícia Militar, assim como do Corpo Militar criado no ano seguinte”. (SILVA; CHARLET, 2010, p.54). Neste período, as funções da polícia não estavam bem definidas, o que reforça um processo de construção da identidade.

Para os autores, alguns fatos ligados à Polícia Militar do Pará merecem maior atenção ao longo de sua história. O maior feito no imaginário e discurso da instituição se refere a sua participação na Guerra de Canudos, quando a tropa seguiu viagem para a Bahia, marcando assim a participação da polícia paraense na disputa pelo fortalecimento do regime republicano. Do combate em Canudos até os dias de hoje, a imagem e representação da instituição se mantêm ligadas ao Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, reconhecido como herói e também patrono da corporação. Essa relação identitária com a figura do Coronel Fontoura mantém na Polícia Militar do Pará uma identidade marcada por esse espírito de combate e guerra.

De acordo com Vilhena e Farias (2016), ainda no período colonial, a defesa dessa região preservava diferenciações entre os órgãos com atividades de segurança territorial. Em 1817, ocorreu a oficialização dos destacamentos para o policiamento da cidade, que até então eram formados com a criação do Esquadrão de Cavalaria. Por ocasião das dificuldades peculiares decorrentes da Guerra do Paraguai, uma nova estrutura policial, mais administrativa, ficou encarregada de manter a ordem pública no estado, unificando o Corpo de Polícia do Pará até os primeiros anos do regime republicano, quando ocorreram as modificações mais importantes:

Após passar por este processo, e já com a denominação de Regimento Militar do Pará, a corporação foi acionada pelo governo do estado para atuar

na Guerra de Canudos. A partir deste momento esta instituição militar incorporou sua participação na guerra do sertão baiano, no elenco de enredos mais relevantes na memória da polícia paraense (VILHENA; FARIAS, 2016, p. 16).

Quanto à organização e estrutura operacional da corporação, Vilhena e Farias (2016) argumentam que a intenção da organização era construir uma força, cujo espírito, filosofia e administração fossem dissociados da tropa. Nesse processo de construção de uma estrutura, os autores destacam semelhanças e especificidades entre os corpos militares paulista e paraense, um dos contrapontos é que a polícia em São Paulo adota um policiamento mais rural, enquanto que no Pará ela mantém perfil mais urbano.

As ocorrências dos primeiros anos de República revelam a necessidade de uma força mais capacitada para conservar a ordem pública. Na Revolta do Capim, em 1891, expedições policiais partiram de Belém para localidade de São Domingos do Capim para controlar conflitos políticos. Diante de trabalhadores do campo armados, as ações policiais resultaram na morte de militares e na perda de prestígio da polícia. Na capital paraense, no mesmo ano, outro conflito, conhecido como Revolta de 11 de junho de 1891, demandou manobras de guerra e resultou na extinção do Corpo de Polícia e sua posterior recriação (VILHENA; FARIAS, 2016).

Segundo os autores, essas situações limites e as crises exigiram a participação intensa das forças policiais, requerendo a contínua necessidade de adequação na corporação policial. Diante desse contexto, o governo paraense implantou medidas para melhorias do efetivo e equipamentos utilizados. No ano de 1897, já era realidade uma nova estrutura organizada e disciplinada para o cumprimento da ordem.

A virada do século XIX para o XX encontrou um momento de reestruturação das instituições como o todo. Com o surgimento do conceito Estado Nação e a organização das relações econômicas, as relações sociais foram reformuladas, assim como novas transformações:

[...] Tanto a própria atividade policial, quanto, e principalmente, a identidade da força pública do Pará recém-egressas do regime imperial passavam até 1897 por um processo de conformação a uma nova identidade. [...] o discurso recorrente do Regimento Militar do Pará acerca de um papel ideológico da própria instituição militar, aliado às demandas impostas sobre seus soldados, indica um esforço constante em projetar e estabelecer firmemente sobre o seu corpo de militares uma identidade construída e uma função primeira expressa já oficialmente em seu próprio regulamento “a manutenção da ordem pública e a garantia das instituições republicanas”, seja em 1891 na sua refundação, seja em 1894 quando da sua reformulação e

expansão buscando transformar homens de uma polícia imperial em “soldados da República” e ou “soldados do Pará”. (VILHENA; FARIAS, 2016, p. 31).

Na pesquisa histórica de Silva (2016), é observada a relação entre polícia e política no final do século XIX, com a participação de grupos políticos no processo de construção da instituição. Para o autor, em 1888, contrariando o regimento do Corpo Militar de Polícia, Antonio da Costa Junior, conhecido como Mão de Seda, chefe de um grupo que praticava roubos em Belém, foi alistado por ter ligação com autoridades políticas da época. O fato de a corporação incluir um criminoso na instituição reflete uma situação incoerente, no entanto esse tipo de prática ocorria com frequência na instituição por questões políticas.

De acordo com o autor, havia a necessidade de controle sobre o corpo da polícia e por esse motivo as relações políticas eram essenciais para conservação do poder. Militares do Exército, por exemplo, ocupavam cargos de oficiais da polícia no Pará, com o objetivo de manter nomes de confiança à frente da segurança pública e também manter o controle dos processos eleitorais. A força policial era diretamente ligada ao jogo político e peça importante na engrenagem política no Brasil e no Pará.

O recrutamento na polícia do Pará é outro processo histórico destacado por Silva (2016), e que também diz muito sobre a relação polícia e política. O regimento da polícia, ainda no período imperial, estabeleceu o efetivo de 460 praças, mas esse número não resolveu o problema da falta de homens dispostos a se alistar na corporação na época. Para o alistamento o candidato deveria entre outros critérios ter entre 18 e 40 anos, ser brasileiro, ter bom comportamento e força para o serviço policial. O ingresso era de forma voluntária, porém essa não era a única forma de ingressar, os praças, por exemplo, poderiam ser indicados diretamente pelo presidente da província ou comandante do Corpo Militar.

Segundo Silva e Charlet (2009), desde o período republicano o alto comando da corporação se preocupava em pesquisas voltadas à história da instituição, e criou comissões para o trabalho no levantamento de fontes, mas muitas dificuldades foram encontradas mediante a diversidade de documentos disponíveis nos mais diversos arquivos públicos nacionais. Para os autores, a formação e estrutura das forças militares federais e estaduais são claras na atualidade, contudo nem sempre foi assim e até os dias atuais ainda há muito a compreender e pesquisar na construção de um alicerce que dê conta de explicar as resistências e os conflitos entre força militar e a sociedade. As formas de atuação da instituição ao longo dos anos mudaram, mas há um “espírito” que une os militares:

O “espírito de corpo” ou o “espírito do militar”, seja na esfera federal ou estadual, foi construído a partir de valores ligados à violência cotidiana tanto contra os próprios militares pelo recrutamento, pelas prisões, pelos castigos físicos, quanto em relação aos civis que ora estavam obrigados a ceder à força desistindo de qualquer ato reivindicatório [...] Por mais que se queira fugir de referências de coerção e de opressão, os valores militares, historicamente, estão ligados aos signos da violência e de força física, bem como a filtros de informações, de poder, de decisão, impedindo que a totalidade seja enxergada, a não ser pelos escalões superiores. (SILVA; CHARLET, 2009, p. 56).

Os valores militares até os dias de hoje são cultivados, ensinados e sobrevivem. A relação histórica com a violência, como apontam os autores, afetou sociedade e policiais. A identidade, a cultura, o modo de ver e de ser foram moldados a partir dessas interações simbólicas, construídas ao longo dos anos. As reflexões sobre mudanças passaram a ocupar espaço nas instituições, assim como se tornou mais público o conhecimento das atividades e as leis foram criadas para regular o trabalho dos agentes envolvidos com a segurança pública. No entanto, as afirmações e transformações de um modelo exigirá possivelmente outra longa trajetória.

3.1.2 PMPA: Organização e estrutura

De acordo com Lei de Organização Básica, a Polícia Militar do Estado do Pará é uma instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinada ao governador do Estado, sendo o Comandante Geral o responsável pelo emprego da polícia. Todo processo decisório na instituição deve seguir um planejamento estratégico, tático e operacional. A estrutura geral da corporação está dividida entre os órgãos de direção, órgãos de apoio, e órgãos de execução. Os setores de direção constituem o comando geral da polícia paraense, enquanto os órgãos de apoio prestam atendimento às necessidades de pessoal e logística, ensino, polícia comunitária, direitos humanos e saúde, e os órgãos de execução são as unidades operacionais de polícia ostensiva, tendo por atividade principal o policiamento nas ruas.

Toda estrutura da PMPA é formada por níveis hierárquicos, sendo o nível de direção geral composto pelo Comandante, Estado Maior Geral, Corregedoria Geral, Departamento de Administração, Departamento de Operações e Centro de Inteligência. O nível de direção intermediária e setorial é formado pelos Comandos Operacionais Intermediários de policiamento na Capital, Comandos de Policiamento Regionais, Comando de Policiamento Especializado, Comando de Missões Especiais, Comando de Policiamento Ambiental, pelas

Diretorias e pelo Corpo Militar de Saúde. E, por fim, o nível de execução e apoio operacional, organizado pelos Batalhões de Polícia, Batalhões Especiais, Regimento de Polícia Montada, Grupamento Aéreo e as Companhias Independentes ou Especiais de Polícia (LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA PMPA, 2014).

No âmbito da direção geral da instituição, é responsabilidade do Comandante Geral da PMPA o comando e a gestão das atividades da corporação por meio dos órgãos de apoio e execução, além da autonomia frente a procedimentos decisórios na área da administração. Ao Estado Maior Geral consiste planejamento, supervisão, controle, pesquisa e fiscalização dos trabalhos realizados. Ao Chefe deste setor compete ainda substituir o Comandante e responder pelo comando da instituição em caso de ausência. Ainda neste nível de atuação está a Corregedoria, órgão da polícia responsável pela orientação, prevenção e fiscalização da atividade e conduta policial.

Em nível abaixo da direção geral, destacam-se as competências dos Comandos Operacionais Intermediários, que atuam na execução das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Nesses setores estão os policiais que trabalham diariamente nas ruas e atuam no combate à violência urbana. Esses comandos são estruturados por um Comandante, um Subcomandante e pelas Unidades Subordinadas a eles. No Comando de Policiamento da Capital, por exemplo, os Batalhões Militares são responsáveis pela ordem pública em Belém. Compreender essa estrutura organizacional da instituição²⁷ é essencial para a identificação dos lugares ocupados pelos policiais ouvidos na presente pesquisa. Se, por um lado, a estrutura organizacional de qualquer instituição integra e identifica os atores que dela fazem parte, por outro, ela também separa por meio das hierarquizações estabelecidas.

Neste sentido, as perspectivas sobre a violência urbana e a percepção do noticiário paraense podem se diferenciar a partir dos lugares ocupados e das atribuições de trabalho dos policiais. Um policial paraense que atua em setores administrativos da corporação pode possuir um contexto de fala e experiências profissionais diferentes, por exemplo, de um policial que trabalha em áreas de execução, no enfrentamento da criminalidade, em decorrência de sua rotina de trabalho.

Em 2018, a Polícia Militar do Pará completou 200 anos, sendo uma das mais antigas do país. Ao longo de sua construção histórica, a polícia paraense teve participação direta em

²⁷ Em anexo A, temos o organograma da Polícia Militar do Pará. No documento é possível visualizar em detalhe a organização da instituição. Documento retirado do site da Polícia Militar do Pará. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/organogramafinal.pdf>. Acesso: 14/04/2019.

eventos importantes na história do Brasil e do Pará, e renovou-se no cumprimento da missão de garantir a segurança nas ruas dos 144 municípios do Estado, atuando em 45 Batalhões e 38 Companhias Independentes de Polícia Militar e seus órgãos administrativos, dentro das 15 Regiões Integradas de Segurança Pública. Suas atividades empreendem esforços para a redução dos índices de criminalidade, como aponta o Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará (2016). Seu efetivo atual, corresponde a aproximadamente, a 16,5 mil policiais militares em todo estado²⁸.

Enquanto instituição, a Polícia Militar do Pará, responsável pelo policiamento ostensivo e pela ordem pública, empenha-se pela reafirmação de uma identidade institucional, constituída pela própria corporação a partir de uma missão (proteger as pessoas, servindo-as e preservando a ordem pública), da visão (ser reconhecida como patrimônio da sociedade paraense), bem como de valores (a hierarquia e disciplina, o respeito aos direitos humanos, a ética e a responsabilidade social). Para refletir acerca das melhorias dos serviços prestados pela PMPA à sociedade paraense, a instituição aprovou em 2016 seu Plano Estratégico para o período de 2015 a 2025.

O texto de apresentação do Plano Estratégico (2016), assinado pelo então comandante geral da PMPA, na época coronel Roberto Luiz de Freitas Campos, reforça a construção de um caminho e a materialização de reflexões frente aos desafios, objetivos e limites na gestão policial do Pará. O documento apresentado para os próximos dez anos oferece soluções técnicas e busca parâmetros profissionais adequados para servir e proteger a sociedade. O equilíbrio entre lealdade e às tradições da atividade, a crítica ao percurso construído, o reconhecimento de falhas e o trabalho em novas escolhas são questões apontadas como parte do desafio.

O Plano institucional propõe ainda o fortalecimento dos valores éticos, profissionais, o respeito à democracia e à dignidade humana. O compromisso coletivo dos militares é disposto como fator fundamental para o cumprimento e a garantia dos princípios previstos no documento, conforme reforça o comandante:

[...] Essa coesão passa, necessariamente, por abraçar comportamentos de gestão que estejam alinhados com o alcance do que foi planejado e do que se espera como resultados, lembrando sempre que nossa imagem técnico-profissional e moral dependem da nossa postura, individual e corporativa. Irmãos e irmãs de farda, compomos um só corpo e vestimos a mesma farda. É dessa maneira que os paraenses precisam de nós e é assim a nossa

²⁸ Dado solicitado, junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará, por meio de e-mail, no dia 27/02/2020.

essência. Que esse sentimento, substancializado no espírito de corpo, possa servir de base para a pavimentação do caminho aqui proposto, cujo final sonhado é a construção de uma sociedade melhor. (PLANO ESTRATÉGICO DA PMPA, 2016, p. 19).

O Plano foi resultado de um trabalho maior iniciado em 2012, pelo governo do Pará, por intermédio de seis órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado. Os objetivos gerais propostos pela PMPA demonstram a reafirmação de sua identidade e trabalho em benefício da sociedade. Porém, ao refletir sobre os apontamentos feitos no plano são poucas as convicções quanto ao alcance deste planejamento junto aos policiais da corporação. O que se encontra na teoria institucional, não necessariamente representa a vivência em sua totalidade manifestada no cotidiano e na prática.

Há um distanciamento entre o que foi traçado no plano e o que de fato ocorre no trabalho policial nas ruas. Ao mesmo tempo em que o planejamento aponta um caminho com reflexões, políticas e novas estratégias para dar conta do problema da violência urbana e da relação com a comunidade, o desempenho das perspectivas institucionais pode ser ínfimo ou pouco efetivo, ou há falta de amparo ao trabalho do próprio policial. Não se podem desenvolver perspectivas institucionais sem oferecer as condições adequadas e reais para o bem-estar físico, psicológico e social dos indivíduos envolvidos no todo.

Os valores da identidade institucional são detalhados de forma mais explícita. Hierarquia e disciplina são princípios basilares. “A hierarquia militar é a base da organização das Forças Militares e compõe a cadeia de comando a ser seguida por todos os integrantes das forças em sua estrutura organizacional” (PLANO ESTRATÉGICO PMPA, 2016, p. 21). A disciplina deve ser hábito na rotina dos policiais no cumprimento das regras. Destacam-se ainda as perspectivas apontadas pelo plano quanto aos direitos humanos. Estes são considerados como preceitos em relação a quem serve à PMPA, ou seja, o próprio policial e a instituição que estão a serviço, a sociedade e o cidadão, como se pode conferir:

A PMPA esforça-se para dar aos seus servidores condições (estabilidade, benefícios, saúde, recursos, formação, capacitação) para que expressem o seu potencial de inteligência e as suas capacidades na garantia dos direitos fundamentais das pessoas. Tais valores são norteadores permanentes das ações com foco na preservação da vida e da dignidade, observância aos direitos humanos e às liberdades, dentro dos ditames instituídos na Constituição Federal. Na PMPA, os comportamentos devem ser marcados pelo pleno respeito à dignidade humana. A instituição não permite discriminação de qualquer natureza e busca uma gestão igualitária, e reconhece no mérito, na prestação de serviço e nas potencialidades profissionais os critérios determinantes para as recompensas e para as promoções de carreira. (PLANO ESTRATÉGICO PMPA, 2016, p. 22).

O percurso pretendido das ações da polícia no Pará para o período de dez anos serve como modelo de decisões e revela os propósitos da organização em termos de missão e objetivos em longo prazo. Desta forma, não há certezas quanto a sua aplicabilidade e aos resultados futuros. O plano pode ser observado com compromisso pela instituição ao longo de sua vigência e pode não receber a mesma atenção a partir, por exemplo, das mudanças de governo, ou de comando na própria corporação. Não se garante segurança e eficácia do plano apenas com a construção de um caminho, antes é necessário prosseguir com um trabalho neste sentido. No geral, o plano não apresenta inovações, somente reforça aspectos da identidade institucional da polícia no Pará. No entanto, nas indicações mais estratégicas e políticas de trabalho é possível identificar os objetivos que deverão direcionar o desempenho da instituição para efetivação do planejamento ao longo do período traçado.

As políticas institucionais da PMPA são a valorização das pessoas, excelência nos processos e promoção da participação social. Já no mapa estratégico, as perspectivas contemplam: Sociedade (promover o respeito à vida e ao meio ambiente, diminuir os índices de criminalidade, aumentar sentimento de segurança da população, aumentar a confiança da população nas instituições de segurança pública); Processos (aprimorar o desempenho da prevenção à violência e à criminalidade e etc); Pessoas (adequar o efetivo da polícia militar, aperfeiçoar a formação, capacitação e desenvolvimento dos policiais militares, promover a saúde biopsicossocial dos policiais, valorizar os policiais).

As perspectivas políticas adotadas pela PMPA demonstram preocupação com a valorização dos indivíduos e os processos realizados, assim como as estratégias estabelecidas para a efetivação do plano também ratificam o interesse em melhorias em como fazer e para quem fazer. Isso indica uma proposta teórica interessada na construção de uma relação amistosa com a sociedade e uma prestação de serviço que atenda aos anseios da população, seja por meio da redução da criminalidade, seja pelo reforço da sensação de segurança e confiança da população com a polícia. Os processos presumem que há necessidade de aprimoramentos no trabalho de prevenção da violência.

Com relação aos policiais, há um reforço sobre o trabalho a ser desenvolvido para garantia de melhores condições de trabalho, mais capacitação, promovendo desta forma a valorização do militar. Sociedade, processos e pessoas constituem o mapa estratégico e a visão dos objetivos pretendidos no desempenho social almejado pela polícia no estado. Portanto, o Plano Estratégico (2016) se dedica a questões e mudanças necessárias na segurança pública, mas certamente encara percalços de natureza política, social, cultural e

econômica. Todas essas variáveis estão diretamente relacionadas com a polícia de hoje na sociedade paraense e também a como ela poderá ser no futuro.

O Plano Estratégico (2016) é necessário como ferramenta organizacional e como referência para que a corporação não fique tão vulnerável a decisões políticas e partidárias, e também tenha uma visão de onde é mais urgente atuar. As prioridades ficarão sempre dependentes dos atuais gestores, comandante e governador, que deverão pensar os trabalhos a serem implementados em prol da sociedade paraense.

3.2 Polícia e Sociedade

Violência, criminalidade e medo são questões demandadas ou usadas como justificativas para a necessidade da existência da polícia militar na sociedade. As definições constitucionais apontam que, na sociedade brasileira, é dever das polícias militares garantir o policiamento e a ordem pública, delimitações já apontadas nesta pesquisa. Partindo-se desta perspectiva, entende-se o fazer da polícia somente em um aspecto prático, no cumprimento de uma ordem, porém o viver em sociedade envolve questões complexas, e dessa forma o que a polícia faz na e para a sociedade não se limita apenas a premissas da legalidade, mas sobretudo atravessa discussões filosóficas, políticas, antropológicas, comunicacionais e sociais, considerando que ela não é um ente único, pois sua relação se dá no social, entre um eu e um outro, ou um coletivo.

Bayley (2006) discute sobre o papel da polícia, com base na análise das polícias de países desenvolvidos. A pesquisa traz reflexões importantes sobre os padrões de policiamento e aborda a dificuldade em conceituar a polícia, uma vez que esta muda a partir de aspectos culturais pelo mundo a fora. Do mesmo modo, trata a respeito do poder da polícia, já que a performance policial depende de circunstâncias externas sociais, aspectos culturais e ainda dos índices de criminalidade.

As reflexões do autor compreendem a polícia como grupo de pessoas autorizadas para regular as relações pela força física. “A competência exclusiva da polícia é o uso da força física, real ou por ameaça, para afetar o comportamento. A polícia se distingue, não pelo uso real da força, mas por possuir autorização para usá-la” (BAYLEY, 2016, p. 20). A polícia da qual o autor fala tem as mesmas características e atribuições da polícia brasileira e também paraense, e por isso diz muito sobre os atores analisados na presente pesquisa. A relação interativa entre a polícia e a sociedade deve ser analisada, haja vista a reciprocidade entre ambas. Neste jogo de interações, levam-se em conta as estruturas dos policiamentos e suas

dimensões no que tange à centralização de comando e comandados e das relações estabelecidas com a sociedade. Em qualquer sociedade, as estruturas policiais são resultados de acordos políticos e elas estão nitidamente associadas ao perfil dos governos, o que torna impossível a descentralização política das forças policiais (BAYLEY, 2006).

Como apontado anteriormente, a polícia no Brasil carrega muito dos períodos históricos e políticos vivenciados no país, as interações e perspectivas institucionais são pensadas também durante os governos, e, a partir dessas relações políticas, surgem as reflexões quanto ao poder da polícia. Para Bayley (2006), poder é um conceito significativo apenas em relação às habilidades de cumprir objetivos, pois as diferenças na autoridade das forças policiais são complexas para se avaliar. “Uma força pode ser particularmente efetiva na prevenção do crime, outra em controlar tumultos, uma outra em capturar criminosos, outra em reprimir dissidentes políticos e uma outra em manter a ordem pública” (BAYLEY, 2006, p. 89). Para o autor, sem uma análise dos padrões e das finalidades do policiamento, há dificuldades em comparar o “poder” da polícia. Outra contrariedade é que existem questões qualitativas operacionais a serem consideradas.

Estrutura, número de policiais, capacitação e o processo de formação de novos policiais são questões pertinentes quanto ao poder da polícia. Na PMPA, por exemplo, a própria organização interna entre o Comando de Policiamento, Comando de Missões Especiais e o Comando Especializado define diferenciações na forma do trabalho operacional a ser realizado. Para determinados contextos sociais urbanos, grupos de militares especializados, como a polícia de choque, polícia montada ou polícia tática são acionados para preservação da ordem pública em cenários específicos, fazendo uso de um aparato técnico, um poder mais preciso a depender da demanda. A mesma Polícia Militar do Pará atua de forma diversificada na sociedade paraense e tem tarefas de execução particulares.

De acordo com Bayley (2006), performance e poder dependem sempre de circunstâncias externas sociais, e por isso são difíceis de serem controlados. O exemplo acima da PMPA funciona como um apontamento prático para se pensar essa variação do poder e da atuação policial. No geral, não há respostas completas sobre o poder da polícia e para isso seria necessário analisar a realidade de cada país, e ainda assim há limitações em compreender o policiamento no mundo contemporâneo. Há uma tendência de pensar que, em países mais pobres, com altos índices de criminalidade e com baixo desenvolvimento econômico, o poder seja maior. “[...] O poder da polícia parece responder mais às necessidades de segurança da elite do que público em geral, mas as elites provavelmente associam as necessidades de segurança de todo tipo como crescimento da população” (BAYLEY, 2006, p. 114).

Então, avalia-se o trabalho policial a partir da autorização do uso da força nas relações sociais como insuficiente para a atividade. Para Bayley (2006), definir o que a polícia faz não é uma tarefa compreensível e exige pensar aspectos, como: o que a polícia é destinada a fazer?; quais situações precisa enfrentar?; e quais ações deverá tomar frente as situações?. Seguindo os apontamentos do autor, percebemos que a PMPA possui parâmetros sobre o seu fazer, mas esse agir pode se sobrepor as suas atribuições ou até mesmo aos seus valores. Há no geral uma linha muito tênue entre o ser e o fazer. As atribuições são um indicador muito raso sobre o que a polícia realiza, conforme avalia Bayley (2006):

Em suma, a natureza do trabalho policial pode ser descrita de modo variado em termos de atribuições, situações e resultados. É crucial distinguir entre essas medidas do trabalho policial a fim de fazer comparações válidas entre as forças policiais e facilitar a busca de fatores determinantes. [...] Com respeito às atribuições, a designação formal das unidades funcionais dentro da organização da polícia geralmente é suficiente. Podem-se fazer comparações importantes e geralmente significativas com relação às situações em termos de elas serem ou não relacionadas à lei e, a respeito dos resultados, em termos de imposição e não imposição (BAYLEY, 2006, p. 123).

O trabalho policial, segundo o autor, é comumente associado às situações com as quais a polícia se envolve. A aplicação da lei é vista como fator central e a repressão como uma questão intrínseca a presença policial. Dessas premissas seguem os confrontos, as variáveis da demanda pública, as solicitações individuais e as decisões da polícia. Questões de natureza pessoais e modelos de estruturas sociais tornam maiores as demandas pelos serviços. Os apelos da população junto às decisões mais adequadas a serem tomadas constituem as situações a serem enfrentadas no cotidiano dos policiais.

Diante da violência urbana na região metropolitana de Belém, os anseios da população se unificam por mais segurança nas ruas, em contrapartida, os desafios da polícia se estruturam em responder com mais medidas, mais policiamento, as dinâmicas de enfrentamento aumentam frente aos dados de violência na capital e no Estado.

Polícia, sociedade e governo constroem uma relação interativa de domínio político, há uma interação de trocas, “O relacionamento da polícia com a sociedade é recíproco – a sociedade molda o que a polícia é e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode se tornar” (BAYLEY, 2006, p. 173). Essa reciprocidade é complexa, marcada por tensões e conflitos, e as relações podem ocorrer de forma nítida e intencional ou extensa e acidental. Para o autor, essas interações consistem em tentativas da comunidade de direcionar e controlar a polícia. É comum que gestores públicos tomem medidas a partir de repercussões

mediáticas e demandas da comunidade em casos mais específicos que envolvam a segurança pública.

A partir de denúncias da população, amplificadas pela mídia, sobre o trabalho da polícia, o governo inclina-se para dar uma resposta ao que está sendo denunciado, reforçando assim um aspecto no processo de controle da polícia. Para exemplificar a situação, no mês de maio de 2019, na capital paraense, aconteceu o assassinato de 11 pessoas, em um bar no bairro do Guamá, chamado pela mídia da chacina do Guamá²⁹, exigindo uma resposta imediata do governo frente à repercussão midiática do fato, considerando aspectos centrais: o assassinato das pessoas e a participação de policiais.

Essa dinâmica social e midiática funciona também como mecanismo de acompanhamento e cobrança por respostas para os fatos ocorridos. Segundo Bayley (2006), controle e responsabilização se referem ao comportamento policial e os procedimentos que controlam a polícia são diversos. Nos controles internos, por exemplo, a maior atenção deve estar nos processos e não nas estruturas organizacionais. É muito importante observar se na etapa operacional do trabalho, a ação é coerente e adequada para o desejo da comunidade e com o comportamento policial. A estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará, já apresentada nesta pesquisa, define o trabalho a ser desenvolvido com valores que atendam às demandas sociais, mas como observado pelo autor, as premissas de trabalho da corporação devem ser confrontadas com o que de fato ocorre nas experiências práticas dos policiais e nos processos executados. Nessa perspectiva, em diversas situações malsucedidas, como no caso do Massacre de Pau D'arco³⁰, a polícia paraense precisou responder sobre os procedimentos adotados.

Para que o controle interno seja eficiente, é necessária a total atenção com as medidas disciplinares da organização, e ainda com ações de supervisão internas mais próximas do cotidiano. “A capacidade da organização policial em se autocontrolar depende inicialmente do que lhe é permitido fazê-lo” (BAYLEY, 2006, p.181).

A ampliação do contato social entre polícia e comunidade também pode gerar efeitos significativos sobre o comportamento do policial. Na PMPA estreitar esses laços com a

²⁹ Informações retiradas do portal G1 Pará, disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/19/tiroteio-em-bar-deixa-mortos-em-belem.ghtml>. Acesso: 14/08/2019.

³⁰ Quinze policiais envolvidos no crime foram presos preventivamente. Os dois agentes que delataram a ação e confirmaram a execução dos trabalhadores vivem no programa de proteção a testemunhas. Informações retiradas do portal de notícias o Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/massacre-de-pau-darco-completa-um-ano-10-mortes-muitas-incertezas-22711202>. Acesso 12/06/2019.

população tem sido uma questão trabalhada, como visto em seu Plano Estratégico (2016). Uma polícia próxima à realidade de vida e às condições sociais da população cria relações de trabalho que podem extinguir ações problemáticas que precisem ser controladas constantemente.

De acordo com Bayley (2006), os mecanismos de controle da polícia podem ser externos exclusivos (governamental, político burocrático, autoritário, etc.), externos inclusivos (tribunais, promotores, mídia, etc.), internos explícitos (supervisão hierarquia, procedimentos disciplinares, socialização, etc.), internos implícitos (sindicatos, associações, contato com comunidade, etc.). No contexto da Polícia Militar do Pará, o controle externo é governamental e a promotoria militar, bem como os tribunais denunciam, acompanham e condenam as ações arbitrárias da polícia, e a mídia paraense atua na visibilidade dos fatos.

Na prática, as comunidades irão se apoiar em diversos tipos ao mesmo tempo. Terão combinações diferentes dos mesmos mecanismos. [...] Uma supervisão externa mais inclusiva surge de uma grande variedade de instituições atenciosas, características das sociedades democráticas. O parlamento, os tribunais e a imprensa são extremamente importantes. (BAYLEY, 2006, p. 185).

Ao se refletir sobre o controle da polícia em exercício na sociedade, pensa-se nas influências políticas sobre a instituição. Vale lembrar que fatores políticos sempre estiveram presentes no ser e fazer da polícia no Brasil. Bayley (2006, p. 203) pontua que “a polícia está para o governo, assim como a lâmina está para faca”. Um governo pode ser reconhecido como autoritário, quando sua polícia é violenta, e democrático, quando existe controle sobre os policiais. Além dos mecanismos de controle, está de modo soberano o que os governos pensam sobre as atividades policiais. A polícia deve sempre ser vista como a expressão do governo, e não de modo separado.

As reflexões de Bayley (2006) sobre os padrões e o futuro do policiamento trazem contribuições para pensar que as polícias não são iguais, ou seja, a realidade da polícia no Pará tem particularidades diferentes das de outros estados brasileiros. As estratégias para a promoção da ordem social devem ser analisadas, primordialmente, a partir da incidência da violência e das preocupações da população com crime em cada realidade.

As escolhas que os países fazem quanto ao controle da criminalidade, quando são dispensados da necessidade de defender os regimes, são inevitáveis não apenas no que concerne à segurança individual, mas também devido ao ímpeto dado à evolução política. Eles restringem ou expandem as

possibilidades do ser humano, bem como as conquistas efetivas da segurança pública em tempos vindouros (BAYLEY, 2006, p. 243).

O trabalho adotado por cada país, cada estado ou cidade no combate à criminalidade resultará de alguma forma em consequências, e o desafio das instituições é desenvolver políticas e ações sem causar prejuízos às pessoas. Esse é um diálogo político e social bem mais presente que em anos anteriores, mas ainda assim esse pensar sobre o trabalho da polícia segue em construção. A partir das reflexões de Bayley (2006), atesta-se que o debate sobre a atuação policial no mundo, no Brasil e no Pará foi ampliado, mas as raízes de uma construção identitária ainda se sobrepõem às possibilidades de mudanças.

3.2.1 Possíveis modelos de policiamento

A vida social se constitui em mudanças significativas e as estruturas do viver em sociedade devem ser repensadas constantemente para responder aos novos anseios sociais, políticos e econômicos. Da mesma forma no âmbito da segurança pública, medidas emergenciais e inovadoras são experienciadas mundo a fora. Para Skolnick e Bayley (2002), quando se pensa em inovação na polícia é comum se remeter à Polícia Metropolitana de Londres, que frente aos números de alta criminalidade, incorporou mudanças como a criação de uniforme sem característica militar e a implantação da patrulha a pé.

Skolnick e Bayley (2002) analisam como os órgãos de polícia estão lidando com a questão do crime, com base em observações de campo realizadas em seis departamentos de polícia em cidades dos Estados Unidos. Os autores verificaram as estratégias e o modelo de organização na luta contra a violência urbana. Na pesquisa realizada, foram ouvidos os policiais, bem como visitadas as organizações policiais, com o objetivo de identificar as inovações desse policiamento. O resultado do trabalho evitou um panorama geral para os problemas, uma vez que cada cidade tem sua história própria, seu governo, sua economia e realidade populacional. As discussões e apontamentos dos referidos autores foram imprescindíveis para pensar a inovação da polícia no Pará sobre o mesmo cuidado, sem propor comparações às particularidades.

Na cidade americana de Santa Ana, os autores observaram uma forte liderança administrativa e uma filosofia de valores estimulantes. Em Oakland, destacam que polícia e promotores públicos reavaliaram prioridades nas prisões de rua e viram maior envolvimento da polícia com a população. Nas cidades Houston e Detroit, a pesquisa discute sobre os programas inovadores que estimulam a participação dos cidadãos no policiamento. Após

apresentarem as características em cada uma das seis cidades, eles refletiram de que forma a filosofia da polícia pode direcionar a inovação, quais experiências conduzem às mudanças e quais fatores e tendências facilitam ou dificultam a inovação do trabalho policial nas ruas.

Nos resultados observados acerca da polícia nas cidades americanas, há diferenças no modelo de trabalho adotado por cada instituição policial, e para cada cidade as especificidades locais tiveram impacto direto nas ações. Quando se concentra a atenção em Belém, por exemplo, os desafios para o combate à violência urbana estão entrelaçados com a condição de vida, desemprego e o crescimento populacional, são mais de um milhão e quatrocentos mil habitantes (1.485.732), segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com Skolnick e Bayley (2002), a frustração da sociedade é percebida nas manchetes de jornais diariamente com notícias sobre violência. Há uma enorme preocupação quanto ao crescimento da criminalidade e uma descrença nos órgãos criados para proteger a população. A sensação é de que nem mesmo a polícia consegue resolver o problema da insegurança nas ruas. “[...] Diminuiu a interação face a face entre os vizinhos, e a polícia tornou-se instrumento imediato, e procurado, de controle social, ao mesmo tempo em que seus recursos foram reduzidos e, às vezes, sofreu sérios cortes de efetivos, com consequentes efeitos morais” (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 23).

Para os autores, na inovação policial, a popularidade representa maior afastamento do controle reativo do crime para se trabalhar estratégias de prevenção. Nas cidades onde as práticas dessa natureza predominam, a polícia se esforça para mobilizar a comunidade. Os obstáculos para tal experiência não são poucos, e exigem mudanças que se esbarram em resistências.

Não é fácil transformar cavaleiros azuis em organizadores da comunidade. O departamento de polícia típico é paramilitar, regulado pelo serviço público civil, sindicalizado e contrário a qualquer entrada pelas portas laterais. Ao lado dessas coerções existe uma subcultura policial consolidada, marcada por uma mentalidade ‘nós-eles’ que desconfia do trabalho com gente de fora (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 224).

Conforme observado no Plano Estratégico (2006) da instituição e em sua missão institucional, a aproximação com a comunidade é pretendida como mecanismo de policiamento preventivo. A compreensão dos policiais quanto à importância dessa interação é percebida quando a mídia paraense busca a polícia para prestar conta do trabalho realizado. No entanto, o distanciamento e a resistência em estreitar laços também são questões presentes

na rotina dos policiais. É como se houvesse um limite nesse diálogo em nome da autoridade do policial, é uma necessidade estabelecer vínculos de confiança, sem eliminar as distâncias simbólicas entre cidadãos e polícia.

Brito e Souza (2013) declaram que as práticas de policiamento comunitário no Pará começaram a ser pensadas a partir da década de 1990. Naquele contexto, os policiais envolvidos na iniciativa compreendiam que se tratava apenas de uma tentativa de aproximação com a população residente principalmente em áreas mais periféricas, onde os dados de violência eram maiores. Segundo os autores, em 1997, durante as ações de segurança pública do então governador Almir Gabriel (1995-2003), a Polícia Militar do Pará iniciou a implementação do “Projeto Povo”:

Esse projeto tinha por finalidade melhorar o atendimento de ocorrências. Os policiais receberam capacitação em Relações Públicas, Atendimento ao Público, Noções de Psicologia, e foi concebida uma espécie de conselho de execução do projeto composto por membros da corporação e por representantes da comunidade. Mesmo que o discurso aponte a necessidade de melhorar o atendimento, o objetivo central era quebrar o estigma contra a polícia do Pará, o qual havia se aprofundado com o episódio do chamado “massacre de El Dourado dos Carajás” (ocorrido em abril de 1996). (BRITO; SOUZA, 2013, p. 32).

De acordo com os autores, entre as experiências desse período, está a implantação do policiamento comunitário em alguns bairros e região metropolitana de Belém. O trabalho se dissipou anos depois pela falta de acompanhamento institucional, estrutura física para efetivação do planejamento, e ainda a resistência de policiais ao novo modelo. Havia o interesse em envolver lideranças comunitárias em serviços, como atividade esportiva e rondas preventivas nos bairros. As perspectivas do policiamento comunitário seguiram durante o governo de Ana Júlia Carepa (2007-2011), quando havia um forte discurso na defesa de práticas da polícia comunitária.

Em 2009, os bairros do Guamá e Terra Firme receberam bases da PMPA, com objetivo de trabalhar a confiança da população em relação à polícia. Entre os fatores concorrentes para a falta de sucesso desse modelo de policiamento, estão as resistências às práticas e os distanciamentos entre o que era ensinado nos cursos de polícia comunitária e a realidade das comunidades (BRITO; SOUZA, 2013).

As reflexões apresentadas pelos autores, em outros períodos, demonstram a complexidade de um trabalho a ser implementado. A continuidade de uma política de segurança é primordial para a construção de valores e mudanças. Qualquer trajetória de

inovação tem seu ponto de partida e necessita de mecanismos consistentes para o êxito. Os enfrentamentos são diversos e pedem transformações constantes entre todos os sujeitos envolvidos. De outra forma, persistem os desafios:

A polícia espremida entre o governo e a sociedade, não encontra outra saída senão defender o corporativismo, tentando mostrar eficiência no jogo das aparências e no entendimento equivocado do seu papel no policiamento comunitário. Mas não é difícil ver que a polícia não constitui a melhor organização para ser transformada em “agente de cidadania” em meio a uma sociedade em que os sucessivos governos acreditam muito pouco na força da educação e mais na “pedagogia do porrete”. No âmbito da discussão sobre o policiamento e cidadania, o que se pode vislumbrar é uma série de equívocos políticos em uma formação cultural que não constitui os elementos capazes de integrar efetivamente os princípios modernos que dão parâmetros a uma ordem política democrática (BRITO; SOUZA, 2013, p. 36).

A preparação deve anteceder as mudanças nas ações implementadas pela polícia, uma vez que as inovações não chegam prontas e devem ser primeiramente aceitas como novos mecanismos. Skolnick e Bayley (2002) reforçam que, nos Estados Unidos, as forças policiais estão sendo preparadas para a renovação pelo próprio entendimento de que não está funcionando o que foi tentado durante anos. O medo do crime não está menor e aumentar o número de policiais nas ruas não garante melhorias na segurança pública. Para os autores, os elementos de inovação no policiamento das cidades americanas são a reciprocidade entre polícia e comunidade, a descentralização do comando por área, a reorientação por patrulha e o emprego de civis. São esses os pontos de partidas para uma construção inovadora futura. Sobre o trabalho recíproco imprescindível, os autores afirmam:

Se os cidadãos comuns devem realmente tornar-se co-produtores da prevenção do crime, a reciprocidade é uma necessidade. Não se pode mobilizar as comunidades para prevenção do crime de cima para baixo. Tem-se de motivar os membros da comunidade a trabalhar com os agentes profissionais da aplicação da lei e ao lado deles. Cada área, cada bairro, cada quarteirão pode ter seu próprio conjunto de problemas. Os bairros mais ricos podem preocupar-se mais com os ladrões diurnos de residências que entram pelas portas abertas ou pelas portas fechadas que são abertas com facilidade. Os bairros pobres têm problemas diferentes, centrados geralmente na qualidade de vida na rua. (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 225).

A compreensão recíproca da prevenção está vinculada a um modelo descentralizado que decorre das especificidades de problemas em cada bairro. Na PMPA, os batalhões responsáveis por áreas funcionam com essa proposição de ser, no local de atuação, uma

polícia capaz de alcançar os anseios particulares dos que residem naquele espaço. Essas estratégias possibilitam uma interação mais intensa, os policiais conhecem a área com mais prontidão e passam a ser conhecidos por atuarem naquela comunidade. O tempo de permanência é primordial para melhorar a identificação entre a polícia e a população. Os patrulhamentos a pé são um dos exemplos da aproximação com comunidade (SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

Na experiência da PMPA, o policiamento a pé na capital tem sido cada vez menos realizado, sendo um modelo de trabalho mais comum no interior do Estado, em eventos ou praças em contextos pontuais. Há um entendimento, por parte de alguns policiais, que do ponto de vista da efetividade, o policiamento a pé é pouco viável, pois se algo ocorrer em determinado local, o deslocamento se torna mais complicado, e em casos de prisão, não há como conduzir ou pedir apoio a uma viatura. O que existe mais próximo a essa ideia são as rondas feitas a bicicletas, pelo 2º Batalhão da Polícia Militar em Belém, responsável por bairros mais centrais como Nazaré, Campina, Reduto. Nessas áreas, ocorrem rondas com policiais em bicicletas, com vestimenta militar mais leve e esportiva. Para Skolnick e Bayley (2002), as possibilidades de inovação na polícia por mais positivas e pertinentes que sejam para a segurança pública, elas não representam mudanças sem esforços perante os impedimentos e obstáculos nessa transformação.

Em junho de 2019, o governo do Pará instituiu o programa Territórios pela Paz³¹, com o objetivo de diminuição da vulnerabilidade social e o enfrentamento da violência, a partir de ações de segurança pública e cidadania em sete bairros da grande Belém. A proposta é investir em políticas públicas como habitação, educação, saúde, além de criar novos fundamentos da atuação policial para a redução da criminalidade. Entre as ações implementadas está o reforço das forças policiais, com a finalidade de garantir a segurança da comunidade, e a implantação da polícia de proximidade com iniciativas que visam a implantação de um modelo policial que aprimore a relação de confiança entre a polícia e a comunidade.

Durante as entrevistas, o programa do governo foi citado por alguns policiais, como exemplo dessa tentativa de aproximação com a população nos bairros de Belém, como relata o policial VBG01,

³¹ Programa Território pela Paz, informações retiradas do portal Agência Pará. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/13220>. Acesso 14/08/2019.

Eu diria que com o tempo, com a evolução da sociedade mudou muito, até mesmo a postura do cidadão em relação a essa aproximação com a polícia porque o que ocorre hoje, inclusive com o programa do governo com os territórios de pacificação, ele gira em torno desse sentido né, de resgatar essa aproximação com a comunidade, que a própria comunidade se retraiu por conta da pressão do crime, do criminoso, do traficante, que entra em determinado território, que começa a impor suas ordens, querendo fazer uma força paralela ao Estado. Então, hoje em dia a população se retraiu nesse sentido [...] A partir daí o Estado tenta fazer seu papel dentro da comunidade, trazer a população de volta pra essa relação com a polícia militar porque hoje em dia ela se dá muito de forma velada, é o cidadão que passa o WhatsApp dizendo que em determinado local e horário tá tendo consumo de droga dentro do seu bairro, mas ele não traz a polícia pra dentro do seu bairro porque ele teme pela segurança. [Sic] (Informação verbal³²).

Por sua vez, o policial VBG06 declara o seguinte:

Tem cidadãos, líderes comunitários que a gente convive, passa, troca informações sobre a violência naquela região, mas tem locais onde a população se cala, se cala não ver nada. Então tem localidades aqui nessa área do vigésimo que a gente não pode contar muito com a população, não é por denúncia anônima, nem nada, às vezes é algumas pessoas de bem mesmo, eu não sei se é questão de medo, da violência ali, da região que não entra em contato. Mas tem parte aqui que é em colaborativo a população, troca de informações com a polícia pra ver se melhora a violência. [Sic] (Informação verbal³³).

Nos depoimentos, observa-se a compreensão dos policiais quanto ao distanciamento da população. Eles apontam a necessidade de trabalhar a confiança, associam o distanciamento ao medo das pessoas, identificam a tentativa do Estado em desenvolver ações de aproximação. Entre os militares há uma compreensão de que a criminalidade nos bairros seria o principal entrave nesse contato, uma vez que muitas pessoas sentem receios da relação com a polícia, porque isso as colocaria em situação de risco com criminosos das áreas onde residem.

³² Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

³³ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

4 ENTRE O VIVIDO E O PERCEBIDO

4.1 Percurso Metodológico

É com o educador Paulo Freire (2016) que, primeiramente, faz-se a reflexão do início de nosso percurso metodológico, pois o pesquisador mobiliza questões e conceitos que vão do homem, do diálogo, da cultura, da conscientização, da transformação, da práxis, do opressor/oprimido, da educação bancária/libertadora, da emancipação e do Círculo da Cultura, utilizando um itinerário de pesquisa, a saber: investigação temática; codificação e descodificação; e desvelamento crítico.

Destaca-se que não se utilizou o pesquisador como método, porém ele inspirou a pensar as escolhas, principalmente quando pesquisador e pesquisando realizam reflexões e discussões sobre a realidade. Os participantes, no caso, os policiais, mediante um processo de ação-reflexão-ação, embora de forma primária, foram levados a se perceberem como autores de suas histórias e com isso podem se conscientizar e se fortalecer para modificar as suas práticas. Ou seja, o educador buscava com sua metodologia a transformação política da realidade, em que as pessoas participem ativamente da troca de saberes do vivido e da experiência.

A intenção ao buscar Paulo Freire tem como base o desejo de que os policiais repensem seu papel e atuação na mediação da violência em sociedade, refletindo sobre o contexto social e promovendo, na medida do possível, uma dialogicidade com os cidadãos.

Assim, com base nos ensinamentos freirianos, busca-se refletir sobre as metodologias, que foram utilizadas entre conflitos, contradições e dúvidas, principalmente considerando a escolha de questões tão complexas nas relações de sociabilidades.

O primeiro percurso para refletir sobre o que é ser policial e como ele é construído e/ou representado no noticiário paraense, foi a realização, em janeiro de 2019, de uma pesquisa de pré-observação exploratória de oito edições do programa Balanço Geral³⁴, da TV Record Belém, a fim de observar como se dava a presença de policiais militares nas narrativas jornalísticas. Pelo apelo ao formato popular, verificou-se que a maior parte do programa é construída em torno de notícias sobre crimes, prisões e homicídios. Pela natureza do assunto,

³⁴ O programa Balanço Geral, exibido pela TV Record Belém, foi criado em 2007, vai ao ar de segunda a sábado, é apresentado atualmente por Marcos Pimenta. O programa é destinado para as classes C e D e mistura jornalismo policial e comunitário, prestação de serviço, entretenimento e humor.

as abordagens privilegiam a fala dos policiais militares, sendo eles as fontes principais, os sujeitos que recebem maior importância em função de seu trabalho no combate à violência.

Os diálogos entre jornalistas e policiais, nesse tipo de programa, funcionam como uma espécie prestação de contas com a sociedade. Há na fala do policial essa preocupação em destacar o trabalho feito pela polícia, a ainda um discurso no sentido de tranquilizar a comunidade diante do cenário de violência. Nas entrevistas concedidas pelos policiais, percebem-se falas carregadas de explicações sobre o crime, a prisão, a ficha criminal do suspeito, sempre finalizadas com o reforço acerca da importância do trabalho feito com a comunidade, e em prol da comunidade.

Da observação exploratória, identificaram-se algumas categorias principais que demarcam todas as edições, entre elas: tempo e tipo de reportagem, fala e imagem do policial, assim como a visibilidade produzida desse policial. Essas observações iniciais reforçaram a necessidade de ouvir o policial militar e analisar como ele se percebe na mídia e nas relações comunicativas entre violência urbana e sociedade paraense.

Para Braga (2011), mesmo sem seguir técnicas rigorosas, a pré-observação ajuda o pesquisador a interagir, a se aproximar do espaço que se vai pesquisar. Observar é um procedimento que ajuda o pesquisador a se inserir mais na realidade do assunto a ser explorado. “A pré-observação não é um levantamento preliminar de dados, é um processo exploratório para perceber melhor as necessidades de abordagem, solicitações postas à teorização, desafios dirigidos ao trabalho de problematização” (BRAGA, 2011, p. 23).

Na observação assistemática, “o pesquisador procura recolher os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Geralmente este tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado”. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71).

Nessa etapa exploratória, identificaram-se algumas percepções sobre a visibilidade desses sujeitos no programa, considerando o conteúdo das reportagens, marcado por fatos relacionados à violência, e a forma como os policiais aparecem nessas narrativas – são enaltecidos pelo trabalho realizado na rua, são “heróis”. Essa observação foi uma das estratégias de aproximação com o sujeito desta pesquisa, servindo ainda como forma de preparação para a realização das entrevistas.

4.2 Pesquisa qualitativa, entrevista semiestruturada e análise narrativa

Com o propósito de ouvir os sujeitos, a presente pesquisa tem caráter qualitativo pela subjetividade da investigação e complexidade dos objetivos traçados. De acordo com Boni e Quaresma (2005), as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores, e por isso não podem ser reduzidas ou limitadas diante da complexidade dos sujeitos. Compreender como policiais militares se veem na mídia paraense exigiu um mergulho atencioso, criterioso, a partir das narrativas desses militares.

Tendo como premissa o caráter científico da pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica, com objetivo de refletir, dialogar e interpretar conceitos teóricos e metodológicos sobre o tema, assim como apresentar novos enfoques, haja vista que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

É importante pontuar que, segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa carrega uma diversidade de compreensões filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta e percepções interpretativas das informações levantadas. A pesquisa qualitativa considera a importância do ambiente natural e o pesquisador deve valorizar a coleta de dados no campo em que os participantes vivenciam suas experiências, observando o comportamento e o agir. “No ambiente natural, os pesquisadores têm interações face a face no decorrer do tempo” (CRESWELL, 2010, p. 208). O autor chama atenção ainda aos cuidados com os significados dos participantes, pois é primordial manter o foco nos sentidos que os participantes externam às questões e aos problemas apresentados.

Na pesquisa realizada com os policiais, levou-se em conta, conforme critérios da pesquisa qualitativa, que as interações precisam atentar a sentimentos, afetos pessoais, fragilidades e singularidade das pessoas ouvidas (BONI; QUARESMA, 2005). Deve-se ter atenção com a individualidade de cada participante, reconhecendo a existência de histórias e realidades de vida únicas. Para Boni e Quaresma (2005), é fundamental identificar as estruturas invisíveis que organizam as narrativas dos entrevistados.

Com relação ao papel do pesquisador, Creswell (2010) enfatiza que alguns procedimentos devem ser observados no trato da pesquisa qualitativa, considerando seu caráter interpretativo, em que o investigador se envolve intensivamente com os participantes. Ou seja, deve seguir estratégias éticas e pessoais durante a coleta de dados, cujo objetivo é

perceber que, no processo de interpretação, são mobilizadas a bagagem social e a cultural do pesquisador:

Com essas preocupações em mente, os investigadores identificam explícita e reflexivamente seus vieses, seus valores, e suas origens pessoais, tais como gênero, história, cultura, status socioeconômico que podem moldar suas interpretações durante um estudo. Além disso, obter o ingresso a um local de pesquisa e as questões éticas que podem surgir são também elementos do papel do pesquisador (CRESWELL, 2010, p. 211).

Ao selecionar como método a realização de entrevistas, leva-se em conta o seu caráter de interação social produzido entre duas pessoas “na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p. 86).

Com os policiais, aplicou-se a entrevista semiestruturada, tendo em vista alguns importantes aspectos, como: conciliação entre perguntas abertas e fechadas; questões previamente pensadas; elasticidade do tempo; interação face a face com o pesquisado e o potencial de respostas espontâneas; maior profundidade no conhecimento do assunto; maior proximidade entre pesquisador e pesquisado; identificação do perfil da pessoa entrevistada, entre outros dados relevantes. “Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos”. (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

Para os autores, mediante a entrevista semiestruturada há maior proximidade entre pesquisador e pesquisado, pois a partir de seu procedimento de coleta possibilita a investigação de questões valorativas que apontam sentidos pessoais. Nesse processo, é importante que o pesquisador se mantenha atento à narrativa, evitando muitas intervenções. Em Gaskell (2008), a entrevista é considerada como processo social, com encontros de percepções advindas de realidades diferentes. Embora a coleta de dados pareça simples ou sem grandes dificuldades, podem ocorrer problemas em decorrência do relato unilateral. Questão essa constatada na conversa com os policiais, em virtude do caráter institucional e corporativo da profissão dos pesquisados, pois estes evitaram algumas declarações, bem como, ao construí-las, fizeram de modo temeroso, a depender do assunto ou do ambiente de confiabilidade existente.

Para Gaskell (2008), nas ciências sociais a entrevista é amplamente empregada, colabora para identificar a existência de perspectivas pessoais sobre os fatos analisados; o

mundo social é enraizado por problemas, construídos por indivíduos e suas vivências cotidianas:

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2008, p. 65).

Além das entrevistas, adotou-se também a análise narrativa. De acordo com Motta (2017), cada sujeito constrói seus próprios significados a partir de informações retiradas dos meios midiáticos. Aquilo que vemos e ouvimos na mídia tem influência no modo de encarar o que está em nossa volta, e também interfere na maneira de olhar para si próprio. A visibilidade nos meios de comunicação de assuntos comuns ao cotidiano das pessoas ajuda na formulação de conceitos e valores dos mais variados assuntos. O policial militar rotineiramente se vê na televisão, no impresso, no noticiário de modo geral, e a partir dessa experiência ele constrói narrativas sobre o outro e principalmente sobre si mesmo.

Nossa vida individual, nossa identidade, é uma narrativa pessoal. Estamos sempre contando histórias sobre nós mesmos, fazendo pequenos relatos de nossas experiências e testemunhos de nossos sonhos. Estamos sempre enviando mensagens diversas, contando histórias, escrevendo diários, cartas, e-mails, postando mensagens, etc. se alguém nos indaga quem somos, arrolamos uma série cronológica de eventos que intencionalmente escolhemos para construir a imagem desejada de quem pretendemos ser. O julgamento já está implícito. Construimos um auto significado singular. Nosso eu se transforma em um conto, um relato valorativo. Podemos estudar as narrativas, portanto, para compreender esse conto (MOTTA, 2013, p. 27).

Para Martino (2016), a narração é uma das modalidades do ser social e político. O ato de narrar se caracteriza pelo aspecto relacional do uns para os outros, é dirigido pela exterioridade sem se apartar da interioridade. “O exercício de narrar algo implica também uma vivência efetiva com o mundo que se vai narrar. O ato de contar uma história não se origina nem se encerra no repertório de quem conta, mas transmuta-se no próprio ato de compreensão [...]” (MARTINO, 2016, p. 47).

Constatou-se que os policiais militares possuem narrativas pessoais sobre a violência, o ser policial na sociedade e na mídia. Segundo Motta (2013), é relevante na análise narrativa

a busca de sentido, os significados dessas relações e as trocas entre os sujeitos. As narrativas ajudam a compreender quem somos como representamos o mundo. Nessa perspectiva, entende-se que a narrativa de cada indivíduo carrega um modo de selecionar, escolher, priorizar e excluir falas. Há um modo de opinar em determinados assuntos. Está no íntimo de cada um ser um narrador, ator, personagem, ouvinte das narrativas midiáticas.

Na verdade, as narrativas são mais que representações: são estruturas que preenchem de sentido a experiência e instituem significação à vida humana. Narrando construímos nosso passado, nosso presente e nosso futuro. As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã. (MOTTA, 2013, p. 18).

Nossas vidas são acontecimentos narrativos. O acontecer humano é um sucessão temporal e causal. Vivemos nossas relações conosco mesmos e com os outros narrando. Nossa vida é uma teia de narrativas na qual estamos enredados, afirma Motta (2013). O homem vive narrando, a essência do seu viver é alicerçado pelo narrar. De acordo com Ricoeur (1994), a narrativa organiza as experiências.

Portanto, reflete sobre os sentidos produzidos pelo fenômeno do discurso e dos atos da linguagem. Para o autor, na narrativa a novidade no sentido das palavras encontra-se na invenção da intriga, em que acasos e causas são agrupados sob a unidade temporal de uma ação completa. Na intriga, ocorre a incorporação da multiplicidade de eventos organizados de maneira que a significação se torna compreensível e entrelaçada à história narrada. Tempo e narrativa são mediados, costurados pela intriga.

Existe entre o ato de narrar e a experiência humana uma correlação indispensável, marcada por trocas sociais, culturais e simbólicas. Na constituição temporal, afirma, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). No campo da experiência temporal, a intriga está arraigada em uma pré-compreensão das representações do mundo, definidas pelo autor como a mimese I. Ou seja, é necessário identificar o agir humano com seus sentidos e sua temporalidade. “Essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente temporais, donde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação a ser narrada e talvez, a necessidade de narrá-la” (RICOEUR, 1994, p. 88). Logo, segundo o autor, há traços estruturais, simbólicos e temporais, nos quais a inteligibilidade, a nitidez estruturada pela intriga encontra uma primeira estada na utilização da trama conceitual, pela qual se busca diferenciar a ação:

As ações implicam fins, cuja antecipação não se confunde com algum resultado previsto ou predito, mas compromete aquele do qual a ação depende. As ações, ademais, remetem a motivos que explicam por que alguém faz ou fez algo, de um modo que distinguimos claramente daquele em que um evento físico conduz a um outro evento físico. As ações têm ainda agentes que fazem e podem fazer coisas que são tidas como sua obra ou, como se diz em francês, como seu feito: em consequência, esses agentes podem ser tidos como responsáveis por certas consequências de suas ações (RICOEUR, 1994, p. 89).

Para o autor, a identificação do agente na ação é complementar, pertence ao campo prático em que o agir é sempre uma interação com o outro, podendo estruturar-se mediante um modelo cooperativo ou conflituoso, no qual a ação se conclui de maneira prazerosa ou adversa. A ligação entre a compreensão narrativa e compreensão prática organizada trata-se de um convívio em transformação, marcado por hipóteses:

De um lado, qualquer narrativa pressupõe, da parte do narrador uma familiaridade como termos tais como agente, fim, meio, circunstância, socorro, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso etc. Nesse sentido, a frase narrativa mínima é uma frase de ação da forma X faz A nestas ou naquelas circunstâncias e levando em conta o fato de que Y faz B em circunstâncias idênticas ou diferentes, finalmente as narrativas têm como tema agir e sofrer[...] De outro lado, a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Acrescenta a esta os traços discursivos que a distinguem de uma simples sequência de frases da ação (RICOEUR, 1994, p. 90).

A relação entre o enredo da ação e a composição da narrativa pode ser compreendida levando-se em consideração que o conteúdo do agir é simultâneo entre fins, meios, circunstâncias. Em contrapartida, essa ordem sincrônica do discurso implica o caráter crescente de qualquer narrativa. Para Ricoeur, outro fundamento que a composição narrativa encontra no entendimento prático situa-se nos recursos simbólicos, os quais comandam o fazer, o poder fazer, o saber. “Se com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, 1994, p. 91). Para o autor, a mediação simbólica diferencia dentre os símbolos de natureza cultural, os que fundamentam a ação na iminência de elaborar seus sentidos principais sem que se afastem da proposta prática. Um conjunto simbólico oferece um contexto descritivo para as ações individuais. Há uma convenção simbólica que possibilita interpretações conferindo à ação compreensão.

O terceiro fundamento para uma pré-compreensão da ação é o desafio da investigação. Segundo Ricoeur (1994), o entendimento da ação não se limita a uma familiaridade com a

trama conceitual da ação e com mediações simbólicas. Nos caracteres temporais, o tempo narrativo implementa suas configurações, são traços temporais obscuros às mediações simbólicas da ação. Ao sintetizar as reflexões da mimese I, como fio condutor na exploração da mediação entre tempo e narrativa, o autor reforça, “vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de mimese I: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (RICOEUR, 1994, p. 101).

4.3 Experiência em campo

O contato com os policiais foi marcado por muitas reflexões. Essa etapa da pesquisa expressa minhas percepções sobre o local escolhido para as entrevistas, o ambiente da pesquisa, o cotidiano dos policiais no batalhão e a correria dos que atuam nas ruas. Minha observação foi sobre conversas, sentimentos, reações de receptividade, mas também de alguns olhares desconfiados e das interações observadas na rotina de trabalho deles. Relações marcadas pela parceria, descontração, calma, movimento, pressa, inquietações, tensões e compartilhamentos do ser policial.

O primeiro contato com o batalhão ocorreu por telefone, por intermédio do Tenente Coronel José Wilson Araújo, comandante responsável pela unidade policial no bairro do Guamá em Belém. Por meio dele, solicitou-se a colaboração dos policiais na etapa de coleta de dados por meio de entrevistas. Alguns questionamentos foram feitos sobre os objetivos da pesquisa, bem como foi solicitada a apresentação de uma declaração de vínculo com a Universidade Federal do Pará, informações sobre a presente pesquisa e quais as necessidades junto ao batalhão. Dias depois, entregou-se ao comandante o documento assinado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA)³⁵, com as informações gerais da pesquisa, título do trabalho, objetivos e a metodologia utilizada para coleta de dados.

No primeiro dia das entrevistas, 19 de agosto de 2019, ao chegar ao local, apresentei-me a uma policial responsável pela recepção e informei que havia marcado aquele encontro com o comandante. Ela indagou meu nome, pediu para aguardar. Busquei um lugar para sentar. Observei que havia outros policiais no espaço. Poucos minutos depois fui recebida pelo comandante do Batalhão. Minhas primeiras palavras foram de agradecimento pela colaboração. Apresentei o documento do PPGCom que foram solicitados por ele

³⁵ Documento disponível em Anexos B.

anteriormente. Conversamos sobre a história, a estrutura e o funcionamento do batalhão para melhor compreensão daquele espaço físico e das atividades dos policiais naquele ambiente.

Figura 1 - Imagem da Localização 20º batalhão



Fonte: Acervo da autora

O 20º Batalhão de Polícia Militar³⁶ (BPM) foi criado no dia 18 de maio de 2005 e desde 2009 tem sede própria na rua Barão de Igarapé Miri, no bairro do Guamá. O batalhão integra a área da primeira Região Integrada de Segurança Pública e responde pelo policiamento dos seguintes bairros Cremação, Condor, Jurunas, Guamá, Terra Firme, divididos em quatro companhias orgânicas (1º Companhia Cremação e Condor; 2º Companhia Jurunas; 3º Companhia Guamá; 4º Companhia Terra Firme, Canudos e Universitário).

Figura 2 - Fachada 20º batalhão



Fonte: Acervo da autora

³⁶ Lei de organização básica da Polícia Militar, no artigo 34, define que os Batalhões, Regimentos, Grupamentos aéreos e as Companhias Independentes, subordinadas aos órgãos de direção intermediária, são órgãos de execução que realizam a atividade fim da corporação. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/?q=node/1351>. Acesso 10/01/2020.

O referido Batalhão é subordinado ao Comando de Policiamento da Capital e possui um efetivo atual de 424 policiais, distribuídos entre as áreas de atuação. Cada companhia possui um oficial responsável, subordinado ao comando do batalhão. Dentre os bairros de abrangência, Guamá, Jurunas e Terra Firme fazem parte do programa do governo Territórios pela Paz e recebem ações de aproximação da instituição com a comunidade da área desde de maio de 2019. Sobre o batalhão, o comandante Araújo descreve que:

[...] O vigésimo batalhão além de ser responsável por um número significativo de bairros, que são sete, são todos bairros periféricos, então tem a peculiaridade, há a necessidade de ser uma tropa que conheça a criminalidade, não só a criminalidade, mas saiba distinguir o cidadão de bem do criminoso, né, conhece as áreas sensíveis e vulneráveis de cada bairro, dificuldades de acesso, então há a necessidade realmente de ser um policial experiente para atuar nesse enfrentamento diuturno de combate ao crime. E a gente não pode deixar de considerar que temos muitos policiais que residem nesses bairros [...] [Sic](Informação verbal³⁷).

No depoimento do comandante, observa-se uma descrição com ênfase ao contexto periférico relacionado diretamente à criminalidade. A construção estabelecida a respeito da área de atuação do batalhão é marcada pela ideia de força e combate frente ao contexto social do bairro. O policial experiente é aquele capaz de enfrentar a violência. É um batalhão que deve “diferenciar” os cidadãos, possivelmente a partir de estereótipos nesse entendimento do que viria a ser bem e mal. É um batalhão “forte” em decorrência dos embates em meio cenário social desigual, mas compreendido somente pelas perspectivas do crime.

Entre os policiais entrevistados, percebeu-se que a maioria atua no local há bastante tempo, o que parece colaborar com a relação de familiaridade que eles demonstram cultivar entre si. Identificou-se haver certa vaidade e satisfação ao falarem dos significados de pertencerem aquele batalhão, pois é considerado um dos mais atuantes da Polícia Militar.

4.3.1 O ambiente da entrevista

Uma das primeiras inscrições que chamou atenção logo ao chegar ao Batalhão foi a frase “onde os fracos não têm vez”, colocada como uma espécie de lema motivacional. Nota-se que a frase tem muito mais relação com uma ideia, um modelo de gestão instituído pelo comandante à frente da tropa. Não se trata de uma questão institucional, mas de uma

³⁷ Coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

mensagem de incentivo utilizada pelo atual comandante. Mas, observa-se que a frase não fala da mesma maneira a todos. Muitos não se identificam com essa ideia de tenta ‘espelhar’ o que significa participar ou viver aquele batalhão.

Quanto às instalações físicas, estas são pequenas, sem qualquer condição de reunir a tropa inteira. Quando há a necessidade de reunir os militares para orientações estratégicas de ações nos bairros ou solenidades, o comandante utiliza espaços públicos como praças, localizadas na mesma área de atuação. A sede do batalhão é uma espécie de ponto de apoio dos policiais em atividade nas ruas, ambiente administrativo do comando, local de apuração das ocorrências na rua, além de inúmeros procedimentos e processos decorrentes do trabalho policial. As funções internas administrativas são desenvolvidas por cerca de 40 (quarenta) policiais. Além das práticas administrativas, alguns militares são responsáveis pela guarda do batalhão e pelo atendimento à população.

Os espaços ocupados para realização das entrevistas foram a recepção e a sala do comandante, sem a presença deste. Na recepção, teve-se a oportunidade de acompanhar o movimento intenso, de entrada e saída dos policiais no batalhão sempre que uma viatura chegava ao local, mas também algumas horas de tranquilidade. A rotina acelerada da rua não é a mesma para os policiais que permanecem no batalhão. No serviço de guarda, três policiais ficam em uma mesa, repassam informações pelo rádio, organizam documentos que precisam ser assinados pelos outros policiais em serviço que passam pelo local, controlam as saídas das viaturas, entregam as chaves dos veículos.

A recepção fica próxima à porta principal de entrada, onde a secretária do comandante controla as entradas para quem deseja falar com o comandante, subcomandante ou as demais áreas administrativas internas. A entrada principal é toda em vidro com película escura e não permite que quem esteja na rua visualize a área interna do batalhão, porém os policiais conseguem de dentro acompanhar a movimentação do lado de fora.

Ainda na recepção, identificou-se um quadro enorme com fotografias dos policiais que já estiveram à frente do 20º Batalhão, uma espécie de homenagem aos que ocuparam o comando. Avalia-se que a fotografia tem um sentido de respeito à hierarquia comum entre os policiais, assim como é uma imagem motivadora para os militares que almejam um dia ocupar o comando. Além desse quadro, outros dois objetos chamaram atenção: um ventilador, uma tentativa de amenizar o calor do ambiente, imagine em um espaço pequeno, policiais com roupas pesadas, fardados, há um desconforto mediante a pouca ventilação no espaço, cujo calor é amenizado também pela presença constante do vendedor de chopp, que tem hora marcada no Batalhão com o objetivo de atender os policiais.

Outro objeto, parte integrante da pesquisa, foi um pequeno aparelho de televisão instalado na parede da recepção, oscila entre ser um objeto ligado em volume alto, falando sozinho e ser um objeto capaz de atrair atenção total no espaço. Somente em uma das visitas ela não estava ligada e, em outra ocasião, estava conectada à internet de um policial e passava um filme. Em todas as outras visitas, o aparelho estava sintonizado no programa Balanço Geral, da TV Record Belém. Observou-se que não se tratava de um canal aleatório, mas uma escolha pelo noticiário local da emissora, considerando que nas reportagens do referido programa, os policiais são, cotidianamente, entrevistados. Percebeu-se numa ocasião que um policial fazia fotos da TV, ao identificar os colegas de farda na reportagem.

O clima no batalhão é um misto de calma e movimento, em questão de minutos o silêncio se transforma em agitação de muitos policiais e muitas vozes falando ao mesmo tempo. Quando permanecem no batalhão somente os policiais que trabalham no espaço, o clima é de muita tranquilidade, as horas de serviço parecem longas e esse ritmo só é quebrado à medida que uma ou mais viaturas chegam ao local. Os policiais entram para assinar um documento administrativo, após serem chamados pelo rádio, ou seguem até a sala do subcomandante. Nesse contexto, o falatório dos militares, o abrir e fechar da porta e o volume da TV são sonoridades que se misturam ao ambiente. São conversas paralelas, cumprimentos, risos, relatos que chegam da rua. A permanência no espaço é breve, acelerada, com trocas de informações e descontrações comuns à rotina de trabalho.

Outras duas salas compõem a estrutura física do batalhão. São áreas de atividades administrativas, não se teve acesso a nenhuma delas, a presença limitou-se à recepção e à sala do comandante. Em uma das visitas, a entrevista foi realizada em uma área comum, espécie de refeitório, onde ficam alguns armários. Esse local foi escolha do policial que seria entrevistado, e como ele estava molhado da chuva, preferiu ser ouvido em uma área mais ventilada. Aos policiais que ficam na recepção cabe a responsabilidade de atender a população, mas, durante as visitas, observou-se que houve pouca frequência de pessoas, somente duas vezes se presenciou a chegada de um senhor, em outra ocasião um rapaz, eles buscavam informações e orientações acerca dos procedimentos para o registro de denúncias.

Nessa ocasião, observou-se que os policiais reforçavam o papel da delegacia e direcionavam os casos dependendo da natureza da reclamação ou queixas. Em uma das situações, quando a pessoa se retirou, alguns comentaram a respeito dos pedidos que chegam ao local, eles reclamam que o cidadão não compreende o papel da polícia, às vezes, vai até o batalhão com questões que não seriam de competência da atividade.

Durante as visitas, não se constatou nenhum desconforto por parte dos policiais, com a presença da pesquisadora, às vezes, pareciam preocupados com o tempo de espera até que algum policial aceitasse contribuir com as entrevistas, mas de modo geral mostravam-se receptíveis, abertos a uma conversa, respondiam às perguntas sobre as atividades deles e suas experiências como policiais. Do mesmo modo, perguntavam sobre a pesquisa, o que se almejava, externavam certo conforto com a pesquisa, e por meio de expressões, como “legal”, “interessante”, tinham sempre algum comentário sobre a abordagem.

Convém destacar que muitos me reconheceram como repórter³⁸, tiravam brincadeiras sobre serem entrevistados por mim, às vezes, perguntavam curiosidades sobre minha rotina profissional, externavam opiniões sobre o jornalismo e sobre as notícias. Logo, a identificação sobre minha atuação profissional em parte ajudou nessa aproximação, mas também em outros momentos exigiu esclarecimentos de que as entrevistas com eles não possuíam nenhuma relação com meu trabalho como jornalista. Explicava a eles que todo material coletado seria utilizado em minha pesquisa de mestrado. De modo geral, não percebi nenhuma resistência na participação das entrevistas em decorrência de minha atividade jornalística. Alguns motivos para não participar da entrevista foram: falta de tempo ou preocupação em não se sentirem preparados, não terem respostas às questões colocadas.

Vale esclarecer que o fato de realizar as entrevistas em um ambiente da corporação não representou problema, nem intimidação nos relatos. A abordagem não tinha como objetivo identificar possíveis problemas com a instituição, embora evidentemente pudessem ocorrer a partir das informações. O foco não era especificamente a relação entre policiais e corporação, ou seja, algum tema que pudesse gerar receios nas falas ou preocupações com sanções superiores. As questões estavam mais ligadas às percepções deles sobre a mídia, isso não pareceu criar obstáculos ou autocensuras nas falas. E mesmo nas colocações acerca da atividade policial, eles não deixaram de apontar problemas ou fragilidades na instituição. Eles responderam sem incômodos sobre temas mais próximos ao trabalho que desenvolvem.

Nas entrevistas individuais, observou-se que os policiais sentem necessidade de falar e serem ouvidos. Em alguns momentos, a entrevista se transformou em espaço de desabafos, reflexões pessoais, críticas e anseios externados por eles.

Nas questões relacionadas à mídia, eles sempre respondiam com ironias, às vezes, sorriam com sarcasmos, dando exemplos como justificativa para as colocações narradas, demonstravam convicções e proximidade com o que relatavam. Os depoimentos foram

³⁸ Atualmente sou repórter da TV Liberal, afiliada à Rede Globo de Televisão em Belém do Pará. Trabalhei também como repórter nas emissoras Cultura, TV Record Belém e Rede Boas Novas.

substanciais em sua maioria, eles interagiram em intensidade às questões indagadas. Alguns se assustavam ao perceberem o tempo de entrevista, no final do encontro.

4.4 Corpus de análise

Na presente pesquisa, foram ouvidos 20 policiais militares praças e oficiais, que atuam nas ruas de Belém, na área de execução do policiamento ostensivo da Polícia Militar do Pará. O policial em atividade na rua participa com maior frequência das questões ligadas à violência urbana, do cotidiano da cidade e, conseqüentemente, têm muita visibilidade na sociedade, sobretudo nos veículos de comunicação.

Para o contato com os policiais, escolheu-se o 20º Batalhão de Polícia Militar, localizado no bairro do Guamá em Belém. A escolha se justifica por esse batalhão atuar em seis bairros³⁹, localizados na periferia da capital, onde o noticiário de violência chama atenção.

Dos vinte policiais militares ouvidos, embora não houvesse uma definição no *corpus* sobre o gênero dos entrevistados, dezenove foram do gênero masculino, em virtude de constituir também a maioria no batalhão. Não foram definidos critérios para o número de praças ou oficiais ouvidos, essa não foi uma preocupação, pois o recorte foi ouvir quem atuava no policiamento ostensivo.

O critério de escolha do policial levou em conta, fundamentalmente, aquele que se encontra em atividades nas ruas. Nessa dinâmica, o *corpus* foi composto por dezessete praças ouvidos, sendo cinco soldados, dez cabos e dois sargentos. Entre os oficiais, dois capitães e um tenente coronel, conforme se confere no Quadro 01.

Quadro 01 – Identificação dos sujeitos

Praças	Oficiais
05 Soldados	02 Capitães
10 Cabos	01 Tenente Coronel
02 Sargentos	-
Total: 17	Total: 03

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

³⁹ Dentre os bairros, destacamos Guamá, Jurunas e Terra Firme.

Inicialmente, definiram-se vinte policiais militares, cuja escolha foi aleatória, tendo-se a preocupação com a qualidade dos depoimentos, para posterior avaliação de um recorte significativo no *corpus* para as análises. No entanto, não se sentiram dificuldades com o material coletado, pelo contrário, considerou-se o resultado substancial, principalmente pela amplitude das questões de nosso roteiro/guia de entrevistas.

Na presente pesquisa, os objetivos foram concentrados em questões sobre as percepções do policial na sua relação com a mídia, ou seja, como as narrativas constroem o sentido de ser policial e a sua relação entre violência e sociedade.

4.4.1 Dos encontros

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo a primeira no período de 19 a 23 de agosto de 2019, quando foram ouvidos 10 policiais militares. Após as contribuições de minha banca de qualificação, em setembro de 2019, retornei ao batalhão para a segunda etapa das entrevistas, no período de 31 de outubro a 11 de novembro de 2019, quando foram ouvidos mais 10 policiais. Nesses dois períodos, foram realizadas nove visitas ao batalhão, sendo entrevistados dois policiais por dia, sempre no período da tarde, entre 14 e 17 horas, horário este definido por mim e pelos policiais.

Os policiais ouvidos foram definidos a partir de minhas abordagens. No encontro com eles, apresentava as questões gerais da pesquisa e fazia o convite para a colaboração na entrevista. Em alguns momentos recebi a colaboração de outros policiais que passavam a falar sobre minha pesquisa aos colegas que transitavam pelo local. A movimentação de policiais ocorre em todo momento no batalhão. Com o passar dos dias, minha presença se tornou comum para muitos, mais sempre havia um ou outro que me encontrava no local pela primeira vez, demonstrava curiosidade em saber o motivo de eu estar ali.

As entrevistas ocorreram, individualmente, na sala do comandante do batalhão, mas sem a presença dele. O espaço cedido foi a alternativa mais adequada, uma vez que a estrutura física do local é pequena, dividida entre recepção e salas administrativas, áreas compartilhadas de trabalho com movimento e barulho o que dificultaria a conversa com os policiais e a gravação da mesma. Na sala oferecida, havia privacidade necessária, em alguns momentos, algum policial abria a porta, mas logo se retirava. O comandante, quando presente, nos deixava a sós e, poucas vezes, transcorreu dessa forma, pois, de nove visitas, ele não estava presente no batalhão em seis, por causa de outros compromissos na atividade. Na ausência dele, já havia a autorização para que eu usasse a sala sem problemas.

Para a gravação das entrevistas, utilizei o gravador de voz e um roteiro que colaborou na condução da mesma. O roteiro das entrevistas foi dividido em três etapas: perfil socioeconômico; atividade profissional e percepções sobre si na mídia paraense⁴⁰. Essa divisão foi intencional e teve o objetivo de não limitar o diálogo somente ao problema e aos objetivos desta pesquisa, mas também ampliar a entrevista na tentativa de compreender a concepção desses sujeitos sobre o ser policial e a violência urbana. As indagações sobre a atividade policial e a violência tratavam das experiências e das interações sociais vividas pelos policiais e somaram às reflexões teóricas, baseadas no interacionismo simbólico.

Após a apresentação do roteiro e as explicações sobre o uso do gravador, informei sobre o anonimato da pesquisa, a maioria se mostrou à vontade em ter os depoimentos gravados, já alguns indagavam se aquela gravação seria divulgada em algum lugar. No geral, não houve resistências, eles não demonstraram preocupações, caso fossem identificados.

Considerando a entrevista com os policiais, submeteu-se a presente pesquisa à plataforma Brasil, e apresentou-se aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴¹, para conhecimento e assinatura do documento. Optou-se pelo anonimato dos entrevistados e os policiais foram identificados nessa pesquisa com o termo definido de POLICIAL VBG, formado com as iniciais de vigésimo batalhão do Guamá e ordenado com numerais de um a vinte. Essa organização não obedece à ordem das entrevistas e foi pensada apenas como forma de diferenciá-los a partir de um número, com intuito de preservar-lhes a verdadeira identidade.

4.5 Narrativas dos Policiais: o ser, o viver e o perceber

As categorias de análise definidas foram o ser, o viver e o perceber, dentro de uma perspectiva interacionista. Compreende-se que as narrativas dos policiais são práticas que estruturam sentidos em contextos específicos, como aponta França (2005), “elas estão inseridas ou fazem parte de um processo mais amplo, que são os processos comunicativos. Temos assim, compondo esses processos, tanto as narrativas como os sujeitos que as produzem” (FRANÇA, 2005. P. 1).

Traça-se o ser, como uma reflexão acerca dos processos identitários dos policiais, a partir do interacionismo, sem a pretensão de aprofundamentos sobre o conceito de identidade, uma vez que esta perpassa por inúmeras concepções nas áreas da psicologia, da sociologia, da

⁴⁰ Roteiro disponível em apêndice A.

⁴¹ Termo disponível em apêndice B.

comunicação e demais áreas. O intuito com essa abordagem foi somente estabelecer uma compreensão de como os policiais identificam-se e o que representa o ser policial. O contato com os policiais possibilitou pensar o ser policial, a partir das narrativas delineadas por eles.

Adotou-se o viver, como compreensão da relação interativa do policial com a violência e a mídia, “a narrativa funda-se na experiência, na dimensão do vivido, e aciona permanentemente camadas profundas da memória”, conforme afirma Brito (2014, p. 188). Definiu-se o perceber, como reflexão, sobre como eles se veem na mídia, quais os significados dessa interação midiaticizada, a partir do noticiário de suas atividades.

4.5.1 O ser

A proximidade com os interlocutores foi fundamental, uma vez que, preliminarmente, constroem-se imagens dos policiais militares a partir das atividades realizadas nas ruas, assim como inúmeras definições comuns acerca do que são, o que fazem e como fazem. Essas definições são imprecisas. O contato face a face com os policiais possibilitou pensar o que é ser policial, a partir das narrativas delineadas pelos próprios sujeitos. O modo como eles se veem pode apontar explicações sobre suas percepções na mídia e suas possíveis inquietações entre o vivido e o percebido. Algumas das nossas indagações, principalmente os aspectos socioeconômicos e as atividades profissionais colaboraram para identificar como os policiais se definem.

Aspectos gerais identificados: os policiais ouvidos têm idade entre 22 e 53 anos; são cristãos, proporcionalmente divididos entre católicos e evangélicos; casados, com filhos e moram em bairros periféricos de Belém e Ananindeua. A escolaridade declarada apresentou equilíbrio entre ensino médio (8 policiais), formação superior (9 policiais), seguida por um número menor que declarou estar cursando o ensino superior (3 policiais). Quando questionados sobre a principal motivação para escolha da profissão, a resposta mais comum entre eles foi a busca por estabilidade e emprego por meio de concurso, poucos policiais declaram identificação, desejo ou sonho em exercer a atividade policial. No quadro a seguir, é possível visualizar em detalhe as declarações sobre perfil socioeconômico. Nas colunas sobre a escolha da profissão e o ser policial, optou-se destacar apenas palavras ou frases marcantes nas respostas.

Quadro 02 - Perfil dos entrevistados

Policial	Idade	Religião	Escolaridade	Escolha profissão	O ser policial
VBG01	44	Católico	Superior completo	Estabilidade Oportunidade Identificação	Proteção ao outro Receber críticas Sentimento de dever
VBG02	48	Evangélica	Médio completo	Sonho	Combater Proteger a sociedade
VBG03	22	Evangélico	Médio completo	Trabalho Estabilidade	Defender famílias
VBG04	32	Evangélico	Superior completo	Oportunidade	Honra Fardo pesado Ajudar pessoas
VBG05	39	Católico	Médio Completo	Estabilidade Oportunidade	Árduo Ter coragem
VBG06	33	Católico	Médio Completo	Sonho Estabilidade	Ajudar pessoas
VBG07	41	Sem religião	Médio completo	Desejo carreira Estabilidade	Psicólogo Sociólogo Detetive
VBG08	32	Católico	Superior Completo	Estabilidade Emprego	Mudança cotidiano Adaptação Obedecer
VBG09	29	Católico	Superior completo	Desejo carreira Estabilidade	Ter coragem Envolvimento emocional Adrenalina no corpo
VBG10	37	Evangélico	Superior completo	Trabalho Estabilidade	Fardo pesado Vítima do crime Dificuldade
VBG11	35	Evangélico	Superior completo	Influência amigos	Perder a liberdade Ser visado Servir
VBG12	29	Católico	Superior completo	Oportunidade Trabalho	Árduo Prazeroso Viver o inesperado
VBG13	41	Evangélico	Superior cursando	Sonho	Não abraçar filhos em datas comemorativas Não ter hora para sair
VBG14	34	Evangélico	Superior completo	Ajudar pessoas	Doação Deixar família para cuidar de outras pessoas
VBG15	28	Católico	Médio completo	Emprego Ajudar sociedade	Honra Ajudar pessoas
VBG16	32	Católico	Superior cursando	Estabilidade Afinidade militarismo	Sacerdócio Cobrança Limites na vida social
VBG17	28	Sem religião	Superior completo	Oportunidade	Abrir mão de interesses pessoais Defender as pessoas
VBG18	53	Evangélico	Médio completo	Necessidade	Dedicação Vocação Servir
VBG19	36	Católico	Médio Completo	Emprego Estabilidade	Ser exemplo Trabalhar corretamente
VBG20	35	Católico	Superior cursando	Necessidade	Missão pesada Ser incompreendido

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As narrativas sobre os sentidos do ser policial estão diretamente entrelaçadas com suas experiências. A compreensão do que representa ser policial está atravessada pelas interações e vivências sociais no cotidiano de suas atividades, o que dialoga exatamente com as reflexões

do interacionismo simbólico, que apontam que os sentidos estão nas experiências da vida em sociedade (SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2006). O significado é produzido pelo processo de interação humana, ele nasce da maneira como os outros agem em relação a si (BLUMER, 1969).

Em cada relato, observam-se palavras que externam sentimentos, invocam humanidade e individualidade ao policial. As cobranças do ser herói, do não errar, do ser forte e do ser demandado para resolver problemas das mais diversas naturezas explicam em certa medida essas compreensões do ser policial como “fardo pesado”, “incompreensão”, “ser exemplo”, “se doar ao outro”. Percebeu-se um desejo latente nos policiais de serem vistos como humanos também. Ser policial significa o embate de conflitos, sensações, responsabilidades e habilidades, como descreve o policial VBG07:

[...] Ser policial é você ser psicólogo, é você ser sociólogo, é você ser um detetive, têm inúmeras funções porque você trabalha na rua, você tem ocorrência, que nem já aconteceu comigo. Eu tive que resolver lá, uma coisa simples, uma briga de casal, orientei a mulher [...] Então ser policial não é fácil, não é uma coisa, tu achar que botar uma farda, entrar numa viatura, pronto, né. Ou tu fazer igual, têm rapazes novos, que fizeram esse concurso, que chegaram agora né, tive até um relato aí de um soldado, ele tá até trabalhando comigo, dessa última turma, primeiro acompanhamento dele, aí no outro dia, ele disse que não conseguiu nem dormir porque, ele disse égua, é muito diferente, a teoria não foi nada a ver com que eu passei na prática mesmo, acompanhamento, troca de tiros e os bandidos atiravam na gente [...] Às vezes, a gente tá aqui na frente aí vem quantas pessoas bate aí atrás de ajuda, fazer ocorrência, que não é um serviço nosso, a gente é uma policial ostensiva, preventiva né, a gente não é uma polícia administrativa, o povo não entende isso. Não quer saber, o som tá alto chama polícia militar, o vizinho bateu, chama a polícia militar, ah o cara tá botando fogo, jogando lixo ali, chama a polícia militar. [Sic](Informação verbal⁴²).

Verificou-se na fala do policial VBG07 os múltiplos papéis que ele desempenha enquanto policial militar e a dificuldade que as pessoas têm em delimitar quais as funções que esse profissional deve exercer em sociedade, pois em qualquer conflito social ou privado, ele é chamado a solucionar.

Em Ricoeur (2014), identificar algo, é levar outrem a conhecer o algo de que se tem a intenção de falar, o ser alguém é uma referência identificadora. Observa-se nos relatos dos policiais um modo de identificar-se, individualizar-se. “A individualização pode ser caracterizada, grosso modo, como processo inverso ao da classificação, que abole as singularidades em favor do conceito” (RICOEUR, 2014, p. 2). Para o filósofo, a pretendida

⁴² Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

individualização é iniciada quando cessam a classificação, individualizar e conceituar visam descrição mais apropriada. Operam nessa individualização os nomes próprios – Antonio, Belém; indicadores eu, tu, isto; e as descrições definidas – o primeiro policial que salvou uma vida. “A individualização baseia-se em procedimentos específicos de designação distintos da predicação, visando a um exemplar e a um único, com exclusão de todos os outros da mesma classe” (RICOEUR, 2014, p. 5). Ou seja, em diálogo com o autor, entende-se que ser policial não é se identificar como um único, mas com individualidades complexas e diferentes.

O nome de guerra no fardamento do policial, por exemplo, não colabora substancialmente para uma identificação pessoal, mas trata-se de uma referência identificadora secundária, uma vez que a vestimenta militar identifica em maior escala a corporação, Polícia Militar do Pará, e não o policial em si (NUMMER, 2014).

Se por um lado, os adornos militares enaltecem a instituição e apagam as individualidades, sem desconsiderar a existência da identidade militar como parte de suas vivências e atividades corporativas, “Tornar-se policial militar envolve um trabalho de pertencimento social a uma corporação que é cotidianamente inculcado nos sujeitos. Todos devem ser gradativamente socializados à vida policial e, distanciados de classificação da vida civil não compatíveis com ela” (NUMMER, 2014, p. 45). No entanto, observou-se nos depoimentos que essa identidade não os representa na totalidade. Ou seja, há uma diferenciação nas falas sobre o que é a polícia e o ser policial. Enquanto para polícia há um entendimento geral mais próximo do que define a legislação brasileira, como atribuições à segurança e à ordem pública, em contrapartida nas narrativas do ser policial prevalecem as interações vividas por eles para o cumprimento do dever legal.

Constatou-se um entrelaçamento do agir militar operacional, o uso da racionalidade na tomada de ação com os sentimentos do indivíduo, suas emoções, conforme narrado pelo policial VBG09:

[...] Ser policial é ter coragem pra encarar o dia a dia literalmente e tu ir na direção onde tá todo mundo correndo. É uma coisa que envolve muito o teu emocional o teu psíquico todo dia, o nível de estresse altíssimo e uma descarga de adrenalina no teu corpo que tem que tá preparado, tem que ter vocação pra isso [Sic] (Informação verbal⁴³).

Já para o policial VBG20,

⁴³ Coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

É uma missão muito pesada às vezes; a gente é incompreendido, a gente não consegue se compreender, né. Qual o fundamento de estar na rua, principalmente porque as pessoas não dão valor é simples, elas olham o ser humano dentro de um carro, dentro de uma farda e que não tem muito valor. Claro que isso aí eu não posso falar por todos, mas é como se fosse a função do lixeiro, ele é importante? É, enquanto o lixeiro tá passando na rua ninguém não dá nem bom dia, mas se o lixeiro deixar de passar, todo mundo vai sentir que ele não passou porque o lixo vai continuar na rua. Então o policial é a mesma coisa, enquanto a gente tá na rua tá tudo bem, a polícia tem que tá ali, mas se a gente não estiver todo mundo vai sentir falta né [...] [Sic] (Informação verbal⁴⁴).

Percebe-se, no depoimento do policial VBG20, que o valor de si é atribuído à maneira como o outro o enxerga. Ao comparar a atividade policial com o trabalho do lixeiro, nota-se uma frustração, um apontamento para a falta de reconhecimento da população com o trabalho policial. Os policiais só seriam percebidos ou valorizados em cenários de violência, insegurança. Quando não há conflito, crime, as pessoas não o reconhecem. Portanto, os policiais não são percebidos na atividade preventiva. Nas ocorrências da criminalidade, eles são demandados e, na ausência dela, não são reconhecidos. Esse desapontamento com a população, é um reflexo da estrutura militar, das construções sociais sobre o fazer do policial: combater o crime.

As construções identitárias dos policiais militares, no contexto social, estão marcadas por interações com o outro, com o cidadão. O policial experencia dualidades do ser bom, ser mal. Como indica a pesquisadora Costa (2018, p. 20), a relação “oscila na sociedade uma imagem da polícia que figura no limbo entre paz/guerra, herói/bandido, coerção/tranquilidade social”.

Para Ricoeur (2014), o si busca sua identidade a vida inteira, em inúmeras narrativas, o problema da identidade pessoal encontra-se nas implicações do tempo, nas ocorrências de uma situação, nas atribuições qualitativas e no desenvolvimento individual. O conjunto dessas marcações configura o caráter (RICOEUR, 2014, p. 119). “Pelos traços descritivos que vão ser ditos, ele acumula a identidade numérica e qualitativa, a continuidade interrompida e a permanência no tempo”. Há uma dificuldade para o policial construir sua identidade, uma vez que são inúmeras as definições sociais sobre si, há uma complexidade em traçar conceitos identitários precisos, os policiais conformam-se na interação com o outro. Na concepção de Strauss (1999), o conceito de identidade é tão esquivo quanto o senso que cada indivíduo tem de sua própria individualidade. As compreensões de identidade estão relacionadas às avaliações e decisões tomadas por cada pessoa. Assim reforça o autor:

⁴⁴ Coletada por meio de entrevista em 11/11/2019.

Toda pessoa que se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que ela exhibe então e depois ao mundo e a seus habitantes são moldadas de acordo com o que ela consegue antecipar desses julgamentos. Os outros se apresentam também; usam suas próprias marcas de máscaras e, por sua vez, são avaliados (STRAUSS, 1999 p. 29).

A partir das reflexões do autor, percebe-se a importância das interações nessa construção identitária do ser policial. As narrativas dos policiais sobre os significados do ser são marcadas por vivências interativas que podem em dado momento defini-los, mas, em contrapartida, podem somente ser representações de si. Como aponta Ricoeur (2014), há diferenciações entre identidade pessoal e identidade narrativa. Esta segunda narrativa configura-se pela identificação de um personagem construído e ligado ao enredo.

Ora, compreende-se que a trama e os acontecimentos interativos no cotidiano dos policiais provocam transformações em si, exigem representações do eu, do agir e do ser. A sucessão de experiências na vida cotidiana determina a maneira como o policial apresenta-se aos outros, os enredos na atividade determinam a identidade narrativa e os personagens criados nas relações. As diferenciações identitárias, apontadas por Ricoeur (2014), explicam o depoimento do policial VBG07 de que ser policial significa “ser psicólogo, ser juiz, etc”. A dinamicidade do trabalho policial, afeta a construção da identidade, como reflete Ennes (2013):

Os processos identitários precisam ser pensados como dinâmica, como tensão, na qual os elementos que a compõem- espaço social, os indivíduos, os grupos, as instituições, as normas- retrodeterminam-se [...] São dinâmicas de localização dos indivíduos e grupos no espaço social, o processo de localização social deve ser compreendido com base nos contextos históricos, o que depende da distribuição de poder entre os indivíduos e grupos sociais, regras e instituições. (ENNES, 2013, p. 65).

Esse movimento dinâmico é estruturado pelas interações sociais e pela produção de sentimentos que atravessam os sujeitos e a vida social (SALVO; SANT’ANA, 2011). Na experiência dos policiais, considera-se que essa dinâmica se organiza sobretudo na rua, lugar de encontros e experiências. O estar na rua no exercício da profissão é árduo, intrigante e difícil. A rua como espaço físico também se caracteriza como um ambiente interacional, comunicativo de trocas, ações e percepções da insegurança, do alerta consigo e com os outros, como relata o policial VBG03:

Pra mim hoje é cem por cento atenção, não posso nem pensar em baixar minha guarda militar porque nós vivemos hoje em uma tensão, uma tensão mesmo dobrada, entendeu? Não pode ser aquele policial relaxado, tem que ser aquele que está em alerta [...] A gente tem que tá em alerta com a vida de terceiros e com a minha vida, porque seu eu não tiver segurança pra mim como vou dar para terceiros? [Sic] (Informação verbal⁴⁵).

Para o policial VBG04, as interações da atividade na rua representam dever e ameaças, como se pode conferir:

Atuar na rua significa o policiamento ostensivo que é nossa função por lei e também significa um risco pra nossa vida, por estarmos expostos no dia a dia aí, ser conhecido porque a viatura não tem película ou então a gente roda sempre no mesmo bairro, então a gente acaba sendo conhecido pela vagabundagem, é um risco, mas a gente tem prazer de estar na corporação [Sic] (Informação verbal⁴⁶).

Nos depoimentos dos policiais, identificou-se que os sentidos do estar na rua foram associados à experiências, responsabilidades, ameaças e sentimentos. São apontamentos a respeito da proteção de si, proteção do outro, ajuda, alerta, risco, estresse, satisfação, aprendizado, conflito, discriminação, liberdade, contato com as pessoas. Nesse ambiente, marcado por sentidos complexos, contraditórios, antagônicos, estruturam-se as concepções do ser policial. Para Fonseca (2008), a rua é expressão da vida urbana, espaço comum, compartilhado, onde se aprende, e nela existe um modo próprio de andar, se relacionar e viver. Na rua, a comunicação é processo de trocas simbólicas constituídas pelas relações dos sujeitos com os outros e com o mundo:

Quando nos comunicamos estamos forjando, reafirmando ou mesmo rompendo o que nos liga ao outro, à vida social. No ato de nos comunicarmos partilhamos o que temos em comum e também aquilo que nos distingue, que separa, que rompe. Estamos agenciando sentidos, demarcando lugares, nos posicionando frente ao outro e frente ao mundo. Comunicar permite a agregação dos indivíduos que vivem um cotidiano e partilham um espaço ou sentimentos comuns. (FONSECA, 2008, p. 15).

Do mesmo modo, acredita França (2005) que o comportamento comunicacional é desvelado nos fenômenos sociais, apreende relações comunicativas mediante práticas simbólicas. Dessa interlocução apontada pelas autoras, compreende-se que os policiais partilham. Contudo, a rua por onde o policial trafega é a do conflito, da tensão, da negociação

⁴⁵ Coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

⁴⁶ Coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

e do espaço público tensionado. A relação dos policiais com a rua caracteriza-se por interações de confrontos, desacordos, pois eles não são acionados para movimentos estáticos ou pacíficos, mas para encontros oscilantes, imprevisíveis.

Essa dinâmica de contrastes exige um agir em múltiplas personalidades, a rua passa então a ser caracterizada como palco, um espaço marcado por representações policiais cotidianas. Isso demonstra que ao mesmo tempo em que essas interações externas os caracterizam enquanto policiais, o modo como se veem e atuam não escapa à necessidade de representações, conforme indica Goffman (2002). Para o policial VBG20, a rua impõe as mais diversas necessidades de atuação:

É um palco onde todo dia a gente tem que atuar como pedem porque todo dia é uma situação diferente, ser policial militar é essa habilidade de lidar com várias situações [...] [Por que você ilustrou como um palco? Existe uma representação ?] Sim claro, porque muitas das vezes a gente não é só um policial que vai tratar da repressão, às vezes você vai lidar com uma situação de criança, uma briga de casal [...] Quando você encontra um casal brigando você tenta ser um juiz de paz, ou seja, naquela hora você tá se investindo muitas vezes de uma formação ou de um poder que você não tem, mas você tá ali pra ajudar, ou seja, você sabe que muitas vezes aquele casal ali precisa de um psicólogo, mas naquele momento, na madrugada é do policial ali tentando ajudar [Então ele é meio psicólogo?] Também, também, a gente tem que dançar conforme a música [Sic] (Informação verbal⁴⁷).

O policial afirma ainda que é preciso ser muitos policiais em um só, e em outras vezes até se revestir de outras atribuições profissionais para responder às demandas oriundas do trabalho na rua. De modo muito semelhante, o policial VBG01 também descreve a rua como palco da atividade, um lugar onde deve representar o estado, a polícia “[...] A gente tem que fazer de tudo para representar bem a instituição [...] É o nosso teatro, é o teatro de operações, é o nosso local de trabalho” (Informação verbal⁴⁸).

Um teatro que transforma o policial em personagem, onde o fardamento, os adornos militares são representativos para a imagem da instituição. Sobretudo no contexto da rua, a representação carrega um papel fundamental em que se espera manter o padrão, a boa imagem. Na rua, os policiais experenciam a manutenção de suas fachadas (GOFFMAN, 2002).

O retorno à rua em nossas reflexões faz se indispensável, uma vez que como já apontado em nosso primeiro capítulo, a rua configura-se como espaço de encontros entre

⁴⁷ Coletada por meio de entrevista em 11/11/2019.

⁴⁸ Coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

policiais e jornalistas. Identificou-se, após as análises, que as interações entre esses sujeitos são fundamentadas na violência. Os fatos relacionados à criminalidade foram percebidos como o elo entre esses sujeitos.

Em decorrência disso, adotou-se também como uma abordagem do ser policial a conceituação da violência, para observar as similaridades na narrativa policial e narrativa midiática a respeito da violência urbana. A violência foi tomada como elemento marcador no viver dos policiais, atrelado à concepção do ser, o que significa a violência para eles. Quando questionados a respeito da violência, os depoimentos se dividiram, para doze policiais prevalecem concepções de combate, força, e para oito militares trata-se de um problema social, conforme Quadro 03:

Quadro 3 - O que pensam sobre a violência

Policial VBG01	Combate à criminalidade
Policial VBG02	Conflito, perda de princípios
Policial VBG03	Falta educação, falta base, estrutura familiar
Policial VBG04	Agressão, agredir o bem
Policial VBG05	Algo que precisa ser combatido
Policial VBG06	Tirar a vida ou o bem da pessoa
Policial VBG07	Falta de cultura e educação
Policial VBG08	Inimigo que deve ser combatido
Policial VBG09	Falência do Estado, de estruturas como educação e saúde
Policial VBG10	Fenômeno da sociedade, problema banalizado
Policial VBG11	Faz parte da convívio, ela é motivada pela falta de serviços à população
Policial VBG12	Está dentro do ser humano, prejudica, machuca, vai de encontro com a lei
Policial VBG13	Descaso governos, falta de saúde, educação
Policial VBG14	Agressão, deve ser combatida
Policial VBG15	Falta de estrutura, educação, problema enraizado
Policial VBG16	Conduta de infração
Policial VBG17	Comportamento físico, verbal ou psicológico que viole o outro

Policial VBG18	É o mal, é ausência de Deus
Policial VBG19	É o mal
Policial VBG20	Mazela da sociedade, a violência ocorre de muitas formas

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Doze policiais definem que a violência é combate, violação, mal, enquanto oito relacionam o tema à falta de estrutura social, de condição de vida das pessoas, ausência de serviços básicos como educação e saúde. Nessa conceituação, é notório o embasamento nas experiências da atividade na rua. O policiamento nas periferias é marcado pela prevenção e pelo combate, modos de aproximação com realidades socialmente difíceis, perceptíveis aos policiais mediante o desemprego, a pobreza, entre outras mazelas sociais observadas por eles na rotina de trabalho. Essa conceituação foi analisada no depoimento do policial VBG09, a saber:

É um Estado que não dá assistência, que não dá saúde, não há educação básica, porque não adianta tu querer oprimir ou reprimir um jovem de dezesseis anos que esse já não tem jeito. Ah, vamos ressocializar, colocar ele pra fazer curso técnico, porra nenhuma, já tá enraizado isso nele, de que o errado é o certo. Tem que trabalhar nas criancinhas, então a violência ela é fruto de toda uma falta de estrutura que não tá sendo dada pra sociedade, principalmente as mais humildes [Sic] (Informação verbal⁴⁹).

Igualmente conceitua o policial VBG15:

A violência ela tá ligada a toda essa estrutura da sociedade que já começa errado lá na base, essa falta de educação, de estrutura, saúde na sociedade, ela gera uma pobreza, desigualdades sociais que vão acabar refletindo na insegurança. Na relação ao tráfico, é, jovens na criminalidade, é muito mais fácil deles entrarem nesse meio [...] [Sic] (Informação verbal⁵⁰).

Nos depoimentos, identificam-se distanciamentos das ideias do matar, do combater, o que demonstra a interação policial como definidora de sentidos nas falas sobre a violência. As experiências desdobram-se em cenários em que as carências sociais se sobrepõem ao combate físico. Percebe-se que o estar nas ruas, ou estar armado, não são prerrogativas para acabar com a criminalidade. Na concepção dos policiais, a questão está enraizada por outros fatores, por isso não há como enquadrá-la somente pela perspectiva de enfrentamento. São relatos

⁴⁹ Coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁵⁰ Coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

conceituais diferenciados, entretanto, ainda assim são definições insuficientes para a complexidade do assunto. As concepções sobre a violência são marcadas por uma multiplicidade de perspectivas (COSTA, 2004; WIEVIORKA, 1997; PORTO, 2002; ARENDT, 2004).

Para os demais policiais, o entendimento sobre o tema é atravessado pelo combate entre o “bem e mal”. São narrativas muito semelhantes às midiáticas, em que predomina o discurso caracterizado pelo medo, o horror, em poucos casos há um desdobramento da violência com reflexões mais vigorosas acerca de problemas sociais ou de falta de políticas públicas como discussões necessárias para informar a sociedade sobre o tema, como aponta Costa (2011). Nesse sentido, observou-se proximidade na compreensão de violência como conflito, entre a narrativa dos policiais e o noticiário sobre o tema.

Considera-se importante apresentar esse recorte sobre o que os policiais pensam acerca da violência não com a intenção de aprofundar reflexões sobre a questão, mas com a intenção de entender como os policiais compreendem o sentido da violência. A proposta é estabelecer o elo sobre a questão entre o policial e a mídia, destacando aspectos de proximidade na construção do sentido sobre a violência entre ambos, claro, com interesses, diferenciações e finalidades comuns ao exercício de suas atividades.

4.5.2 O viver

A relação interativa do policial com a mídia foi adotada como compreensão do viver. Como vivência, foram traçadas as seguintes abordagens narradas pelos policiais: interesse por conteúdos de violência; o que pensam sobre esses conteúdos; contatos com os jornalistas, sugestões de pautas, as entrevistas e a confiança na relação. É necessário compreender de que forma os policiais identificam-se, interagem e percebem-se por meio da violência na mídia, assim como analisar as trocas e interações deles com os jornalistas.

Sobre os conteúdos de violência, doze policiais disseram acompanhar, interessar-se por notícias dessa natureza e declararam como justifica não ter outra opção, já que recorrentemente a mídia divulga o assunto. Seis deles relataram como motivo a questão do trabalho, como reforça o policial VBG05: “É porque é uma coisa que a gente combate né, é a mesma coisa do médico assistir algo sobre saúde, sobre coisas. Mesma coisa o policial, é uma coisa que está próximo da gente” (informação verbal⁵¹). Da mesma maneira compreende o

⁵¹ Coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

policial VBG03: “Sim, é justamente pra eu tá interagindo e sabendo do noticiário, tomando conhecimento do que tá acontecendo. [...] Aqui na minha área, por exemplo, trabalho na área do Guamá, quero saber o que tá acontecendo na área do Guamá [...] (Informação verbal⁵²). E ainda o policial VBG09:

[...] Querendo ou não ela tá correlacionada com o nosso serviço né, então, por exemplo, hoje Belém tem um grande índice de roubo a veículos, esse roubo a veículo é uma violência que vai gerar outra violência, e essa outra violência que vai ser gerada ela pode ser contra mim, contra um companheiro de farda [...] Faz parte do serviço de certa forma [Sic] (Informação verbal⁵³).

Percebe-se, nos relatos dos policiais, uma interação marcada pela reciprocidade, uma vez que as relações repousam na pré-condição de que as pessoas saibam alguma coisa uma das outras, como aponta Simmel (2009, p. 1): “A costumeira apresentação recíproca, seja numa conversa, seja no caso do contato no mesmo plano social, apesar de à primeira vista ser uma forma vazia, é um excelente símbolo da apreensão recíproca que é pressuposto de toda relação social”. O interesse pelos conteúdos na mídia é justificado por oferecerem algum tipo de conhecimento, informações relevantes a respeito da atividade do policial.

Divergentemente dos que declararam acompanhar, oito policiais disseram que não veem com frequência, não gostam ou evitam as notícias sobre violência porque consideram necessário esse distanciamento entre as experiências na rua e a rotina particular ou familiar. Um deles destacou que, no trabalho, a relação com a violência é difícil, portanto acompanhar esse tipo de noticiário representa desconforto e fardo, cria outras aproximações com a violência, já experienciada. Assim relata o policial VBG15:

[...] Procuo não ficar focando muito nisso quando eu estou em casa, porque já é uma carga pesada a gente tá trabalhando com isso, de tá vendo essas mazelas, violência constante. Em casa eu procuro, eu vejo mais pra me informar o que tá acontecendo, se aconteceu alguma coisa com alguém que eu conheço, mas procuro tá vendo outras coisas, vejo muito muitos canais no youtube falando sobre política, sobre questão de nutrição, musculação, essas coisas que eu gosto [Sic] (Informação verbal⁵⁴).

⁵² Coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

⁵³ Coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁵⁴ Coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

De modo semelhante, o policial VBG18 afirma que “não, não gosto, mas acabo me informando. Não gosto de tá vendo notícia de violência porque eu já vivo na violência” (Informação verbal⁵⁵). No relato, identificou-se que as experiências com a violência já são intensas no trabalho, fazem parte do viver, e em decorrência desse envolvimento na atividade, ele prefere distanciar-se desse tipo de conteúdo. Para o policial VBG20, a proximidade com esses conteúdos também é negativa, pois representa sentimento de impotência:

Evito, tanto que no dia da chacina que teve aqui no Guamá eu moro bem próximo, eu não fui olhar a aglomeração, mortos, não me interessa por isso. [...] Isso mexe com o psicológico da gente, a gente se sente impotente, quer dizer morreram onze pessoas, do lado da minha casa praticamente, eu não posso dizer nada e eu sou policial e aí não posso fazer nada, ou seja, a gente se sente impotente, a gente sabe que isso poderia ter acontecido com qualquer parente [...] [Sic] (Informação verbal⁵⁶).

No depoimento do policial VBG20, constata-se que a falta de interesse pelo conteúdo de violência se justifica por uma afetação emocional. As concepções diferenciadas nos depoimentos, acerca do interesse pelos conteúdos de violência, podem estar relacionadas a processos psíquicos individuais, uma vez que apreensão recíproca não é igual nas diversas relações entre os indivíduos (SIMMEL, 2009).

Com relação ao conteúdo sobre violência, os policiais relataram que há “exagero, banalidade, sensacionalismo e show”, expressões mais utilizadas em suas narrativas. Para os policiais, as notícias de violência só mostram morte, culpam a polícia e são produzidas para vender e chocar. Para o policial VBG04, há no noticiário a intencionalidade de impactar e a morte é assunto recorrente:

O principal objetivo das notícias é o impacto na sociedade, o impacto posso falar até um pouco negativo porque mostra muito, em regra mostra mais as coisa negativas que acontecem, mortes, que é a realidade né, a gente sabe que acontece, só que eles dão, nem tanto a liberal, mas outras emissora dão muita ênfase só na morte, morte, coisas que chegam até a aterrorizar a população, fica com medo de sair. Aumenta a sensação de insegurança [...] [Sic] (Informação verbal⁵⁷).

De acordo com o policial VBG05, a compreensão da violência como produto explica a preferência da mídia pelo tema:

⁵⁵ Coletada por meio de entrevista em 07/11/2019.

⁵⁶ Coletada por meio de entrevista em 11/11/2019.

⁵⁷ Coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

A violência vende, né, infelizmente, a violência é que faz o jornal ter ibope, a violência é que faz a revista vender, a violência gera lucro, infelizmente a gente vive em uma sociedade que é assim. Os programas se não tiver violência, ninguém assiste, isso aí já tá no ser humano mesmo. E assim, sensacionalizam né, fazem um alarde grande e isso aí repercute né. [Isso é ruim?] Eu creio que sim, porque a grande massa, tudo isso ela assiste e de uma forma ou de outra tudo isso vai entrando na mente da pessoa [...] [Sic] (Informação verbal⁵⁸).

Já para o policial VBG09, chama atenção a forma como as notícias são veiculadas, há suspense e encenação dos fatos:

[...] Então na minha opinião esse é um dos grandes erros que a mídia tem, de você não só dar a notícia, mas de querer fazer um circo daquilo. Eu até falei, por exemplo, o Pimenta é meu amigo pessoal, eu porra Pimenta eu tô de folga em casa eu fico puto assistindo teu jornal, já passou em todos os jornais, todo mundo já sabe. Aí, é exclusivo, é na hora da verdade, é aqui, é daqui a pouco. Aí passa dez centavos da notícia, aí como é uma grande ocorrência de grande relevância aí o cara quer saber o desenrolar, aí ele vai passa, isso ele falou meio dia, aí ele vai dar a notícia duas e meia da tarde. Então precisa todo esse circo, toda essa encenação, chega dá a notícia e pronto, como, por exemplo, é o jornal nacional [...] [Sic] (Informação verbal⁵⁹).

O mesmo pensamento é externado pelo policial VBG15:

Eu entendo que as notícias de violência na verdade é meio que uma indústria no Pará porque tem muito assunto então ela acaba sendo. Se parar a morte os programas vão acabar porque não vai ter sentido de existir, porque a maioria que dá manchete de fato é isso, então eu vejo um alarde uma coisa muito midiática assim em cima dessas coisas de violência, principalmente de homicídios que é meio que um show assim. É pra informar mas eu vejo um show em cima disso assim, dessa questão e eu entendo que são importantes né pra informar a população do que tá acontecendo, mas eu vejo mais essa questão como um, muito forte assim de fazer como se fosse um show utilizar a violência como se fosse um show tratada como entretenimento [...] [Sic] (Informação verbal⁶⁰).

No Quadro 04, destacam-se os apontamentos mais relevantes nos depoimentos dos policiais, sobre o interesse e o que percebem sobre os conteúdos de violência. Observa-se, nos relatos, uma considerável semelhança entre percepções deles. Para o policial VBG04, as notícias enfatizam a morte: “[...] mostra mais as coisa negativas que acontecem, mortes, que é a realidade né, a gente sabe que acontece, só que eles dão, nem tanto a liberal, mas outras

⁵⁸ Coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁵⁹ Coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁶⁰ Informação coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

emissora dão muita ênfase só na morte, morte, coisas que chegam até a aterrorizar a população, fica com medo de sair, aumenta a sensação de insegurança [...]” (Informação verbal⁶¹). O policial VBG10 manifesta-se da seguinte maneira: “acho que isso traz uma área negativa pra pessoa, eu acho que, principalmente ter essa rotina de acompanhar programas policiais, ele traz uma sensação de peso desagradável, acompanhar o problema das pessoas, a situação de desespero das pessoas [...]” (Informação verbal⁶²). Por sua vez, o policial VBG17 relata que o tema repassado é “[...] exagerado, sensacionalista, tem algumas ocorrências assim vultuosas que realmente merecem uma atenção especial agora tem certos casos assim que, um acontecimento não tem certa relevância assim, ou não tem um impacto criminal uma consequência tão grande e acaba se projetando” (Informação verbal⁶³).

Quadro 04 - Conteúdos de violência

Policial	Se interessa?	O que percebe?
VBG01	Sim bastante, reflete no trabalho	Joga tudo na polícia
VBG02	Vejo, mas não gosto	É muita falta de Deus
VBG03	Sim, para interagir	Só morte, não mostra lado bom do bairro
VBG04	Assisto	Geram medo, são exageradas
VBG05	Sim, é algo que combato	Vende, dá ibope, fazem alarde
VBG06	Sim, avalio ações policiais	Mostra realidade, não é bom
VBG07	Não, mas é o que passa	Banalização, exagerada
VBG08	Sim, faz parte do trabalho	Se tiver polícia, me coloco no lugar
VBG09	Sim, está relacionado com serviço	São feitas para vender, fazem circo
VBG10	Prefiro não ver porque já vivencio	Área negativa, peso desagradável
VBG11	Sim vejo, me chama atenção	Banalização, não assusta
VBG12	Não gosto, assisto porque passa	Vende
VBG13	Prefiro não ver porque já lido com isso	Repetitivo, não choca mais
VBG14	Não procuro, não preciso ver violência	Depende do canal, é sensacionalista
VBG15	Sim, mas procuro não focar porque já vivo isso no trabalho	É uma indústria, um show em cima da violência
VBG16	Não, evito, tento separar vida e trabalho	Pesado, sensacionalista
VBG17	Evito, não agrega, a gente já vive isso	Exagerado, escrachado
VBG18	Não gosto porque já vivo isso, mas acabo vendo	É dado muito espaço para violência
VBG19	Costumo ver, quero saber se houve algo perto de casa	São sempre os mesmos assuntos, assaltos
VBG20	Evito porque mexe com psicológico, me sinto impotente	Não há respeito com a família

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

⁶¹ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁶² Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁶³ Informação coletada por meio de entrevista em 07/11/2019.

Nos relatos sobre os conteúdos de violência, observam-se desaprovação, insatisfação e apontamentos acerca dos prejuízos desse tipo de noticiário para si, e para a sociedade, pois os referidos conteúdos não atribuem valor social à forma como as notícias são construídas. Ao mesmo tempo em que os entrevistados as reconhecem como realidade, eles também percebem uma transformação dessa realidade na mídia, mediante a linguagem utilizada, enfatizando recursos, como a repetição e o suspense dos fatos. Nos depoimentos, os policiais não associam esse tipo de noticiário como relevante para o cotidiano da atividade, mas apropriam-se deles, pela recorrência dessas informações.

Ao serem comparados os depoimentos de quem não se interessa ou evita com os daqueles que se interessam pelos conteúdos, constata-se que isso representa “reviver” interações e experiências com a violência, pela mídia, como relata o policial VBG10: “[...] eu prefiro não, não porque eu já vivencio isso, então nesse outros momentos eu procuro interagir de outra forma, evito, eu não faço questão” (Informação verbal⁶⁴). Ou ainda, como afiança o policial VBG08: “[...] faz parte do nosso trabalho, então de vez em quando a gente assiste, às vezes, aquilo que tá lá chama a nossa atenção pra gente ver o que podia ser feito, o que podia não ser feito, onde acertou, onde errou [...]” (Informação verbal⁶⁵).

Trata-se de novas interações, uma vez que, como aponta Thompson (1998), há diferentes formas de interações que se realizam presencialmente ou mediadas. Dessa mesma perspectiva, partilha França (2012), no entanto, a autora lembra que as interações guardam particularidades, que devem ser analisadas na singularidade de sua emergência, e acrescenta, “as interações são ainda ações coordenadas, nas quais agentes se influenciam reciprocamente, e em que a intervenção de um orienta e reflete a ação do outro” (FRANÇA, 2012, p. 41).

Para os policiais, o encontro com a violência da mídia é desagradável sobretudo pela maneira como as notícias são construídas. O que os policiais experimentam com a criminalidade não é associado, por eles, com o “exagero, a banalidade e o circo”, percebidos nos conteúdos midiáticos. Interessante observar que existe o entendimento deles, a respeito do uso de uma linguagem estratégica pelos veículos, como tentativa de garantir audiência, prender atenção por meio de uma abordagem vendável, atrativa e pesada, conforme acentua o policial VBG16:

É um conteúdo muito pesado que eles usam, eu vejo que é muito sensacionalismo, é, eu não gosto. Eles pegam, um exemplo, uma figura de uma mãe chorando em cima, eu acho muito forte, muito apelo, não sei se

⁶⁴ Coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁶⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

essa é a palavra. Mas eu acho muito forte mãe chorando, amigos chorando, aquilo me faz mal e passa uma negatividade [...] Acho que é uma coisa pesada, acho que, falando em relação a casa, tem que se filtrar certas coisas que entram na sua casa, então essas coisas negativas, pesadas, que eu sei que tem umas, uns fluidos negativos deixa pra fora [...] Mesmo convivendo com isso, eu prefiro viver aquela sensação, essa experiência no meu trabalho [Sic] (Informação verbal⁶⁶).

Os depoimentos reforçam o repúdio aos exageros e o desrespeito com que são produzidos os noticiários de violência. São narrativas e assimilações que dialogam com as reflexões de diversos autores, que discutem a relação entre mídia e violência (COSTA, 2011; BUCCI, 2001; BELARMINO COSTA, 2002; CHAÚÍ, 2006; DEBORD, 2003). Ou seja, os policiais compreendem e reprovam claramente violência e espetacularização, como elementos correlacionados. Para Morin (2011), o espetáculo é uma formatação da cultura de massa, sendo a violência seu diferencial nos veículos de comunicação:

Mas o que a diferencia das outras culturas é a exteriorização multiforme, maciça e permanente da violência que jorra dos *comics*, da televisão, do cinema, dos jornais (sensacionalismo, acidentes, catástrofes), dos livros (série negra, policial, aventura). Bofetadas golpes, tumultos, batalhas, guerras, explosões, incêndios, erupções, enchentes assaltam sem cessar os homens pacíficos de nossas cidades, como se o excesso de violência consumido pelo espírito compensasse uma insuficiência de violência vivida. (MORIN, 2011, p 108).

No entanto, ao mesmo tempo em que os policiais demonstram rejeição aos conteúdos de violência na mídia, nenhum deles se percebe como responsável pela violência. Assim, identificam-se, a partir das falas dos policiais, sentidos diferentes de violência. Isto é, a violência divulgada pela mídia e a violência vivenciada por eles nas ruas. Atesta-se, nas narrativas dos policiais, ausência de autocrítica sobre a participação deles nesse tipo de conteúdo que a mídia constrói. Os policiais não colocam sobre si responsabilidades quanto a essas construções midiáticas. Eles não refletem sobre a cooperação policial no que tange ao “exagero e sensacionalismo”, por eles criticados. Essa anulação de si, é questionável, uma vez que as forças de segurança, os policiais militares, são estrelas do noticiário da violência (RAMOS E PAIVA, 2007).

Os policiais são fontes recorrentes no noticiário acerca da criminalidade, dos fatos do cotidiano ligados à segurança pública. Em decorrência do contato com jornalistas e das

⁶⁶ Coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

entrevistas concedidas, percebe-se a colaboração substancial com a construção das notícias sobre a violência.

Nos depoimentos, depreende-se uma prática comunicacional marcada pela sociação, a relação uns com os outros, apontada por Simmel (2007). Mediante as reflexões do autor, percebe-se que o policial, a violência e a mídia não existem por si sós, mas dependem uns dos outros. Nessa interação, os conteúdos de violência reforçam a sociabilidade. Sendo assim, adotou-se a interação face a face, entre o policial e o jornalista, como outra configuração relevante do viver. Nas entrevistas, identificou-se que oito policiais possuem o contato pessoal de jornalistas e catorze costumam sugerir pautas e já foram entrevistados várias vezes, como destacado no Quadro 5.

Quadro 5 - Contato policiais e jornalistas

Telefone de jornalistas?	Sugestão de pautas?	Entrevistas?
8 policiais	14 policiais	14 policiais

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Observa-se que um número expressivo de policiais possui na agenda o contato de repórteres, pois, para eles é importante possuir o número da imprensa para eventuais necessidades de divulgação do trabalho. A maioria dos policiais valoriza a interação com jornalistas mediante a sugestão de pauta, porque costumam informar sobre operações ou prisões na atividade e, conseqüentemente, dar visibilidade ao fato na mídia. Avalia-se que os critérios adotados para as sugestões são paradoxais, como se confere no relato do policial VBG18:

Costumamos sim informar ocorrência para que venha haver publicidade das nossas ocorrências, como digo a produtividade, mostrar que o vigésimo batalhão tem um destaque operacional [Para qualquer situação liga para imprensa?] Não, não, existem situações para não colocar aquela família, no caso assim suicídio não é bom veicular isso, acho melhor não expor [E se encontrou vinte petecas de cocaína?] Sim. [Sic] (Informação verbal⁶⁷).

No depoimento, há incoerências e contradições, pois, no caso de suicídio, há respeito com a dor de outrem, em contrapartida, na apreensão por tráfico, não há respeito com o direito de imagem do criminoso. Portanto, há também uma separação entre indivíduos do bem e indivíduos do mal, ou seja, os que devem ser protegidos e os que devem ser expostos e massacrados pela mídia.

⁶⁷ Informação coletada por meio de entrevista em 07/11/2019.

Após as análises, verificou-se que as sugestões de pautas visam enaltecer a ação policial, questão claramente identificada durante a etapa exploratória desta pesquisa, em que foram observadas inúmeras reportagens divulgadas no programa Balanço Geral da Record Belém. Constatou-se que situações de furto, de brigas, casos rasos de investigação já ganham visibilidade por meio de narrativas colaborativas entre o policial e o repórter.

A palavra relevância foi a mais utilizada pelos policiais quando questionados sobre as sugestões a jornalistas ou emissoras. No entanto, é importante destacar que, no contexto dessas sugestões, o contato pode ocorrer primeiro por parte dos jornalistas também, que ligam, perguntam e então os policiais sugerem possíveis ocorrências. Sobre solicitar a presença de jornalistas ou equipe de reportagem durante ocorrências, o policial VBG01 declara:

Dependendo da gravidade, se for ocorrências corriqueiras a maioria das vezes eles que nos procuram, mas quando a gente verifica algo, por exemplo, que vai chamar a atenção da opinião pública, a gente já informa de imediato até mesmo para não chegar a informação deturpada. A gente já informa, olha tá tendo uma ocorrência com refém, a situação já está controlada e possivelmente a gente já deixa em condições porque infelizmente ou felizmente uma das exigências é exatamente essa, a presença da imprensa [Vocês tem autonomia pra falar, dar entrevista?] Sim, sim nós temos essa autonomia, logicamente a gente consulta nossos superiores hierárquicos dependendo da situação, por exemplo, a chacina do Guamá a ordem para não conceder entrevista e aguardar o pronunciamento oficial chegou depois porque a gente por estar em via pública ali se depara com a situação, aí vem um repórter e outro com uma situação aí de imediato a gente já passa [...] [Sic] (Informação verbal⁶⁸).

As interações observadas nesta narrativa funcionam para policiais como estratégia para dar visibilidade às suas ações e para os repórteres como necessidade de produzir conteúdo para os programas policiaiscos. Consta-se que os encontros na rua são fundamentais na construção das notícias sobre a criminalidade, ratificando a predominância de uma comunicação relacional entre os sujeitos, policial e jornalista, na relação da polícia com a mídia (FRANÇA, 2005).

Em muitos momentos, a ordem institucional para não conceder entrevista, em casos de grande repercussão, a exemplo da chacina do Guamá em maio de 2019, decorre depois. Como mencionado no primeiro capítulo, apesar de haver normativas da assessoria de comunicação da Polícia Militar do Pará sobre a relação do policial com a mídia, é possível atestar, pelas

⁶⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

narrativas dos policiais ouvidos, que eles não seguem a rigor essas orientações. Somente dois militares, nunca entrevistados, externaram que a relação com a mídia deve ocorrer pelo departamento responsável, a assessoria de comunicação.

Outro aspecto a destacar diz respeito à hierarquia estabelecida entre um grupo de militares que compõe uma viatura. Por exemplo, se houver disposição pessoal, consenso e autorização para conceder entrevista, então essa definição entre eles é determinante para que a entrevista aconteça. A relação interativa evidencia-se claramente, uma vez que mais da metade dos policiais já foram entrevistados mais de uma vez, ou inúmeras vezes. Pela rotina nas ruas, nem sempre eles conseguem acompanhar a exibição da entrevista. Nas avaliações de como se viram, nenhum policial externou incômodos com o processo de edição, nas entrevistas concedidas eles compreendem que se portaram bem, com objetividade.

Entre os policiais que declararam nunca terem sido entrevistados, a principal justificativa apresentada foi preocupação com a segurança pessoal. Para eles, é muito arriscado se expor na mídia, principalmente porque moram em áreas periféricas de Belém, e a exposição midiática potencializa que o policial seja identificado por criminosos e torne-se alvo da criminalidade. Observa-se que os critérios adotados para não conceder entrevista não possuem ligação com possíveis preocupações sobre a construção das noticiais ou a visibilidade para a atividade militar.

Das relações pactuadas ou não pactuadas, mediante essas sugestões, contatos e entrevistas, considera-se a confiança na mídia como outro sentido importante para a compreensão das percepções que os policiais têm sobre si. Durante a entrevista, a confiança foi entendida como significado de segurança, crença ou credibilidade, concedida pelos policiais à mídia. Quando questionados sobre o tema, realizaram longas pausas para responder, acompanhados de risos ou ainda brincadeiras e ironias nas narrativas. As respostas foram assim descritas: dez policiais disseram que não confiam, sete policiais declararam que confiam em parte, e apenas três policiais afirmaram confiar. Há um equilíbrio entre o não confiar e o confiar em parte, já a confiança total é muito pequena porque as notícias são apontadas como tendenciosas, prejudicam, como declara o policial VBG07:

[...] Égua paciência com essa mídia, quase zero porque um amigo meu, na época trabalhei com ele, era tenente, ele foi embora daqui por causa de um repórter, foi confiar num repórter, foi transferido daqui pro interior [...] [O que ele fez?] Nada ele confiou no repórter, o repórter chegou com ele, disse assim, ei eu posso fazer uma entrevista com o senhor porque eu estou vendo um monte de viatura parada, porque foi numa época que o governador cortou combustível e tal né, aí ele disse não, não dou entrevista, eu não posso falar

até mesmo por causa do comandante geral, do governador, eu não posso ir de contra, eu sou do estado, eu represento o estado. Não mas a gente viu um monte de viatura parada, realmente estão sem combustível? Ele disse, não rapaz não falei que eu não vou falar, aí o cinegrafista, não tá bom, eu não vou ligar aqui, vou desligar aqui a câmera, e o miserável não desligou, botou só a câmera aqui em baixo e ficou ligado o áudio [...] Depois saiu no jornal [Sic] (Informação verbal⁶⁹).

A confiança na mídia é balizada nas experiências diretas ou indiretas com repórteres, principalmente quando elas representam consequências na atividade. Ao descrever o ocorrido com o colega de farda, constatamos a ênfase atribuída na atitude “astuciosa” da equipe de reportagem, talvez como um apontamento para ausência de limites no que repórteres são capazes de realizar em prol de uma notícia. A confiança em parte, declarada por um número considerável, é marcada pelas compreensões de interesses políticos existentes na mídia, pelos recortes feitos no processo de edição ou ainda por peculiaridades de emissoras. Para o policial VBG15, a confiança na mídia está sujeita a avaliações pessoais sobre o modo como determinado noticiário costuma comunicar informações da polícia.

Difícil essa pergunta porque vai depender muito da questão do veículo né, não tenho tanto contato assim com a mídia mas eu acredito que depende do programa, depende do meio que tá sendo informado, tem meios que parece mais insetos [Consegues exemplificar?] Bom eu acredito que é uma coisa histórica entre a Liberal que há uma certa rixa, eu percebo que a Record, Rba, mostram de outra forma [Como mostram?] Geralmente a Record mostra de uma forma não colocando o policial tanto em cheque de uma forma negativa e eu percebo que a liberal já coloca, foca muito assim na questão do policial quando tem uma atitude errada, foca bastante nisso e acaba refletindo na gente [...] Eu acredito que a mídia quer mostrar certas situações mas às vezes acaba mostrando de forma errada ou parcial [...] Confio em parte [...] [Sic] (Informação verbal⁷⁰).

Para os três policiais que disseram confiar na mídia, as justificativas apresentadas são de que na imprensa existem excelentes profissionais; a mídia exhibe a realidade ou ainda de que ela não divulgaria fatos inverídicos, como declara o policial VBG12: “confio que ela não vai me vender uma notícia falsa porque ela sofre as consequências, ela vai falar a verdade. Mas você pode escolher, então é subjetivo porque você pode escolher quanto tempo eu vou falar, do que vou falar, do que é relevante [...]” (Informação verbal⁷¹). Nesta fala, evidencia-se ainda que a “veracidade” da informação passada pela mídia não escapa ao entendimento de

⁶⁹ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁷⁰ Informação coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

⁷¹ Coletada por meio de entrevista em 31/10/2019.

que existem recortes subjetivos na escolha das imagens e nas falas dos entrevistados. A confiança é pautada em embasamentos triviais, uma vez que as explicações apresentadas pelos policiais que disseram confiar têm muita relação com a questão visual daquilo que as imagens mostram, ou seja, não pareceu existir uma compreensão mais aprofundada sobre a existência de possíveis mecanismos intencionais na construção dos fatos.

Nas considerações gerais apresentadas sobre a questão da confiança na mídia, destaca-se que, apesar das narrativas enfáticas de desconfiança, incerteza, descrença, cisma ou temores por eles empregadas para classificarem o assunto, observa-se que a ausência total ou a pouca confiança não eliminam a existência de uma relação, haja vista eles não deixarem de manter essas interações por meio de contatos, sugestões de pautas, entrevistas ou assistir o noticiário. O que pode ocorrer em muitos casos é a existência de uma atitude seletiva por parte de alguns policiais, que podem estabelecer recusas na aproximação com determinados repórteres e ou emissoras.

Nos encontros interacionais, aponta Goffman (2012), confiança e boa imagem são sempre tentativas, possibilidades complexas entre os sujeitos. A experiência anterior, quando há, serve para a construção de uma relação confiável, mas ainda assim não é suficiente para o confiar. Ao se refletir acerca da confiança do policial com a mídia, essa confiança é identificada como mais um reforço das interlocuções entre esses sujeitos, uma vez que, relações constituem o sujeito, sejam confiáveis ou não, “sujeitos que falam um com o outro, produzidos nos e pelos laços discursivos que os unem. Sujeitos não antecedem a relação, mas resultam dela, sejam elas relações de conjunção, de associação ou de conflito” (FRANÇA, 2005, p. 12).

Nas narrativas sobre como percebem a relação polícia e mídia, eles sempre condicionam que a reciprocidade e a harmonia, entre ambos, dependem das perspectivas do cenário político, de interesses, do profissional de quem falamos ou do veículo, como reforçam os seguintes policiais:

Policia VBG01:

Eu acho que isso gira muito em torno do contexto político, né, a mídia que está contra, a mídia que está a favor ao governo. Então eu acho que infelizmente a política está sobrepujando a isso e não deveria ser assim né [...] A primeira relação é a de segurança de quem está fazendo a mídia, está nesse terreno conosco, por exemplo, se a mídia quer fazer uma reportagem e demanda risco como uma ocorrência com a tomada de refém em que é difícil resguardar um perímetro e dentro do protocolo há esse espaço pra mídia, então a primeira relação de entendimento está aí, reside aí [...] Então a gente

cede o espaço mas com segurança e a partir daí eu acho que a relação é bem harmoniosa, tirando a questão política, né [...] [Sic] (Informação verbal⁷²).

Já para policial VBG07,

É um jogo de interesses, a mídia com a polícia, tanto por parte do policial que ele quer aparecer e tanto pela mídia que quer também vender, então ela quer audiência. Eu não tô ali porque tu é meu amigo, tu é o major que eu vou te acompanhar pra ti ir filmando na tua operação, não a mídia ela quer ter a audiência dela, mostrar a operação porque o povo gosta, a população gosta quer ver e eu sou comandante e autorizo tu ir junto comigo porque eu quero aparecer, então é um jogo de interesse, tu pede favor [Sic] (Informação verbal⁷³).

E também no relato do policial VBG10,

Ela é temporal e política, a gente tá vivendo isso, a gente tá vivendo isso. A gente passou um bom tempo sendo massacrados por um veículo de comunicação e muda governo aí a gente vê o outro lado de certa forma agora é, em algumas matérias também massacrando a instituição e o outro que massacrava agora sempre conta situações sempre buscando o lado positivo [...] Então é uma relação conflituosa, temporal e sempre ligada pelo lado político [Sic] (Informação verbal⁷⁴).

Para o policial VBG17, o relacionamento “[...] depende muito da emissora e da repórter porque depende da modalidade de reportagem, da modalidade de comportamento do repórter, às vezes têm certos repórteres que deturpam muito a situação, outros pouco menos, outros falam mais próximo da verdade” (Informação verbal⁷⁵). Constatam-se, nos relatos de doze policiais, definições entrelaçadas por inconstância, cooperação, conflito, necessidade e interesse. Percebe-se que não há uma generalização de que a relação seja ruim, ela pode também ser boa e amistosa, no entanto, ficam evidentes as oscilações nas falas, que aparecem de modo condicionante. Verifica-se que a vida cotidiana é partilhada com os outros de diversas maneiras, no viver interativo dos policiais, a mídia pode ser entendida como o outro, ela é apreendida nas interações entre jornalistas e policiais (BERG; LUCKMANN, 1985; SIMMEL 1983).

De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. Sei que minha atitude natural com

⁷² Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

⁷³ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁷⁴ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁷⁵ Informação coletada por meio de entrevista em 07/11/2019.

relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objetivações graças às quais este mundo é ordenado [...] Sei também, evidentemente, que os outros têm uma perspectiva deste mundo comum que não é idêntica à minha. Meu “aqui” é o “lá” deles [...] Sei que há uma contínua correspondência entre meus significados e seus significados neste mundo que partilhamos em comum, no que respeita à realidade dele. (BERG; LUCKMANN, 1985, p. 40).

O viver cotidiano dos policiais estar continuamente em interação com os outros indivíduos, com a mídia, com a sociedade, de modo intersubjetivo, como apontam (BERGER E LUCKMANN, 1985). Os policiais vivem em um mundo de sinais e símbolos cotidianamente.

4.5.3 O perceber

Para analisar as percepções que os policiais têm sobre si na mídia paraense, consideram-se dois pontos fundamentais: primeiro é a identificação dos veículos de comunicação que costumam se informar; e o segundo é a atividade profissional, ou seja, o que eles percebem nas notícias em relação à atuação da polícia, à atuação do policial e o assassinato de policiais.

Identificou-se, nos depoimentos, que o policial se enxerga representado por uma concepção institucional e individual, nas duas formas, é ele, o policial, quem está em cena na mídia, nas notícias.

As percepções que os indivíduos têm estão amarradas aos sentidos físicos (o tocar, o olhar, o ver, o ouvir), ou sociais constituídos a partir das interações na vida social. Para identificar como os policiais se percebem na mídia, foi essencial saber para qual veículo eles olham, quais meios usam para se informar no cotidiano.

Durante as entrevistas, foram apresentados aos entrevistados alguns veículos de comunicação, como: televisão, rádio, internet, jornal impresso. Nesse questionamento, todos eles citaram a internet e a televisão como os veículos utilizados para se informar. Dezesesseis policiais ordenaram a internet em primeiro e a televisão em segundo, e os demais escolheram os mesmos, mas na ordem inversa. Ou seja, eles reforçam que no cotidiano a internet é predominantemente mais utilizada para o conhecimento sobre os fatos ocorridos e a televisão aparece logo na sequência.

A internet, narrada por eles como o principal ambiente em que buscam ou recebem as informações, configura-se pelo uso das redes sociais, sobretudo pelo WhatsApp⁷⁶, todos se referiram a este aplicativo nos depoimentos. A internet compreendida como ferramenta de acesso, consulta, pesquisa de sites ou portais de notícias foi assimilada dessa forma por poucos policiais, quatro somente, sendo que esses também consideram o WhatsApp como parte desse universo online. De modo substancial, o entendimento da internet como fonte de informação foi reduzida a essa interação, por meio de mensagens, vídeos e fotos que costumam circular nesse ambiente digital, como reforça o policial VBG09:

[...] O melhor meio de comunicação são os grupos de WhatsApp da polícia que a ocorrência é passada de forma íntegra mesmo, não tem corte, não tem blá blá blá, não tem texto tentando vitimizar o vagabundo. Olha aconteceu isso e isso, esse vagabundo tem catorze passagens, ele tava roubando, trocou tiro, fez uma mulher refém, ele se fudeu e pronto. O meio mais confiável pro policial militar hoje são os próprios grupos de policiais militares [...] [Sic](Informação verbal⁷⁷).

Quando os policiais retratam o uso do WhatsApp, os mesmos estão relacionando as informações recebidas, de modo interno, dos grupos criados pelos policiais, sem participação de outras pessoas. Essa informação tem mais um caráter ‘privado’ que somente eles têm acesso. Consideram as informações confiáveis na medida que elas são disponibilizadas pelos próprios policiais para policiais, mas que chegam de maneira diferenciada nos veículos de comunicação. Por isso, muitas vezes, questionam as informações publicadas ou divulgadas nos veículos.

No depoimento do policial VBG09, percebe-se a preferência pela objetividade policial na narrativa do fato, por ela não se tratar de uma construção jornalística, pois a premissa da informação envolve outros elementos, por exemplo, ouvir mais de uma fonte. Nos depoimentos sobre o uso do aplicativo, para os policiais, o WhatsApp representa uma espécie de ambiente paralelo da atividade profissional. Todos disseram fazer parte de grupos policiais ou grupos do trabalho, onde as trocas de informações do cotidiano policial, da rua e da

⁷⁶ O WhatsApp foi fundado em 2009, nos Estados Unidos, por Brian Acton e Jan Koum. Nascido como uma alternativa para as mensagens via SMS, o aplicativo se consagrou em todo o mundo como uma das plataformas de comunicação mais populares entre os usuários. Em fevereiro de 2014, o WhatsApp foi comprado pelo Facebook, mas continua operando como um app independente. O aplicativo oferece aos usuários serviços de mensagens de texto e áudio criptografadas, chamadas de voz e vídeo, envio e recebimento de diversos tipos de arquivos. O WhatsApp tem, atualmente, mais de 1 bilhão de usuários e está presente em mais de 180 países. Disponível: <https://canaltech.com.br/empresa/whatsapp/>. Acesso em 06/01/2020.

⁷⁷ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

instituição são recorrentes e significativas para eles. As mensagens compartilhadas entre eles foram comparadas com as notícias dos jornais. Assim declara o policial VBG09:

[...] Se você for ler, se pudesse ler, ter o contato de ler uma notícia de violência num grupo operacional da polícia você vai receber aquela notícia de uma maneira objetiva, de uma maneira bem direta e esclarecida. Olha aconteceu isso, eram três elementos, dois estavam armados, um de pistola, um de trinta e oito, eles roubaram cinco pessoas e foram em direção a Almirante barroso. Se você for, por exemplo, assistir essa notícia num jornal, ou se você for ler num jornal impresso, você vai ver uma, como é que eu posso dizer ali, eu nem sei a palavra, mas eles vão enfeitar aquilo, porque a ideia ali não é somente passar aquela notícia pra você, é prender a sua atenção pra eles venderem aquilo pra você [...] [Sic] (Informação verbal⁷⁸).

Observa-se que certas narrativas jornalísticas incomodam os policiais, pois as informações que receberam nos grupos de aplicativos se diferenciam nos veículos de comunicação. Relatam que, por vezes, as informações divulgadas nos veículos tradicionais objetivam apenas audiência.

Porém é importante entender que ao responderem que se informam dos fatos do cotidiano pelo WhatsApp, eles estão na verdade reforçando muito mais uma dinâmica interacional do trabalho policial e não necessariamente fazendo referência a uma construção das narrativas jornalísticas. Os conteúdos compartilhados entre eles estão sempre relacionados às operações, prisões e à violência urbana, que naturalmente também passou a ser disseminada nas redes sociais. O policial VBG04 diz que “[...] Tenho um grupo de policiais que é aqui do vigésimo batalhão, a gente fala sobre o que acontece no dia a dia, prisões, tem informações sobre meliantes e também a escala de serviço e os outros grupos são normais [...]” (Informação verbal⁷⁹). De modo parecido comenta o policial VBG02: “[...] No meu trabalho a gente participa de vários grupos porque a gente tem as companhias, quatro companhias e geralmente eu tô em grupo e a gente fica informado bem rápido dos acontecimentos” (Informação verbal⁸⁰).

Para os policiais, esse ambiente online representa um espaço de credibilidade e apreciação das “notícias”, uma vez que, pelo WhatsApp há um protagonismo policial na construção dos fatos relacionados à criminalidade, como afirma o policial VBG01:

[...] Utilizo diariamente até porque a gente tem que tá atualizando as informações, muitas informações referentes a segurança pública elas passam a ter, vamos dizer assim, uma consistência e uma fidelidade maior por meio

⁷⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁷⁹ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁸⁰ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

do policial que está no dia a dia na rua, que é o oficial do dia que vai lá. Por exemplo, um homicídio, ele vai no local, além de preservar o local de crime pra chegada dos órgãos competentes que vão fazer a perícia, como o IML, ele levanta as informações preliminares, então essas informações ele coloca em forma de relatório e é a informação de quem está no terreno, no local. Aí já entra os outros meios disponibilizados pela própria instituição, pelo sistema de segurança pública, aí já levanta informação se quem foi vítima do delito tem passagem pela polícia, se responde, se tem uma vida dedicada ao crime e essas informações passam a ser fidedignas [...] [Sic] (Informação verbal⁸¹).

Não há como considerar que eles estejam informados no sentido social, amplo e plural sobre os fatos que ocorrem na cidade, mas como já colocado anteriormente, observa-se na verdade um procedimento comum em relatar as ocorrências policiais, agora de maneira mais rápida e otimizada pelas redes sociais. Essa dinâmica informa, mas ela é questionável em seus efeitos e na performance informativa pelo uso do WhatsApp. Outra questão analisada demonstra que, pelo aplicativo, não existem percepções de si nas mensagens compartilhadas, ou seja, eles são participantes desses compartilhamentos, mas pela maneira como se desenvolvem as trocas, não há concepções ou juízos sobre como são informações sobre a polícia e o policial nesses ambientes digitais.

Se, por um lado, frequentemente eles se informam primeiro pela internet/WhatsApp e nesse ambiente não há como traçar o que pensam das notícias sobre eles, há então a segunda opção apresentada pelos policiais, a televisão. Por meio desta, avaliou-se como eles se percebem na mídia. Simultânea à internet, eles costumam assistir ao noticiário da televisão para ter acesso às informações sobre os fatos do cotidiano. Nos relatos sobre como veem as notícias, fazem referência aos procedimentos técnicos comuns à linguagem televisiva. Ao mesmo tempo em que parte dos policiais declara não assistir com frequência pela própria impossibilidade, já que trabalham na rua, ao serem questionados sobre o que percebem na mídia sobre a polícia e o policial, automaticamente as concepções referem-se à maneira como a televisão apresenta.

As percepções sobre si na mídia, demarcadas por eles na televisão, reforçam ou relacionam com a apropriação dos conteúdos. Eles citam jornais, emissoras, mesmo não assistindo diariamente. Eles apontam, reclamam das ênfases e generalizações feitas nas coberturas sobre a polícia e o policial.

Sobre as notícias da atuação da Polícia Militar Pará, o policial VBG01, relata que “[...] depende muito do ponto de vista de quem está noticiando, né, se for uma veiculação contra o

⁸¹ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

governo eles vão falar mal, isso aí não tenha dúvida. Agora como eu te falei a gente procura enaltecer o trabalho da melhor forma possível [...]” (Informação verbal⁸²). Para o policial VBG 05, “[...] o que repercute sobre a polícia militar, é o lado negativo né, a polícia militar pode lucrar êxito em uma infinidade de coisas, mas o que entra em evidencia, as vezes é a postura errada [...] lado negativo é que repercute, o lado positivo repercute pouco” (Informação verbal⁸³).

Segundo o policial VBG10, as ações preventivas são pouco valorizadas pela mídia,

Eu acho que, eu continuo com aquela minha crítica de que o trabalho da polícia ele é visto somente pelo lado repressivo, que seria na sua essência a falha do sistema, é isso que é mostrado. Não é mostrado pela imprensa é, nossos trabalhos preventivos, o nosso trabalho de conscientização de jovens, isso não dá mídia, isso não dá louros pra os programas televisivos, então eles preferem mostrar desvios de conduta do policial [...] [Sic] (Informação policial⁸⁴).

Para o policial VBG15, as notícias sobre a polícia são preconceituosas:

Eu percebo que geralmente as notícias elas já vem carregadas um pouco de um certo preconceito, carregadas de uma, de um viés assim ideológico, já tem uma ideia pré formada assim pra tentar passar aquela notícia que a gente acaba só vendo, só que quando eu não era policial eu tinha uma visão diferente, eu não procurava saber o que eu via é como se fosse um dogma ali uma coisa irrefutável, eu não questionava, se a mídia tá falando isso é porque essa é a realidade e hoje em dia acontece uma situação aqui no batalhão que eu sei como tudo aconteceu e quando eu vejo nos noticiários é de forma diferente, notícia parcial, eu vejo que nem foi assim que aconteceu [...] [Sic] (Informação verbal⁸⁵).

As queixas, nas percepções dos policiais, sobre o noticiário sobre a polícia e sobre si, foram destacadas no Quadro 8.

Quadro 8 - Percepções das notícias

Atuação da Polícia Militar Pará	Atuação do policial
Dependem de questões políticas São taxativas Repercutem somente aspectos negativos São exageradas	Cobram como se fossem heróis Generalizam que todo policial é ruim Crucificam policiais Não mostram policiais corretos

⁸² Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

⁸³ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁸⁴ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁸⁵ Informação coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

Denigrem São parciais Não mostram ações preventivas Criticism Polícia sempre mata, nunca defende Distorcidas para vender Crucificam erros	Não individualizam Enfatizam erros São preconceituosas Mostram que policial matou, nunca que salvou Com estereótipos São sensacionalistas
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As narrativas sobre como percebem o noticiário acerca do trabalho da polícia, segundo eles, são identificadas como peso político na maneira como as notícias são construídas, apontando uma demasiada preferência jornalística somente por abordagens negativas e sentem prejuízos na imagem da instituição porque quase nunca outras iniciativas da atividade ganham visibilidade. Muitos relataram que o erro policial deve sim ser informado, mas há entre os policiais muitos incômodos e rejeições com as notícias em decorrência de uma desproporcionalidade no todo, não há muita verossimilhança no noticiário acerca da polícia, como relata o policial VBG10: “[...] O trabalho da polícia ele é visto somente pelo lado repressivo, que seria na sua essência a falha do sistema, é isso que é mostrado. Não é mostrado pela imprensa, é, nossos trabalhos preventivos, o nosso trabalho de conscientização de jovens, isso não dá mídia, isso não dá louros para os programas televisivos [...]” (Informação verbal⁸⁶).

Do mesmo modo, compreende o policial VBG08, pois há um desequilíbrio nas escolhas, um apagamento, uma supervalorização sobre os aspectos ruins do trabalho, afirma: “Na mídia, normalmente, eles enfatizam muito as notícias ruins sobre o trabalho da polícia militar, as notícias boas são meio que, não muito divulgadas até mesmo não muito enfatizadas. Mas quando é ruim elas são muito enfatizadas e ganham grandes proporções [...]” (Informação verbal⁸⁷). Eles apontaram que nas narrativas há uma cobrança excessiva nas reportagens sobre o trabalho da polícia, como declara o policial VBG03:

[...] Sim tem partes aí que é boa, mas tem parte que é ruim, tem parte que eles taxam muito a polícia militar do estado do Pará, eles acham que a gente deveria dar nosso cem por cento mais do que a gente já dá, né, a gente dá nosso gás, tem dias aí que a gente não para, a gente não ganha hora extra, nossa carga horária nem aparece no contra cheque, né, o policial militar ele entra, por exemplo, sete da manhã é pra ele sair sete horas da noite, as vezes

⁸⁶ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁸⁷ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

ele vai sair onze horas, meia noite, [...] Se tu trabalha um por cento errado a mídia cai em cima de ti [Sic] (Informação verbal⁸⁸).

No depoimento acima, evidencia-se, segundo os policiais, que da polícia são cobradas respostas para resolver o problema da violência. Observa-se que, nos crimes noticiados, os policiais sentem-se cobrados, os fatos na mídia costumam ser associados à falha ou ausência da polícia, poucas vezes são abordados por perspectivas mais amplas, de segurança pública. Percebe-se ainda, no relato acima, uma insatisfação do policial, frente a pouca visibilidade sobre as condições de trabalhos e as dificuldades na rotina. O alvoroço e exagero na mídia, sobre o trabalho da mídia, são vistos como desnecessários, afirma o policial VBG09:

São exageradas, são exageradas, eu mesmo já troquei tiros com vagabundos, aí aquela Célia Pinho né, que trabalha lá com o Pimenta, que é a repórter dele, ela fez um alarde de uma ocorrência, troca de tiros, não sei o que, foi tudo aquilo, foi, foi realmente, teve perseguição, teve troca de tiros, vagabundo baleado, estilhaço de tiro pegou no meu braço, desloquei meu dedo, mas é tipo assim, não precisava todo aquele enxame dela [...] [Sic] (Informação verbal⁸⁹).

Constatou-se que os policiais fazem relações e referências a emissoras, repórteres, programas televisivos. Em alguns momentos, eles identificam o nome de jornais para indicar preferências, ou citam para apontar críticas sobre as notícias. As TV Liberal, afiliada à rede Globo em Belém e a Record Belém, foram as duas emissoras mais citadas pelos policiais, quando questionados sobre a quais programas e emissoras assistem:

Policial VBG02,

[...] Quando eu tenho tempo, jornal liberal, que eu já nem coloco nesses outros jornais que eu já nem gosto porque já convivo com isso, quando tenho um tempinho é jornal liberal, jornal nacional. [Por que assiste esses?] Porque é menos noticiário como a gente diz no quartel, sangrento, é menos noticiário. Os outros são notícias muito ruins, eu procuro evitar porque já convivo com isso [Sic] (Informação verbal⁹⁰).

Sobre os programas televisivos, o policial VBG10 também reforça que

[...] De polícia eu não gosto, eu não gosto de ver notícia de polícia porque acho muito apelativo, eu tenho até os apelidos desses programas, câmera nervosa é um programa apelativo que coloca a instituição as vezes em uma

⁸⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

⁸⁹ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁹⁰ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

situação de descrédito, desconfiança. Eles estão com a intenção de elevar o nome da instituição, mas pra gente que labuta nessa área a gente vê erros e falhas que não deveriam está sendo mostradas como são. Então eu particularmente não gosto, procuro não assistir é, programas Joaquim Campos, Renê, eu não gosto, Datena, eu não gosto [...] Porque na verdade quando ele tá mostrando isso, ele tá falando olha a polícia falhou, o crime aconteceu porque nós não fomos preventivos, então tu tens um objetivo de enaltecer o trabalho da polícia, mas no fundo aquilo ali é o que? É a prova de que nós falhamos em nosso objetivo constitucional que é evitar o crime. [...] Eu procuro não assistir, eu não dou audiência pra esse tipo de jornalismo por essas críticas minhas né. [...] Mas a nossa sociedade, é uma sociedade desinformada, uma sociedade que gosta de espetáculo, então eles batem palmas pra isso, batem palmas pra isso. Muitos também por questões políticas, a ascensão, procuram ter uma relação, as vezes até mais estreitas do que deveriam com certos canais de televisão, as vezes até em busca de promoção pessoal, pra facilitar uma promoção lá na frente [Sic] (Informação verbal⁹¹).

Algumas comparações no noticiário são destacadas pelo policial VBG04, a saber:

[...] Cada um tem uma abordagem diferente, um é mais sensacionalista, a outra tem um perfil diferente de abordar o noticiário policial, por exemplo, se um policial fizer um erro aí vão botar que a PM errou, não foi o policial, principalmente a liberal tem mais esse viés, a PM matou cachorro, não foi a PM, foi o cidadão que errou lá e que matou o cachorro, mas eles põem que foi a polícia, querendo ou não tá vinculado a polícia, tá manchando o nome da polícia numa atitude individual, de uma conduta que ele teve, fora da função dele [Você acha então que esse policial deve ser visto de forma individual, sem ser parte da instituição?] Naquele momento ali foi um ato individual, uma conduta individual dele, ele agiu de impulso, não sabia o que ia acontecer, agiu de impulso, então não haveria a necessidade de expor o nome da corporação [...] [Sic] (Informação verbal⁹²).

Nos depoimentos, observou-se a desaprovação ao noticiário apelativo sobre violência. Mesmo na emissora em que eles identificam uma valorização maior ao trabalho policial, não significa que haja uma satisfação com que está sendo mostrado. As abordagens nos programas policiais são reprovadas e há entre alguns policiais o entendimento negativo sobre essa visibilidade exagerada das atividades realizadas nas ruas. Outro aspecto interessante observado foi o reconhecimento deles quanto à linha editorial das emissoras e a forma como cada veículo costuma abordar os fatos.

Eles apontam que, na TV Record, as notícias são mais favoráveis para si, mas também destacam os extremos e os apelos da emissora por causa da audiência, assim como observam,

⁹¹ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁹² Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

na TV Liberal, que as notícias são mais sobre denúncias e cobranças ao trabalho da polícia. Os apontamentos evidenciam que, na primeira emissora, eles compreendem que ocupam mais espaço, que o trabalho tem mais visibilidade, mas a construção das notícias não lhes agrada. Em relação à segunda emissora, percebe-se que, mesmo frente ao desprezo por causa das excessivas cobranças, eles atribuem maior credibilidade e seriedade nas construções narrativas.

Nas percepções acerca das narrativas sobre si na mídia paraense, identifica-se que, para os policiais, há uma desproporção entre as narrativas midiáticas positivas e negativas sobre eles. De acordo com os policiais, as notícias sobre a Polícia Militar do Pará são menos prejudiciais quando comparadas às notícias sobre o policial, uma vez que no noticiário sobre os policiais há maior identificação, as notícias falam mais consigo e, conseqüentemente, são mais significativas. O termo “polícia militar”, na mídia, distancia-se mais do si, em contrapartida, o termo “policial” fala mais com todos, cria maior proximidade e percepções de si, tem mais sentido de pouca individualização.

Para os entrevistados, as notícias sobre os policiais são enfáticas, generalizam, não individualizam. Quando uma notícia é sobre um policial, o reflexo sobre eles é maior. Para o policial VBG05, há na mídia uma preferência pelo uso do termo policial, em vez do nome do militar. Ou seja, o individual acaba remetendo ao coletivo.

[...] O problema é quando um policial tem uma postura errada nunca é o policial Fernando, é o policial João né, não é nunca o sargento fulano de tal [...] É como eu te falo, é difícil o êxito do policial militar ser colocado em evidência, é sempre quando ele comete alguma falha, aí ele é massacrado, porque como eu te falei não vende. Vai chegar lá, olha o cabo Mauro, a postura dele aí muito bem, ele realmente luta por melhorias, isso aí. O que eu vejo na mídia, o que mais se torna evidente ali é o quando o policial comete um deslize. O lado negativo entra em evidência, o positivo passa pouca coisa [Sic] (Informação verbal⁹³).

E de modo semelhante afirma o policial VBG03:

Tem notícias assim, chegam destruindo assim toda carreira daquele policial militar, ou da polícia militar em geral, né, ela não coloca só o cabo [...] cometeu [...] Muitos crucificam o policial militar, eles querem o cem por cento todo tempo do policial militar, mas só que o policial ele também é humano, ele também tem a falha dele, todo nós, todo bom profissional, um

⁹³ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

dia ele também falha. Ele não pode ser cem por cento [Sic] (Informação verbal⁹⁴).

Há também uma inquietação quanto ao uso dos termos PM ou policial, como reforça o policial VBG08:

São poucas vezes que eles individualizam, geralmente eles generalizam né, a mídia ela geralmente generaliza, ela não põe o policial fulano de tal não, ela põe o PM ou policiais militares, ela não individualiza geralmente. Mas quando tem essa individualização, ela passa meio que despercebida também pela sociedade, é a sociedade já vê também como instituição, institucionaliza a pessoa né [...] [Sic] (Informação verbal⁹⁵).

Observou-se que, pela ausência da identificação pessoal do militar, as notícias reforçam generalizações sobre a atividade e sobre o policial. Para eles, os desvios de conduta ou as denúncias contra policiais devem ser noticiadas na mídia, mas a repetição do assunto colabora para estereótipos, como se constata no relato do policial VBG06:

[...] Eu acho que, tipo assim, quando a notícia é sobre policial, além deles expor muito isso, eles gostam de tachar que praticamente todo policial é aquilo e também eles passam quase uma semana só retratando aquilo, se for ver aí passa um dois três dias, de manhã no jornal, dá pra ver pela situação aí do policial que atirou no cachorro. Eu não tô dizendo que ele tá certo, não ele não tá certo, mas não podia expor ele daquele jeito, tem as leis, tem os meios administrativos e penal pra punir ele. Aí passou praticamente de manhã, de tarde e de noite e ainda passou no outro dia, aí eu acho expor muito o policial [Sic] (Informação verbal⁹⁶).

Pela narrativa acima, essa exposição midiática amplia possíveis generalizações, acredita o policial VBG20:

[...] Não tô dizendo que aquele ser humano que cometeu um crime não precisa pagar aquilo que ele fez, mas muitas vezes acaba generalizando e como se todos os policiais fossem ruins, todos os policias tivessem cometido aquele crime, por exemplo, um policial que é pego em uma situação de suborno, de distorção, ah todos os policias são assim, não são [...] [Sic] (Informação verbal⁹⁷).

Nas narrativas dos policiais, a mídia é parte das interações, é mediadora na construção de sentidos. A mídia é a principal arena de visibilidade pública contemporânea, conforme

⁹⁴ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

⁹⁵ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁹⁶ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

⁹⁷ Informação coletada por meio de entrevista em 11/11/2019.

aponta Brito (2014, p. 176): “responsável por articular e colocar em cena de modo hegemônico os sentidos que circulam na sociedade, a mídia produz e reproduz as diferenças sociais, raciais, étnicas, de gênero, geracionais, instituindo padrões de normalidade [...]”. Os outros, da mídia, são construídos com estereótipos, afirma ainda: “Os aparatos midiáticos são prodígios em construir esses grandes quadros de referência que estigmatizam os mais diversos grupos sociais, instituindo, reiterando ou amplificando estigmas que já estão presentes na vida social” (BRITO, 2014, p. 179).

Obviamente que a mídia pode rotular ou generalizar concepções sobre os policiais no noticiário, não somente pela ênfase em suas manchetes, mas possivelmente mediante abordagens rasas nas coberturas sobre a violência urbana. A mídia pode ainda, nas interações sociais, criar, reproduzir ou potencializar estigmas (GOFFMAN, 2004). Compreendemos que há na mídia, representações sobre a polícia e o policial, marcadas pelos aspectos do enfrentamento, do resolver o problema da criminalidade, do punir, do prender, do dar conta dos problemas da segurança pública.

Na perspectiva relacional, dos papéis ocupados pela mídia e pelos policiais, é necessária uma reflexão a respeito de outras maneiras de abordagens sobre a violência, problema basilar na maneira como os policiais se veem no noticiário. No viver e no perceber, entre a mídia e o policial, há lugares ocupados, produção de sentidos. Como afirma Varjão (2008), nos processos comunicacionais é perceptível que a mídia se pauta por esquemas de classificação dos assuntos e temas, previamente estabelecidos na sociedade, a hierarquização ou preferências da mídia, são preocupantes em decorrência do lugar privilegiado que a mídia ocupa, aponta a autora:

É possível observar que, na produção jornalística, é habitual que determinados eventos sejam mais ricamente apresentados em contraposição a outros para os quais são destinados procedimentos sumários. Com esta prática, independente de vontade objetiva, a mídia sugere uma apreciação dos fatos a partir de uma classificação dos mesmos, classificação esta que é resultado do tratamento desigual por ela dispensado. Na distribuição dos eventos a serem noticiados, as ocorrências relacionadas com a violência tendem, sistematicamente, a ocupar os espaços, menos “nobres” dos jornais, podendo-se gerar daí alguns sentidos preocupantes [...] [Sic] (VARJÃO, 2008, p. 14).

Além dos apontamentos sobre as generalizações, outra questão marcante nas narrativas sobre as percepções de si na mídia diz respeito a uma desarmonia abundante observada por eles no noticiário. Há uma disparidade nas notícias sobre o trabalho preventivo, o acerto e o erro, conforme reforça o policial VBG09:

[...] Ela dá um alarde, uma ênfase muito grande quando um policial faz uma besteira, ah o policial foi pego, tava envolvido na morte do fulano, tava envolvido na morte do cicrano, poxa bacana, prendeu, tem que prender? Tem que prender, a gente que trabalha de uma forma correta a gente não compactua com certas coisas [...] Quando é um policial eles dão muito mais ênfase, parece que eles gostam de noticiar quando o policial faz besteira, mas não noticiaram quando o policial pulou ali na escadinha do porto no mês passado e salvou uma mulher, não noticiaram que quando um vagabundo, sexta-feira passada, tentou dar uma facada na grávida, a gente chegou, entreviu, prendemos ele, a gente salvou a vida daquela grávida, socorremos ela. As coisas boas que tem que ser ditas, não são ditas, porque não vende, não é interessante pra um jornal ficar mostrando que o policial tá fazendo o serviço dele correto. Ah mas o policial só fez a obrigação dele, mas notícia que é bacana, a população de bem ela gosta, não só de ver o policial atuando, mas ela vai querer ver também um professor que tem um projeto bacana na escola, que tá fazendo uma horta, que tá interagindo, que tá fazendo as crianças se alimentarem de uma forma mais saudável ser noticiada, mas não noticia porque infelizmente hoje a imprensa quer vender desgraça, porque ela já entendeu que só vende desgraça [...] [Sic] (Informação verbal⁹⁸).

Para o policial VBG09, a mídia dá visibilidade às notícias que carregam perspectivas negativas, de horror, de denúncia. No depoimento, observa-se indignação pelo pouco, ou nenhum espaço para as iniciativas do trabalho preventivo. Percebe-se que para ele, a construção midiática desproporcional é incompreendida. Identifica-se que há um intenso anseio de que as atuações preventivas também ocupem espaço na mídia, segundo relata o policial VBG13:

É difícil ver uma notícia que fale bem da polícia, porque na mídia só falam mal né, quando a polícia mata alguém, inocente [Nunca tem outra coisa?] Difícil, eu conheço várias situações de policiais aqui, bons, que fizeram coisas boas, mas não é divulgado [...] Policial salvou tal pessoa ali que estava se afogando, coisa boa, você não ver, não tá na mídia [...] [Sic] (Informação verbal⁹⁹).

De modo semelhante declara o policial VBG12:

[...] O que me magoa, é, com relação a isso, essa disparidade das coisas entre falar bem e falar mal, só isso. Mas você mostrar que certa pessoa errou tal atitude, beleza, que ele pague pelo que ele fez, mas repetir isso milhões de vezes eu já discordo enquanto que nesse mesmo momento que você falou tem muitas coisa boas acontecendo, o policial salvou uma vida, o policial fez um parto [...] [Sic] (Informação verbal¹⁰⁰).

⁹⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 23/08/2019.

⁹⁹ Informação coletada por meio de entrevista em 04/11/2019.

¹⁰⁰ Informação coletada por meio de entrevista em 31/10/2019.

Observa-se uma intensa inquietação em decorrência da desigualdade entre notícias positivas e negativas. Percebe-se, nas narrativas dos policiais, inúmeras referências às experiências pessoais, elas são utilizadas como tentativas de validação para o que seriam ações positivas, acionadas como exemplos de situações que também poderiam ganhar visibilidade. Ao criticarem a mídia, os policiais propõem, em alguns momentos, não somente que o noticiário fosse mais equilibrado, mas também que a mídia seja ferramenta de “publicidade” do trabalho policial, não há entre os policiais uma concepção adequada sobre a função social que a mídia deve desempenhar na sociedade.

A ausência de comprometimento com a informação ou o interesse pela audiência seriam exemplos de parâmetros prejudiciais ao noticiário sobre a polícia ou o policial, podendo assim legitimar as narrativas dos militares. Para o policial VBG07, as notícias na mídia são intensamente desfavoráveis na maioria das vezes.

[...] É difícil tu ver na mídia falar que o policial tá trabalhando corretamente, falar que o policial não foi violento [...] Geralmente quando acontece essas notícias sobre o policial, eles não visam ali o policial. Eu já vi muita entrevista, entrevista inclusive dizendo assim o ex policial, aí associou o cara que não é mais nada, se ele é ex policial ele não é mais nada [...] Então é muito ruim isso aí, vai difamar a imagem do próprio policial que tá ali, entendeu [...] Tem frases que denigrem a imagem do policial né, por exemplo, policial teve uma troca de tiros, aí policial teve que intervir né, e neutralizar o elemento, bandido, beleza. Mas tem notícia sobre a polícia, que o policial tal teve que executar, égua uma palavrinha, executar? O policial não tava executando o cara, o policial só se defende e teve que intervir, por isso que agora chamam de intervenção, tem que intervir, é a vida dele ou do bandido. Então tem parte da mídia que coloca umas palavras que denigrem a imagem [...] A linguagem utilizada torna o policial ali não mais o herói mas o bandido. Ela vira ao contrário as coisas [...] [Sic] (Informação verbal¹⁰¹).

Por outro viés, as percepções dos policiais sobre as notícias podem representar também uma vaidade de si, um interesse em benefício próprio, além de possíveis resistências no reconhecimento de fragilidades, antipatia quanto a cobranças por desvios de conduta na atividade policial. No depoimento do policial VBG19, observa-se esse tom de satisfação somente pelo conteúdo favorável ao trabalho, o filtro de notícia ou relevância seria o bom desempenho em destaque, conforme relata:

Quando a notícia que fala da polícia é notícia boa eu fico muito feliz, eu fico em casa vendo televisão e fico alegre, pessoal da minha família também fica, acaba gostando [...] teve uma viatura aqui que foi dá apoio pra uma moça que tava grávida e acabou nascendo dentro da viatura, pra mim foi boa, essa

¹⁰¹ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

é uma notícia boa. A outra que teve foi bem divulgada na mídia, que foi um assalto com refém ali perto do shopping Iguatemi, onde tem um canal, ali por traz, que a vítima estava no porta malas e eram quatro e estavam os quatro armados, três viatura intervíram lá, tanto é que os quatro tombaram e a vítima que estava no porta malas saiu ilesa, achei ótima essa matéria porque falou bem. Porque se fosse outra ia dizer, não foi exagero, mataram os quatro, não precisava [...] [Como faz essa avaliação se é bom ou ruim?] No geral não é querendo falar mal, agora voltando pra emissora, mas tipo se fosse pegar a mesma matéria da polícia na Record, na Globo é diferente, ela fala de um jeito, como se, pra pessoa ter dúvida se o policial realmente precisava fazer aquilo, enquanto que em outra não, tanto que tu ver a mesma matéria só que o cara fala de um jeito que tu fica, olha foi legal [...] [Você gosta de ver em qual?] Eu vejo das duas, mas acabo me dando bem quando vejo uma falando bem, querendo ou não tá falando de mim, eu não tô naquela situação, mas eu me vejo como policial [...] [mas será que o policial não está querendo ouvir apenas coisa boa?] Pode ser [...] [Sic] (Informação verbal¹⁰²).

No depoimento acima, identifica-se uma percepção de si prazerosa, em detrimento das notícias agradáveis, sendo notório o enaltecimento do trabalho policial. Mas, em outra emissora, há dificuldades frente às colocações que indagam, criticam ou denunciam as ações. Não é tarefa simples estabelecer um parâmetro fechado sobre o que mostra a mídia e o que percebem os policiais, no sentido de encontrar culpados, vítimas ou vilões. Há, na totalidade dessas narrativas policiais, percepções que apontam prejuízos, caracterizam os incômodos, mostram anseios, estruturam elementos do aceitável e o abominável, por eles, na mídia.

As diferenciações de sentidos, apontadas acima, dialogam com as perspectivas sobre a prática comunicativa da televisão, em que discursos tentam se impor, se introduzem, e sujeitos se veem e se posicionam, como reforça França (2012), trata-se “de uma relação entre sujeitos, que pode ganhar diferentes conformações, mas sempre pressupõe posicionamentos, expectativas recíprocas, respostas, mudanças e reordenamento de rumos” (FRANÇA, 2012, p. 41). As percepções por meio do noticiário reforçam que a vida cotidiana dos policiais não se organiza apenas pelas interações de aproximação, no trabalho, mas também abrange acontecimentos não presenciais. Ratifica-se aqui o pensamento de Berger e Luckmann (1985, p. 39): “experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente”.

Nos depoimentos sobre a morte de policiais, identifica-se que a maioria aponta a tristeza como o sentimento mais presente ao assistirem ao noticiário sobre a morte de um

¹⁰² Informação coletada por meio de entrevista em 11/11/2019.

policial. A ênfase concedida ao sentir demonstra ainda os efeitos emocionais sobre si, como declara o policial VBG08:

É, o meu sentimento geral é tristeza, toda vez que a gente ver uma situação dessa a gente fica triste, a gente fica reflexivo, a gente fica mais cauteloso. Como eu sempre falei né, fica mais cauteloso ainda, então da essa, esse sentimento pessoal aí de tristeza e de reflexão pra que a gente não facilite pra gente se preservar. Já como a mídia mostra, ela mostra a realidade, eu acredito assim, na morte do policial, ela não procura, acho que nem precisa né, dar uma ênfase maior porque a morte do policial ela já é uma coisa muito impactante né, tanto pra sociedade, quanto pra gente mesmo. Então ela dá a notícia ali, na veracidade com que eles colheram as informações, a notícia em si já dá o impacto que ela é né [Sic] (Informação verbal¹⁰³).

Observa-se que a tristeza sinaliza um estado de alerta, risco e tensão para a atividade. A morte do policial por si só é apontada como impactante independente da construção midiática do fato. As notícias reforçam mudanças na rotina, atemorizam, criam ainda um medo generalizado, como reforça o policial VBG04:

Eu acho aterrorizante na minha concepção, aterroriza a população, aterroriza o próprio policial, é uma notícia muito aterrorizante porque o estado que em tese deveria proteger a sociedade, o braço forte do estado está sendo abatido e isso ocasiona o medo, o terror pra sociedade em geral, ao ver um policial que deveria tá na linha de frente, sendo derrubado, eu vejo de uma forma aterrorizante [...] [Sic] (Informação verbal¹⁰⁴).

Para os policiais, as notícias sobre a morte reforçam a fragilidade do Estado. Do mesmo modo, segundo eles, são reproduzidas na mídia com o intuito de denunciar o despreparo e a ineficiência em relação aos problemas da violência urbana. O policial VBG15 aponta o sentido negativo para a sociedade de uma notícia dessa natureza.

[...] Eu vejo como, a mesma situação de um homicídio ela tem um enfoque de, porque é a representação do estado ali naquele momento, é uma parte do estado que está se perdendo ela geralmente é construída nisso aí, se o policial que é pra nos proteger tá morrendo imagine você cidadão de bem como vai viver. Uma impotência do estado perante a criminalidade que não é capaz de combater essa criminalidade porque não está protegendo seus policiais. De fato não deixa de ser uma verdade porque nós moramos em área periférica e não pode tá o tempo todo protegendo a todos e nós mesmos, não tem como [Sic] (Informação verbal¹⁰⁵).

O policial VBG01, acrescenta:

¹⁰³ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

¹⁰⁴ Informação coletada por meio de entrevista em 21/08/2019.

¹⁰⁵ Informação coletada por meio de entrevista em 05/11/2019.

[...] De forma a enfraquecer o estado, tipo assim mostrar pra população que quem está responsável em resguardar está se tornando vítima do crime [Então mostra a impotência do estado?] É, de certa forma sim [Você concorda com isso?] Não, não é verdade, as principais vítimas é quem não vive hoje esse dia a dia da polícia militar, essa nova dinâmica de policiamento, quem está na reserva, são as maiores vítimas. Eles viveram outra época, outro período e a gente não pode responsabilizar o estado por isso. Na verdade a gente tem que trabalhar a conscientização desses policiais, pra gente trabalhar isso [Sic] (Informação verbal¹⁰⁶).

Atesta-se que as percepções de si na mídia, analisadas a partir da atuação da polícia militar; do policial e da morte de policiais, podem ser compreendidas mediante os processos de mediação, uma vez que a circulação das notícias sobre eles modifica e transforma a relação deles com a mídia, com a violência e com a sociedade. Percebe-se um eu policial mediado em consequência da atividade policial, em consequência da violência urbana que os coloca em interações cotidianamente. Interessante identificar que, mesmo frente aos inúmeros incômodos nas percepções de si, eles demonstram claramente uma necessidade de serem percebidos e terem visibilidade ao realizarem suas ações na sociedade. O policial antes de ser policial é um indivíduo que tem sentimentos e medos.

O cotidiano dos policiais, configura-se com inúmeros aparatos de comunicação e práticas que envolvem os sujeitos. Segundo Ribeiro (2014, p. 55), “tal lugar difere-se de outros espaços físicos, concretos, na medida em que se configura como lugar de conexões, onde novas possibilidades são desenvolvidas e múltiplos sentidos são atualizados”.

Do mesmo modo, aponta Hjarvard (2014), a mediação atravessa todas as instituições sociais e culturais, pois cada vez mais os recursos midiáticos são percebidos e utilizados para construir relações, ganhar visibilidade mediante práticas comunicativas, para o autor, “as mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com as outras pessoas em uma variedade de contextos [...]” (HJARVARD, 2014, p. 23).

Observa-se que, para os policiais, apresentar o trabalho da polícia na mídia é muito importante e significativo, como relata o policial VBG03:

É importante pra população saber que a gente está se preparando, e para população carcerária, população criminosa que quer cometer o delito, ela ver que que a ação da polícia tá sendo eficaz, que antes deles pensar em cometer o crime a gente tá agindo, a gente tá se preparando pra cometer esse tipo de

¹⁰⁶ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

ação [...] Que o bem vence o mal, como, que o militar tá preparado pra combater o crime [...] [Sic] (Informação verbal¹⁰⁷).

Pela recorrência do noticiário sobre a violência, os policiais sentem necessidade de apresentar à mídia o trabalho realizado. Para eles, as ações de combate e enfrentamento, devem ocupar o espaço midiático, na mesma proporção em que ocupam o crime, a morte e a insegurança. Nota-se que o desejo de serem percebidos na mídia, de maneira mais atuantes, representa uma tentativa do “eu policial midiaticizado” responder ao problema da “violência midiaticizada”, são encontros e trocas, mediadas pela mídia.

Identifica-se ainda, que a visibilidade midiática do trabalho da polícia é compreendida por eles como uma forma de interação também com a sociedade, como relata o policial VBG11: “[...] porque isso aí, mostrando as coisas boas que a polícia faz, ... a gente acaba ganhando confiança porque a população tá vendo, tá vendo que a gente tá desenvolvendo um trabalho legal e passa a ter confiança nos policiais” [Sic] (Informação verbal¹⁰⁸).

De modo semelhante ao militar acima, acredita o policial VBG17 que “é importante sim para que as pessoas tenham a consciência de que o trabalho policial é feito, que apesar de todo esforço que a gente faz, acompanhar um pouco dessa dificuldade durante esses trabalhos essas operações, é não é bem assim como eles pensam a polícia” (Informação verbal¹⁰⁹).

Observa-se como justificativa para a visibilidade da atividade policial um desejo em expor que a polícia trabalha a favor da população e não contra. Nesse sentido, constata-se que há necessidade de serem notados, compreendida como resposta aos problemas de criminalidade, enfrentados pela população. São ações não lineares, produtoras de sentidos (VERÓN, 2014), no cotidiano da contemporaneidade (BRAGA, 2012), como já discutido na presente pesquisa.

Logo, a intencionalidade dos policiais, nessa dinâmica interacional, são tentativas para estabelecer elos de parceria, confiança e valorização dos cidadãos para com os policiais. A partir dos depoimentos, identifica-se a necessidade de uma transformação nas relações mediante a visibilidade policial na mídia.

¹⁰⁷ Informação coletada por meio de entrevista em 19/08/2019.

¹⁰⁸ Informação coletada por meio de entrevista em 31/10/2019.

¹⁰⁹ Informação coletada por meio de entrevista em 07/11/2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicio estas considerações, relembro uma questão recorrente ao longo da presente pesquisa, a de que existe entre os policiais um senso comum de que a mídia só critica o policial militar. Pois, o erro desse profissional é o critério da noticiabilidade do fato ou da visibilidade midiática. A preocupação era enfrentar esses desafios, inclusive questões dessa natureza foram apontadas pela banca de qualificação.

Compreender essas percepções “comuns” entre os policiais foi um desafio nesta pesquisa, considerando que a própria instituição da polícia se configura entre repressão e coerção, claro, sem esquecer as demais funções que devem ser exercidas. Mas essas duas atitudes e ações figuram como relevantes no imaginário social. E toda representação imaginária de uma sociedade se estabelece com significações, ou seja, “pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é (CASTORIADIS, 1991, p. 154).

Neste sentido, apropriei-me desse “comum”, como instrumento no percurso da pesquisa, para aprofundamentos maiores e reflexões sobre o que é ser policial, pois senti necessidade de identificar o que representa de fato, o vivido e o percebido entre o policial e a mídia.

Nesse caminho, percebi que os policiais, mesmo fazendo parte de uma instituição conservadora como a Polícia, apresentam críticas com relação ao Estado e seu despreparo no combate à violência, considerando a ausência de políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais. Além disso, são instados a resolver questões que vão do caráter ‘privado’ ao caráter público, muitas vezes, sem um preparo adequado para lidar com questões não muito claras sobre o que concerne o que é segurança pública.

Do mesmo modo, identificamos que a mídia trabalha os fatos sobre violência ainda no campo da encenação, ou seja, como questões políticas e ideológicas, como produto publicitário em busca de audiência. Denominações, como circo midiático, câmera nervosa, violência, são algumas usadas pelos policiais sobre as relações entre violência e mídia.

Compreende-se que os resultados não se caracterizam como vanguarda do conhecimento na área, mas tratam-se, como aponta (BRAGA, 2011, p. 6), “de enfrentar a resistência da realidade, cercá-la com nossa problematização e ser capaz de perceber alguma coisa ali que, por mais modesta e singular, antes não era claramente percebida, agora encontra um esclarecimento produzido por nosso trabalho investigativo [...]”. O resultado desta pesquisa é singular e modesto, singular para as reflexões atuais e futuras sobre polícia, mídia e

violência, no contexto paraense; modesto por levar em consideração a complexidade das experiências, das interações e produções de sentidos dos policiais, como reforça (FRANÇA, 2005, p. 15), “a tomada de consciência dos sujeitos não é instruída apenas por sua inserção em uma situação singular vivida na presença de outro, mas pela interposição de situações específicas, e modelos ordenadores”. São inúmeros desafios nas experiências vividas.

Frente ao problema de pesquisa, analisar de que forma os policiais compreendem os sentidos construídos sobre si pela mídia paraense, à luz das reflexões do interacionismo simbólico, foram imprescindíveis, por apresentarem a multiplicidade da produção de sentidos, dos atos comunicativos na vida cotidiana, das interações face a face, do agir e do pensar, como representações do si, a partir da relação com o outro, que quase sempre é complexa.

Enquanto sujeitos, os policiais militares carregam uma multiplicidade de experiências sociais, eles estruturam a partir desse agir interativo, as concepções sobre si, sobre a mídia e a violência. Por não identificarem determinadas particularidades sobre eles no noticiário, os tensionamentos são acionados mediante o percebido. Há uma complexidade imensa nesse sentido, a mídia apropria-se do policial enquanto agente público, sujeito que deve proteger e garantir segurança. Há entre os policiais, embates, dinâmicas conflituosas, de ordem individual, social e psicológica, em decorrência das interações com a mídia e com a violência. Do mesmo modo que há separação entre o indivíduo e o profissional, o policial estaria acima de toda e qualquer crise emocional diante das atividades e ações desenvolvidas.

As conceituações a respeito da violência apresentam apontamentos enraizados do que vivenciam, pelo enfrentamento da criminalidade de forma ostensiva, ou pela identificação de desigualdades sociais, nos cenários urbanos onde atuam rotineiramente.

Observa-se que a violência é a ação mediadora entre o policial e a mídia, portanto, uma arena interativa, mesmo que distante da realidade do cotidiano na rua. As notícias sobre o tema são acompanhadas por eles, em maior escala pela recorrência da visibilidade dada ao assunto, e os recortes da mídia têm enorme alcance sobre o vivido por eles.

Para os policiais, acompanhar as notícias sobre violência, significa apropriar-se de uma reprodução da atividade na rua. Evidencia-se que eles apontam a carga pesada nas notícias sobre a violência e o reflexo negativo disso para si, em virtude do conteúdo exagerado, banal e sensacionalista sobre a criminalidade. No entanto, essa compreensão é contraditória porque muitos policiais participam da construção dessas notícias.

Constatou-se que as percepções sobre si na mídia paraense se estruturam a partir do noticiário televisivo, lugar de visibilidade da atividade profissional. As notícias sobre a Polícia Militar do Pará e o policial falam consigo. O reconhecimento, por parte deles, de

jornais, emissoras e jornalistas, reforça a produção de sentidos midiaticizados. A questão política e a preferência dos jornais pelas abordagens negativas colaboram para a construção das compreensões de si.

Percebe-se que mesmo nos programas exibidos por emissoras em que os policiais percebem ser mais ‘valorizados’, as críticas quanto aos exageros nas coberturas sobre a violência não são deixadas de lado. Sempre que as notícias falam da polícia ou dos policiais, há trocas de significações sobre o trabalho policial e a violência. Na percepção dos policiais, o policial é construído pela mídia por generalizações taxativas e estigmatizações.

Atestou-se, nas falas dos policiais, a existência de um eu policial midiaticizado, o que explica em parte a necessidade de serem percebidos, reconhecidos na atividade profissional. Pelo excesso de matérias sobre violência nos programas da TV, o indivíduo policial sente um peso maior da cobrança da sociedade, isto é, percebe que é recorrente sua presença na mídia, mas que as construções nas narrativas quase sempre são desequilibradas, com mais notícias negativas que positivas. As ações positivas realizadas são invisibilizadas.

As percepções dos policiais, destacadas nestas considerações, devem repensar as narrativas do ser, do viver e do perceber desses sujeitos. O ato narrativo dos policiais os constitui, demarca quem são, cria significações, mas também representa contextos e intenções complexas. Lembra-se de que, nas interações, as ações subjetivas das pessoas podem representar verdade de si mesmo ou dissimulação. A produção de sentidos na ação interativa dos policiais militares deve ser entendida como produção de reconhecimento das situações em que estão integrados. Logo, é necessário refletir como eles atuam e produzem significados. O valor social positivo e a fachada não podem estar distanciados dos encontros sociais (GOFFMAN, 2011).

Durante as entrevistas com os policiais, em alguns relatos fui conduzida a reflexões pessoais quanto à relação entre o policial, à violência e à mídia. Enquanto repórter, muitas narrativas feitas por eles falavam comigo também, fizeram-me olhar para minha atividade jornalística, algumas surpreendentes, outras pareciam comuns e mais compreensíveis frente as minhas concepções sobre o tema. O exercício em estar com eles como pesquisadora e não como repórter foi recorrente, mas as reflexões, a partir de minhas vivências profissionais, foram inevitáveis.

Portanto, a pesquisadora confrontou a jornalista, uma vez que os policiais falaram sobre aspectos cotidianos da mídia em que são dissociados o policial do indivíduo, ou em que são generalizados os erros dos policiais nas construções jornalísticas.

Por fim, a presente pesquisa é uma contribuição para pensar a relação entre polícia, mídia e sociedade. Evidente que ela é um dos aspectos dos muitos que precisam ser pesquisados na academia, considerando as lacunas e as possibilidades de novas reflexões acerca do que é ser policial na contemporaneidade. Convém ainda amplo debate quanto, por exemplo, à questão da identidade policial, por perspectivas mais aprofundadas, levando em conta aspectos como as relações de poder e simbólicas da polícia militar e o imaginário social sobre ser policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP). Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down078.pdf>. Acesso: Acesso em 10 de março de 2019.

ADORNO, Sérgio. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de Psicologia – PSI*, n. abril/junho, p. 7-8, 2002.

ADORNO, Sérgio; Lamin, Cristiane. Medo, Violência e Insegurança. In Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula (Orgs.) **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** V. 1, p. 151-171. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/medo-violencia-e-insegurana/>. Acesso em 14/04/2019.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hanna. **Da violência**. Trad. Maria Claudia Drummond. [S.l.: s. n.], 2004 Disponível: <https://netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/05/ARENDT-Hannah.-Da-Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso 10 de março de 2019.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: Uma análise Internacional Comparativa**. Trad. Renê Alexandre Belmonte. -2 ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BEBENDO, Ricardo. **Segurança pública e jornalismo – desafios conceituais e práticos no século XXI**. Florianópolis: Insular, 2013.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskow. In W Benjamin, M Horkheimer, TW Adorno, J Habermas (orgs.). **Textos Escolhidos**, Victor Civita, São Paulo, 1983;

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, n. 1 (jan), janeiro-julho, 2005.

BUENO, Samira. Letalidade na ação policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

BLUMER, Hebert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C David (org.). **Teoria da Comunicação**. São Paulo: Mosaico, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1075930/mod_resource/content/1/Interacionismo%20Simb%C3%B3lico%20-%20H%20Blumer%20%281%29.pdf. Acesso em 10 de março de 2019.

BRAGA, José Luiz. **A prática da pesquisa em Comunicação**: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.) **Mediação & mediação** (Livro Compós). Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012, p. 32-53.

BRITO, Rosaly de Seixas. **Diferentes, desiguais e conectados (?)**: Vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. 2014. 257 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCH, 2014.

BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Policiamento e cidadania: as ambivalências políticas da racionalidade parcial do sistema de segurança pública no Brasil. In: BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. (org.). **Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro- São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CATANI, Afrânio Mendes *et. al.* **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed.-- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. *et al.* **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

COSTA, Alda Cristina *et. al.* **Entre tensionamentos e conflitos narrativos jornalísticos**: Construções sobre a polícia e/ou policial na mídia impressa da Amazônia paraense. Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 2, n. 3, p. 16-39, set.-dez. 2018.

COSTA, Alda. *et al.* Medo e violência no espaço midiático: reflexões sobre as narrativas jornalísticas paraenses. In: COSTA, Alda Cristina.; AMORIM, Célia Trindade. C.; CASTRO, Marina Ramos Neves de (org.). **Comunicação e pesquisa na Amazônia: perspectivas e práticas**. Belém: PPGCom, 2018, v. 1, p. 108-131.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade**. Gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.

COSTA, Alda Cristina. **A violência como espetáculo: Um debate em torno do Programa Metendo Bronca**. 2004. 190 f. . Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.

Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PA, 2004.

COSTA, Alda Cristina. **O embate entre o visível e o invisível: A construção social da violência no jornalismo e na política.** Tese- Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010. Disponível: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4931/7/Tese_EmbateEntreVisivel.pdf.pdf. Acesso 15/03/2019.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2008.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, Natalie Pereira Miralha. **O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço.** 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ENNES, Marcelo Alario. **Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários.** Perspectivas, São Paulo, v. 43, p.63-81, jan/jun. 2013.

ELESBÃO, Cristiane Sperling. **Um olhar sobre a presença da morte no cotidiano de trabalho dos policiais militares.** 2016. 64 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2016.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; CORRÊA, Laura Guimarães. **Mídia, instituições e valores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FRANÇA, Vera. **Contribuições de G.H. MEAD para pensar a comunicação.** XVI Encontro da Compós, na UTP, Curitiba, junho, 2007. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_219.pdf. Acesso em 10 de março de 2019.

FRANÇA, Vera. **Narrativas Televisivas/** organizado por Vera França. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANÇA, Vera R. Veiga. **Sujeito da comunicação: sujeitos em comunicação.** Texto avulso. Belo Horizonte, Maio de 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FONSECA, Claudia Graça. **A cidade em comunicação: paisagens, conversas e derivas no centro de BH.** 2008. 194 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 64-89, 2008.

GIRARDI JR, Liráucio. **Do interacionismo simbólico aos jogos de linguagem: a produção social do sentido.** Galaxia (São Paulo, *online*), n.33, set/dez, p. 214-225, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Trad. de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Trad. Mathias Lambert. [S.l.: s.n], 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985. 10ª edição, 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. **Mediatização: um conceito, múltiplas vozes.** Revista Famecos. Porto Alegre, v.23, n.2, maio, junho, julho e agosto de 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/22253/14176>. Acesso em 10 de março de 2019.

GHUNTER, Hertmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HJAVARD, Stig. **Mediatização: conceituando a mudança social e cultural.** Revista Matrizes. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44>. V. 8 - Nº 1 jan./jun. São Paulo: 2014.

KABUENGE, Nathan Nguangu. Todo fenômeno pode ser um espetáculo? In: AMARAL FILHO, Otacílio; ALVES, Regina. de Fátima Mendonça. (org.) **Espetáculos culturais na Amazônia.** Curitiba: Editora CRV, 2018.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2014.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade** [recurso eletrônico]. São Paulo: Summus, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Almeida. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; Mingardi, Guaracy. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. Revista Direito GV. Vol. 12 n. 1 Jan – Abr, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/59454/57846>. Acesso 06/06/2019.

MARTÍN, Barbero, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**/ Jesús-Martín-Barbero; Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN, Barbero, Jesús. **Comunicação e cidade; entre os meios e medos**. Grupo de estudos sobre práticas de recepção e produtos midiáticos – ECA/USP – Novos Olhares – número 1 – 1º semestre de 1998.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. Revista Parágrafo, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/377>. Acesso em 10 de março de 2019.

MELO, Patricia Bandeira. Criminologia e teorias da comunicação. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MELLUCCI, Alberto. **Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva**. In: _____ (Org.). Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO. Cecília Maria de Souza. Vitimização Profissional. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MORÍN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX: espírito do tempo** Trad. Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Uni Profissional, 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da Narrativa: teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: SOSTER, Demétrio; PICCINI, Fabiana. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul. Catarse, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOREIRA Letícia de Sousa; BRANCO Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu. **Processo de socialização e promoção da Cultura de Paz na perspectiva de policiais militares**. Estudos de Psicologia I Campinas I 33(3) I 553-563 I julho - setembro 2016. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/30196/1/ARTIGO_ProcessoSocializacaoPromocao.pdf. Acesso em 19/04/2019. Acesso em 10 de março de 2019.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Coleção Antropologia e Ciência Política. 2 ed. Revista e ampliada. Niteróia: EdUFF, 2014.

OLIVEIRA, J. A. "**Dá para confiar nas polícias?** Confiança e percepção social da polícia no Brasil". Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, Ano 5, Ed. 9, 2011.

PARÁ POLÍCIA MILITAR. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025-** Estado Maior da PMPA. 6º Seção do EMG- Planejamento e Orçamento. 1º edição. Belém. PMPA-2015. Disponível em: http://issuu.com/andersonassuncao/docs/plano_estrategico_pmpa. Acesso em 18/04/2019. Acesso em 10 de março de 2019.

PORTO, Maria Stella Grossi. **Violência e meios e comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>. Acesso 09 de janeiro de 2019.

PINHEIRO, Antonio dos Santos. **A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais.** Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 2 Maio/Agosto 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200008. Acesso em 19/04/2019.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência: Como a imprensa cobre violência e criminalidade no Brasil e como poderia cobrir melhor. In: MARTINS, Rosana; PEDROSO, Maria Goretti; PINTO, Tabajara Pinto (org.)- **Direitos Humanos, Segurança Pública e Comunicação.** São Paulo: ACADEPOL, 2007.

RESENDE, Fernando. **Ausências na comunicação social e no jornalismo – a lógica da rua.** Coimbra: Centro de estudos sociais/ Universidade de Coimbra, Oficina 197, novembro, 2003.

RESENDE, Fernando. **Cidade, comunicação e cultura: A diferença como questão.** Logos 22 – Comunicação e cultura Metropolitana. Ano 12, nº 22, 1º semestre de 2005. Disponível: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/15305/11591A> cesso em 10/07/2019.

RIBEIRO, Renata Rezende. **A morte midiaticizada:** como as redes sociais atualizam a experiência do fim da vida. Editora da Universidade Federal Fluminense, [20--]. Disponível em: http://www.eduff.uff.br/images/livros/sumario-e-intro/A_morte_midiaticizada_-_Sum%C3%A1rio_e_introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 10 de março de 2019.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica.** V 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro.** Trad. Inove Benedetti – 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Comunicação e experiência. In: Bruck, Mozahir Salomão, Org.; Oliveira, Max Emiliano, Org. **Atividade comunicacional em ambientes mediáticos:** reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues / Organização de Mozahir Salomão Bruck e Max Emiliano Oliveira. Posfácio de Adriano Duarte Rodrigues. – São Paulo: Intermeios, 2016

SALVO, Fernanda; SANT'ANA, Guilherme. **Entre a vida e a forma: agência humana e comunicação nos rastros de Mead e Goffman**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.14, n.2, maio/ago. 2011.

SANDSTROM, Kent; MARTIN, Daniel D.; FINE, Gary Alan. **Símbolos, selves e realidade social: uma abordagem interacionista simbólica à psicologia e à sociologia**; tradução de Denise Jardim Duarte. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares. Modernidade tardia e violência. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Jacqueline Carvalho da. **Imagens da polícia: objetivos e sentidos da projeção da imagem institucional das polícias em Recife e Madri**. 2017. 374 f. Tese de Doutorado Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

SILVA, Eduardo Carlos, CHARLET, Ronaldo Braga. **Memórias Reveladas: Resgate Histórico das Origens da Polícia Militar do Pará**. Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFSD PM 2009/ Grupo de Trabalho, Produção Independente- Belém-PA: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças- CFAP, 2009.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: Individuo e sociedade**. Tradução Pedro Caldas- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

SIMMEL, George. **A sociologia do segredo e das sociedades secretas**. Trad. Simone Carneiro Maldonado. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUDFSC, vol. 43, nº 1, p. 219-242, abril de 2009.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organizado por Evaristo de Moraes Filho; tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Márcio Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; REIS, João Francisco Garcia. **Cultura policial e Direitos Humanos: contradições e conflitos na Polícia Militar do Estado do Pará. O público e o privado**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, nº 22 - Julho/Dezembro – 2013.

STRAUSS, A. L. **Espelho e máscaras**. São Paulo: EDUSP, 1999.

THOMPSON, John Brookshire. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1996.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 214 p. ISBN 978- 85-232-0919-3. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/22zbb/pdf/varjao-9788523209193.pdf>. Acesso em 10 de março de 2019.

VERÓN, Eliseo. **Teorias da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas conseqüências**. Revista Matrizes. V.8, n.1 jan/jun. 2014. Disponível em http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20180205111629.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2018.

VILHENA, Anderson Alexandre Cruz; FARIAS, William Gaia. A instituição policial militar na transição republicana paraense (1886-1887). In: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, Gaia Farias (org.). **Militares no poder e sociedade na Amazônia**. Belém: Açai, 2016.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. Revista de Sociologia Tempo Social. USP, S. Paulo, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

PRIMEIRA ETAPA: Perfil do entrevistado

1. Nome:
2. Idade:
3. Religião:
4. Cor/etnia:
5. Estado civil:
6. Filhos:
7. Moradia/ casa própria/aluguel:
8. Bairro/município:
9. Naturalidade:
10. Renda Mensal: (até três salários; três a cinco; cinco a oito, acima de dez)
11. Escolaridade:

SEGUNDA ETAPA: Exercício profissional

12. Patente:
13. Quanto tempo está na polícia?
14. Por que você decidiu ser policial?
15. O que é a Polícia para você?
16. O que é ser policial?
17. O que significa exercer suas atividades nas ruas?
18. O que é violência?
19. Qual a missão da polícia na relação com a violência?
20. A polícia cumpre sua missão de policiamento ostensivo?
21. A sociedade está mais violenta? Em que sentido?
22. A polícia está preparada para combater a violência?
23. Por que o trabalho da polícia é importante?
24. Com o número de policiais assassinados no Estado, você tem medo de ser policial?

25. Você teme por sua família?
26. Há alguma orientação para que você não ande uniformizado fora do serviço?
27. Como é a relação entre os policiais?
28. Como é a relação da polícia com a população?
29. Você sente que a população tem medo da polícia ou do policial?

TERCEIRA ETAPA: Percepções sobre si na mídia

30. Você se informa sobre os fatos do cotidiano em que meios de comunicação (jornal impresso; rádio, emissoras de TV ou sites da internet)?
31. Utiliza redes sociais? Quais?
32. Caso leia jornais: quais? E que assuntos?
33. Caso assista programas de televisão: quais e que emissoras?
34. Por que assiste?
35. Você ler notícias sobre violência? Por quê?
36. Quais percepções sobre as notícias de violência?
37. Quais percepções sobre as notícias de atuação da polícia militar do Pará?
38. E sobre os policiais?
39. Você já foi entrevistado alguma vez por algum veículo de comunicação? Em quais circunstâncias?
40. Como se viu na reportagem pronta ou de seus colegas entrevistados?
41. Como você percebe a construção da polícia ou do policial na mídia paraense?
42. É importante mostrar o trabalho da polícia na mídia? Por quê?
43. Quais as percepções sobre a relação da polícia com a mídia?
44. Você tem contato com jornalistas ou emissoras?
45. Costuma sugerir ou informar ocorrências aos jornalistas ou veículos?
46. Como percebe o noticiário sobre assassinato de policiais na mídia?
47. Para você qual o papel da mídia na sociedade?
48. Você confia na mídia?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“A POLÍCIA ENTRE A VIOLÊNCIA E A MÍDIA: UM OLHAR COMUNICATIVO SOBRE SI EM BELÉM DO PARÁ”

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. O participante da pesquisa fica ciente:

I) Apresentação da pesquisa:

O projeto de pesquisa **“A POLÍCIA ENTRE A VIOLÊNCIA E A MÍDIA: Um olhar comunicativo sobre si em Belém do Pará”** realizado pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), objetiva discutir as relações comunicativas entre polícia, violência e mídia. O trabalho pretende analisar como os policiais compreendem os sentidos construídos sobre si pela mídia paraense, tendo como perspectivas teóricas o interacionismo simbólico, que se baseia nas premissas de que o homem age em relação ao mundo fundamentado nos sentidos que este lhe oferece; os significados adquiridos provem da interação social, e tais significados passam por processos interpretativos dos indivíduos. Quando uma pessoa chega à presença de outros, ela atua no sentido de transmitir a impressão que lhe parece mais adequada, e interessante. O policial, enquanto indivíduo social, ao se apresentar aos outros, carrega em si o desejo de que o vejam bem, ele deseja assegurar harmonia e confiança no processo da interação social. Cada sujeito constrói seus próprios significados a partir também de informações retiradas dos meios midiáticos. Aquilo que vemos e ouvimos na mídia tem influência no modo de encarar o que está em nossa volta, e interfere na maneira de olhar para si próprio.

Objetivos da pesquisa:

- Geral:

Analisar como os policiais compreendem os sentidos construídos sobre si pela mídia paraense.

- Específicos:

1. Entender o papel da polícia na contemporaneidade.
2. Compreender a relação interativa entre violência polícia e mídia.
3. Compreender a midiatização no processo do ser policial.

II) Participação na pesquisa ou metodologia:

Para alcançar os objetivos da pesquisa, a coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 20 policiais da Polícia Militar do Pará. Durante estas entrevistas, buscamos captar de uma forma geral, as narrativas sobre o noticiário de si na mídia paraense em Belém do Pará. A escolha pelos policiais se faz pela compreensão de que os mesmos são sujeitos que fazem o elo entre a violência e a mídia. Definimos o corpus de 20 policiais para um melhor aprofundamento nas análises dos depoimentos coletados.

Escolhemos um Batalhão da Polícia Militar do Pará, localizado no bairro do Guamá em Belém. A escolha leva em consideração sua localização periférica, e os altos índices de criminalidade registrados nos bairros de cobertura. Sendo entrevistas semiestruturadas, o roteiro da pesquisa é composto de três partes: a parte sobre dados socioeconômicos em que a pessoa faz uma identificação sua (nome, idade, formação escolar entre outros elementos de identificação); a parte sobre perfil profissional em que se pretende compreender a relação com a atividade policial, a violência e a sociedade; e por fim, a parte sobre as percepções sobre a mídia paraense no intuito de analisar a relação com a imprensa, a aproximação com os veículos midiáticos, e a visão sobre o papel da mídia para o trabalho policial. Como recursos materiais serão utilizados: roteiro da entrevista, celular para a gravação das entrevistas.

III) Critérios de inclusão e exclusão:

Como critério de inclusão nas entrevistas, serão entrevistados policiais com experiência profissional com mais de 5 anos de trabalho na corporação, que atuem na rua no policiamento ostensivo. Como critério de exclusão, serão descartados das entrevistas, os policiais ausentes do batalhão momento da realização da pesquisa, ou que tenham atividade mais administrativa e interna no batalhão visitado.

IV) Orçamento do projeto: Não há apoio financeiro.

V) O participante da pesquisa não é obrigado a responder as perguntas contidas no instrumento de coleta dos dados pesquisa;

VI) A participação neste projeto não poderá submetê-lo a um tratamento: O projeto se constitui apenas em coleta de informações, sem necessidade de tratamento de espécie alguma. Caso a pessoa não se sinta à vontade para responder as perguntas, poderá recusar a pesquisa a qualquer momento, ou então, não responder ao que está sendo questionado.

VII) O participante da pesquisa tem a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação, sem penalização nenhuma e sem prejuízo a sua saúde ou bem-estar físico;

VIII) O participante não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária;

IX) Direito a Indenização: Res. 466/12 e 510/16 – a coordenação da pesquisa se responsabiliza, se necessário, pela cobertura material, por reparação de dano, causado pelo deslocamento do participante para a entrevista da pesquisa;

X) Garantia de Ressarcimento: 466/12 e 510/16 – Caso a pessoa entrevistada não disponha de recursos para o transporte, o coordenador do projeto se responsabiliza pelo pagamento das despesas para seu deslocamento até o local designado da entrevista. No ato da entrevista, o coordenador também será responsável pela alimentação do entrevistado, isto é, constando de água e outros alimentos como lanche.

XI) Benefícios: O participante da pesquisa contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema sobre mídia e polícia, a partir de narrativas e percepções dos policiais em Belém do Pará. Ou seja, entender como as narrativas dos policiais colaboram para a reflexão acerca do papel dos meios de comunicação na cobertura sobre temas ligados a violência. Dessa forma, com a participação dos policiais, pretendemos, a partir de suas experiências, entender as tensões na relação polícia e mídia, propondo reflexões sobre a importância e a necessidade de melhorias nas construções sociais estabelecidas pela polícia e mídia tais instituições, na sociedade.

XII) Riscos: A participação na pesquisa poderá causar riscos de confidencialidade. Assim, na entrevista, por exemplo, o importante são as experiências dos policiais com a violência e a mídia, e não os nomes dos entrevistados. Dessa forma, a medida que adotaremos para minimizar e prevenir tais riscos serão: enfatizar as percepções, as narrativas desses policiais, mantendo como foco principal suas vivências.

XIII) Confidencialidade: às pessoas entrevistadas garantimos que as informações relatadas somente serão utilizadas como dados científicos. Não serão publicizados e nem divulgadas as imagens ou gravações coletadas, apenas para uso do projeto de pesquisa e das instituições de pesquisa. Do mesmo modo, os dados obtidos serão utilizados em eventos científicos, mas resguardando aspectos pertinentes a identidade e a opiniões pessoais.

XIV) Este documento deve conter duas vias iguais (assinadas e rubricadas em todas as páginas), sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao participante de pesquisa.

XV) Consentimento do participante da pesquisa:

Eu, _____, residente e domiciliado na _____ portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF _____ nascido (a) em ____/____/____, abaixo assinado, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim apresentadas a propósito da minha participação *(direta ou indireta)* na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, de livre e espontânea vontade, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento utilizem as minhas informações para fins de pesquisa científica/educacional, podendo ainda, publicá-las em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
 () Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Belém, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante: _____
 (telefone e email)

Testemunha 1: _____
 (Nome / RG / Telefone)

Testemunha 2: _____
 (Nome / RG / Telefone)

Priscila de Sousa Neres

Nome completo do pesquisador responsável

Contatos: (91) 98291-5188

ANEXO B

OFÍCIO DO PPGCOM-UFPA PARA O 20º BATALHÃO PMPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA



Belém, 30 de julho de 2019

Ofício nº 21/2019

Do: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA)

Para: Polícia Militar do Pará

AC: Senhor Tenente Coronel Araújo, do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará

Senhor Tenente Coronel Araújo,

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA) informa que a discente Priscila de Sousa Neres é aluna regularmente matriculada no Programa e desenvolve a pesquisa “A polícia entre a violência e a mídia: Um olhar comunicativo sobre si no noticiário em Belém do Pará”, cujo objetivo geral é analisar como os policiais compreendem os sentidos construídos sobre si pela mídia paraense.

Nesse sentido, solicitamos seu apoio para que a aluna possa coletar dados junto aos policiais militares, por meio de entrevista semiestruturada. Ressaltamos que esta atividade será de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado da referida aluna, que é orientada pela Profª. Drª. Alda Cristina Silva da Costa.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários.

Respeitosamente,

Prof. Drª. Elaine Martins da Cunha
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM - UFPA)